

MESTRADO EM HISTÓRIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO
[ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS POLÍTICOS]

A nação portuguesa pós-25 de Abril segundo os partidos nacionalistas da direita radical portuguesa (2011-2021)

Afonso Bento Ribeiro Amaral Silva

2022



Afonso Bento Ribeiro Amaral Silva

A nação portuguesa pós-25 de Abril segundo os partidos nacionalistas da direita radical portuguesa (2011-2021)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, orientada pelo Professor Doutor Manuel Loff

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2022

Afonso Bento Ribeiro Amaral Silva

A nação portuguesa pós-25 de Abril segundo os partidos nacionalistas da direita radical portuguesa (2011-2021)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, orientada pelo Professor Doutor Manuel Loff

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Sumário

Declaração de honra	3
Agradecimentos	4
Resumo	5
Abstract.....	6
Introdução e Metodologia	8
1. Discussão teórico-concetual: Acontecimento, Memória, Nacionalismo, Direita Radical	16
2. Um estado da arte sobre a direita radical portuguesa (1974-2011)	24
3. A nação e o nacionalismo segundo o Ergue-te e o Chega	42
4. O Ergue-te e o Chega perante um momento de mudança histórica	59
4.1 O passado colonial e a descolonização	59
4.2 O 25 de Abril e a missão do Ergue-te e do Chega face à herança da revolução	72
5. As entrevistas aos militantes do Ergue-te e do Chega	96
5.1 Do “passado glorioso” à revolução	96
5.2 O pós-25 de Abril	117
Conclusão.....	132
Referências Bibliográficas	138

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Castelo Branco, 30 de maio de 2022

Afonso Bento Ribeiro Amaral Silva

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao meu orientador, Manuel Loff, pela sua disponibilidade, colaboração e pela aprendizagem proporcionada ao longo da sua orientação.

Aos meus pais, Teresa e João, pelo seu apoio, assim como aos meus tios, Jesuína e Fernando, e aos meus amigos.

Resumo

Existindo, na origem da democracia portuguesa, uma reconstrução da imagem da nação através da revolução do 25 de Abril de 1974, na qual a descolonização se assume como elemento essencial, o 25 de Abril constitui-se como um acontecimento marcante para as configurações do nacionalismo de direita radical português. Atentando na dimensão ideológica, em constante reconfiguração, do nacionalismo, procuro, em primeiro lugar, investigar como são entendidos os conceitos de *nação* e de *nacionalismo* pelos partidos que se descrevem como nacionalistas em Portugal no espaço temporal entre 2011 e 2021, ambos localizados na direita radical, o Ergue-te e o Chega. Por sua vez, será investigada a forma como são vistos, por estes partidos, os chamados *Descobrimientos* portugueses (Séc. XV - Séc. XX) e a descolonização (1974-1975). Adicionalmente, pretendo investigar as caracterizações que, no seio destes dois partidos, se fazem do 25 de Abril, bem como as suas narrativas da revolução. Procuro também articular a memória da descolonização e da revolução com os argumentos políticos destes partidos, assim como investigar as suas descrições da herança da revolução e a forma como estes partidos procuram posicionar-se perante esta. Ou seja, pretende-se, nesta dissertação, conhecer as representações da nação portuguesa pós-25 de Abril, por parte dos partidos nacionalistas de direita radical em Portugal no espaço temporal entre 2011 e 2021.

Palavras-chave: Nacionalismo; Direita Radical; Descolonização; Revolução; Memória

Abstract

Recognizing, at the origin of the Portuguese democracy, a reconstruction of the nation's image through the April 25 revolution in 1974, in which the decolonization is an essential element, the 25 April is constituted as an important event for the configurations of Portuguese radical right nationalism. Focusing on the constantly changing ideological dimension of nationalism, I will first investigate how the concepts of *nation* and *nationalism* are understood by the parties that describe themselves as nationalist in the time span between 2011 and 2021 in Portugal, both located on the radical right, *Ergue-te* and *Chega*. In turn, I will study how these parties view the so-called Portuguese *Discoveries* (15th Century – 20th Century) and the decolonization process (1974-1975), in addition to their portrayals of the 25 April and their narratives of the revolution. I also seek to articulate the memory of the decolonization and of the revolution with the political arguments these parties use, as well as studying their descriptions of the legacy of the revolution and the way these parties seek to position themselves in relation to it. Therefore, the purpose of this dissertation is to be cognizant of the representations of the Portuguese nation post-25 April by the radical right nationalist parties in Portugal, considering the time span between 2011 and 2021.

Key-words: Nationalism; Radical Right; Decolonization; Revolution; Memory

Introdução e Metodologia¹

Em 2019, pela primeira vez na história da democracia portuguesa, um partido que se descreve como nacionalista conseguiu eleger um deputado. Este desenvolvimento na democracia portuguesa serviu de ponto de partida a esta dissertação cujo problema teórico a que me proponho responder é: “Como é representada a nação portuguesa pós-25 de Abril pelos partidos nacionalistas de direita radical em Portugal?”, isto é, pelo Ergue-te e pelo Chega. Nesta introdução, procuro enquadrar o meu projeto na perspetiva da sua pertinência, considerando a importância atual deste projeto em concreto, assim como as motivações e objetivos desta dissertação. No respeitante à temática do nacionalismo, Eric Hobsbawm (2021) refere que “the search for objective criteria of nationhood, singly or in combination, quickly breaks down” (p. 181). Tendo esta afirmação em conta, penso ser importante começar por esclarecer que o meu projeto não pretende ser uma tentativa de definir a nação portuguesa, mas sim a de conhecer as representações da nação portuguesa, concretamente, face à revolução do 25 de Abril de 1974, por parte dos partidos nacionalistas de direita radical em Portugal. Ou seja, procuro, em primeiro lugar, conhecer como estes partidos entendem os conceitos de *nação* e *nacionalismo*, assim como a relação que procuram estabelecer entre o seu entendimento da nação e a sua visão do Portugal pós-25 de Abril. Reconhecendo que a descolonização é uma parte essencial do processo revolucionário, pretendo também conhecer como são perspetivados os chamados *Descobrimentos* e sobretudo o processo de descolonização que culminaria no fim do Império português. Adicionalmente, pretendo investigar a memória da revolução do 25 de Abril de 1974, assim como o posicionamento destes partidos relativamente, não só à revolução, como também à herança ideológica que esta terá deixado e como esta herança da revolução é articulada com a missão destes partidos no Portugal pós-25 de Abril.

¹ Capítulo redigido a partir do que foi realizado para a unidade curricular “Metodologia do Trabalho Científico II”

A minha motivação para o desenvolvimento de um projeto na temática do nacionalismo como ideologia surgiu através do meu interesse pela História de Portugal e a consequente constatação da diversidade de nacionalismos que definiram o século XX português. Tal como refere Catherine Sutherland (2012), “the potential of ideology to illuminate and characterise nationalism has been under-exploited in the theoretical literature” (p. 8), pelo que creio que um projeto respeitante ao nacionalismo como ideologia que procure conhecer as representações da nação por parte destes partidos se revelará útil. Por sua vez, perante a ascensão de um partido assumidamente nacionalista na democracia portuguesa, surgiu a motivação de conhecer melhor os partidos que se descrevem a si próprios como nacionalistas em Portugal, ambos localizados na direita radical, tendo em consideração o projeto, declarado tanto pelo Chega como pelo Ergue-te, de erguer uma *IV República*. Considerando também a crítica de John Coakley (2012) relativa à “discussion of nationalism as a distinctive political phenomenon, a discussion which often remains at the level of the general and abstract” (p. 4), procuro, então, ultrapassar tal limitação ao definir o objeto concreto da revolução do 25 de Abril de 1974, pretendendo conhecer as representações destes partidos do Portugal pós-revolução que deu origem à democracia portuguesa. A partir deste enquadramento, acredito na pertinência deste projeto de investigação e penso que a atualidade do discurso ideológico nacionalista na própria democracia portuguesa fornece um interessante ponto de partida para a investigação deste problema teórico, partindo também da consideração de que a origem da democracia portuguesa marca, como afirma Abdoolkarim Vakil (2006), uma “redefinição da imagem da nação” (p. 10). Esta redefinição inclui também o processo de descolonização que se assume como uma componente essencial do processo revolucionário iniciado a 25 de Abril de 1974. Como refere Miguel Bandeira Jerónimo (2016), perante o facto de as conceções do “passado imperial e colonial (...) estarem umbilicalmente ligadas a debates sobre a identidade nacional” (p. 63), “os «ecos do império» (...) são elementos centrais nas lutas políticas contemporâneas” (p. 64), particularmente, as suas “múltiplas modalidades de apropriação, representação e uso instrumental” (p. 64). Deste modo, penso ser também interessante investigar tanto a forma como estes partidos interpretam o processo de

descolonização, bem como a sua visão do passado colonial, reconhecendo, tal como Josep Sánchez Cervelló (2006), que, à data da revolução, “el colonialismo constituía una parte esencial del nacionalismo portugués” (p. 103).

Assim, além de um capítulo dedicado ao entendimento dos conceitos de nação e de nacionalismo segundo o Ergue-te e o Chega, o capítulo 4 que lhe segue começará por incidir, em 4.1, na visão destes partidos sobre o passado dos chamados *Descobrimientos* e sobre o processo de descolonização. Em 4.2, será investigada a forma como é rememorada a revolução de 25 de Abril por estes partidos, assim como a sua interpretação da herança da revolução e como é descrita a sua missão política no Portugal pós-25 de Abril. O capítulo que antecede a Conclusão trata das entrevistas realizadas a militantes do Ergue-te e do Chega, sobre as quais serão apresentados esclarecimentos nesta *Introdução*. O espaço temporal considerado vai desde o ano de 2011, em que o Ergue-te (na altura sob a designação de PNR [Partido Nacional Renovador]) se apresentou pela primeira vez às eleições legislativas em todos os círculos eleitorais, e que marca também o 50º aniversário do início da Guerra Colonial, até 2021, o aniversário dos 60 anos do início da Guerra Colonial, já após a eleição de um deputado do Chega. Não se pretende nesta dissertação traçar uma evolução histórica destes partidos, mas sim alcançar os objetivos de conhecimento assinalados no espaço temporal em estudo, sendo, no entanto, útil assinalar que as lideranças do Ergue-te e do Chega permaneceram as mesmas neste espaço temporal. No respeitante ao partido Chega, é também útil ter em consideração que, como refere Riccardo Marchi (2020), “os principais ideólogos do Chega são dois: Jorge Castela, desde outubro de 2018, até à saída do partido em março de 2019, e Diogo Pacheco de Amorim, desde a sua entrada no início de 2019” (p. 136), acrescentando-se Gabriel Mithá Ribeiro desde 2020. Como esclarece Marchi (2020), “não vale a pena (...) analisar as ideias do partido como se tivessem existido duas épocas: a fase Castela e a fase Pacheco de Amorim. Estas duas épocas existiram só no sentido da alternância cronológica dos principais produtores dos textos políticos mais importantes” (p. 137). Porém, atendendo à saída de Jorge Castela do partido, penso ser importante esclarecer também que foram apenas tidos em conta os textos que estão ainda presentes, à data desta dissertação, nas fontes organicamente

validadas pelo próprio Chega, e foi sempre feita uma identificação do autor de cada citação quando este é referido, ao invés de assinalar apenas o partido.

Procurei obter documentação que incidisse no que pretendo conhecer neste projeto de investigação, privilegiando fontes organicamente validadas pelos próprios partidos em estudo. Assim, os seus *websites* e canais de *Youtube* constituem-se como importantes fontes de informação, que se encontram diretamente acessíveis *online*. Seguindo a categorização de Alan Bryman (2012), a sua natureza é a de “virtual documents” (p. 554) e afirmo a sua pertinência devido às declarações que contêm relativamente ao objeto de estudo. Adicionalmente, são tidos em conta artigos de opinião e entrevistas na comunicação social, cuja natureza é a de “mass-media outputs” (Bryman, 2012, p. 552), que penso revelarem-se úteis para esta dissertação, tendo em atenção a condição de que tais fontes sejam posteriores ao momento em que o assinante do artigo ou o entrevistado manifeste o seu apoio ao partido em questão ou faça parte dele. No respeitante à credibilidade destas fontes de informação, é de particular interesse para este projeto reconhecer que a informação recolhida, “embora possa não oferecer uma descrição fiável de um acontecimento ou de um processo, pode ser de confiança como expressão dos pontos de vista do seu autor” (Bell, 2010, p. 115), que é precisamente o que procuro de modo a cumprir os objetivos desta dissertação. O *corpus* documental é articulado com entrevistas a pessoas que eram militantes destes partidos² no momento da entrevista, através do método da história oral, entendido como “source of data” (Shacklock, Thorp, 2005).

Tendo em consideração que, “by using interviews, the researcher can reach areas of reality that would otherwise remain inaccessible such as people’s subjective experiences and attitudes” (Anssi Perakyla, 2005, p. 869), a utilização de entrevistas vai de encontro aos objetivos deste projeto de investigação. Tal como referem Quivy e

² 9 entrevistas realizadas a 3 de dezembro, 8 de dezembro, 21 de dezembro, 29 de dezembro de 2021 e 6 de janeiro, 10 de janeiro, 12 de janeiro, 8 de fevereiro e 10 de fevereiro de 2022. A entrevista mais curta teve a duração de 30 minutos e a mais longa de 1 hora e 30 minutos, sendo a duração média das entrevistas cerca de 45 minutos. As entrevistas foram realizadas *online*.

Campenhoudt (1998), o entrevistado “exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências” (p. 192) e, concretamente na entrevista em História Oral, “the emphasis is less upon the individual and his or her life than on the particular events in the past” (Bryman, 2012, p. 491), justamente o que procuro neste projeto. Penso ser importante assinalar que, como refere Hobsbawm (1997), “the methodology of oral history is not simply important for checking the reliability of the tapes of old ladies’ and gentlemen’s reminiscences” (p. 206), assumindo como signifiante o que “people remember of big events as distinct from what their betters think they should remember, or what historians can establish as having happened” (pp. 206-207). Em articulação com o método de recolha da História Oral, tenho em consideração que “the answers that people provide (...) are potential fodder for a narrative analysis” (Bryman, 2012, p. 582), a qual se refere, segundo Thomas A. Schwandt (2007), a “procedures for interpreting the narratives or stories generated in research” (p. 202). Por sua vez, tal como afirma Bryman (2012), “thematic analysis (...) can be employed in relation to (...) narrative analysis” (p. 581) e, considerando que a análise temática, como referem Quivy e Campenhoudt (1998), “pode ser nomeadamente utilizada para: a análise das ideologias, dos sistemas de valores, das representações e das aspirações” (p. 230), a procura de temas comuns que surgem nas narrativas dos entrevistados revela-se adequada a este projeto. De facto, e atentando de novo a Quivy e Campenhoudt (1998), “as análises temáticas são as que tentam principalmente revelar as representações sociais ou os juízos dos locutores” (p. 228), levando-me a afirmá-las como pertinentes para os objetivos do projeto de investigação. De forma a articular o método de análise não só com os objetivos do projeto, mas também com o método de recolha afirmado, opto pelo método descrito por Catherine Kohler Riessman como “thematically analyze narrative materials” (Riessman, 2007, p. 53), pelo que procuro detetar temas abordados pelos entrevistados, tal como na documentação dos partidos realizando uma articulação entre estes no capítulo de Conclusão, nas suas narrativas dos chamados *Descobrimentos*, do processo de descolonização, da revolução de 25 de Abril, da herança ideológica desta revolução e da missão política do partido a que pertencem.

Uma vez que “a memória é eminentemente subjectiva” (Traverso, 2012, p. 22), o método da História Oral revela-se pertinente tendo em conta que, como referido pelo Baylor University Institute for Oral History (2016), “two strenghts distinguish oral history interviewing” (p. 1): precisamente a “subjectivity” (p. 1) e a capacidade de convidar os entrevistados a expressar “their own points of view” (p. 1). Deste modo, tal como afirmam Louis Cohen, Lawrence Manion e Keith Morrison (2007), as aplicações do método da “oral history (...) being rich in the subjective involvement of the storyteller, offer an opportunity for the researcher to gather authentic, rich and ‘respectable’ data” (p. 395). Para recolher tal informação, Philip Gardner (2006) esclarece que “the characteristic form through which oral history data are gathered is (...) [the] interview” (p. 207), e é precisamente a entrevistas a militantes destes dois partidos que recorro. Na sua realização, é necessário ter em conta os cuidados éticos, pois, tal como afirma Catherine Dawson (2007), “we need to make sure that we treat both the participants and the information they provide with honesty and respect” (p. 150). Deste modo, atendendo ao itinerário metodológico deste projeto de investigação, é relevante a chamada de atenção do Baylor University Institute for Oral History (2016) para a necessidade de ter em atenção um “long-range outlook” (p. 4) assegurando uma “correct representation of meaning” (p. 4) e preservar “relationships & reputations” (p. 4), garantindo um “informed consent” (p. 4). Durante a entrevista, mantive “a pattern of concentrated listening”, fornecendo ao entrevistado “a chance to think through difficult subjects” (p. 13). Tive também em consideração que “researchers should be open and honest about who they are and what they’re doing” (Dawson, 2007, p. 152).

Adicionalmente, é necessário estar consciente de que, tal como alerta Pierre Bourdieu (2001), “a relação social entre o pesquisado e o pesquisador produz um efeito de censura muito forte” (p. 701). Perante esta situação, parti do conhecimento de um militante de um dos partidos em estudo, seguindo a sugestão de Pierre Bourdieu (2001) de “escolher os pesquisados entre pessoas conhecidas ou pessoas às quais eles pudessem ser apresentados pelas pessoas conhecidas” (p. 697). Dessa forma, como refere este autor, será possível praticar uma “comunicação «não violenta»” (p. 697) face ao entrevistado uma vez que o entrevistador “lhe dá, por sua permutabilidade com ele,

garantias” (p. 697) relativas ao tratamento dos dados. Penso que o produto final da aplicação desta metodologia foi eficaz, pois não me parece terem existido obstáculos na comunicação com os entrevistados, a qual foi feita através de entrevistas realizadas *online*. Apenas um dos nove entrevistados me questionou sobre uma eventual intenção política da minha investigação, mas a receptividade acabou por ser positiva, sendo que a maioria dos entrevistados mostrou-se claramente satisfeita com o interesse manifestado por mim, enquanto investigador, num objeto de estudo desta natureza. Um dos entrevistados, meu conhecido, serviu de ponto de contacto com dois outros entrevistados, tendo os restantes entrevistados sido contactados por via de intermediários que agiram como ponto de contacto.

Uma seleção de entrevistados desta natureza não poderia ter uma preocupação de representatividade estatística, mas houve uma preocupação com a diversificação de idades, tendo eu acabado por reunir entrevistados com 19, 22, 35, 39, 46, 51, 57, 61 e 67 anos de idade. Três destes entrevistados nasceram depois da revolução, sendo que um deles participou ativamente na vida política do período revolucionário e outro estava numa colónia africana sob domínio português à data da revolução. Procurei assegurar também alguma diversidade regional, sendo que quatro dos entrevistados são do distrito de Lisboa, um do distrito do Porto, um do distrito de Braga, um do distrito de Leiria, um do distrito da Guarda e um do distrito de Castelo Branco. Entrevistei oito homens e uma mulher. Tentei assegurar uma maior representatividade de mulheres no conjunto de entrevistados, tendo efetuado contactos, mas não foi possível, sendo que uma das potenciais entrevistadas acabou por cessar a atividade política no âmbito do partido antes da realização da entrevista. Os entrevistados representam os dois partidos, ainda que sete sejam do Chega, refletindo o maior número de militantes deste partido. Não fazia parte do guião questionar sobre o passado político dos entrevistados, mas das entrevistas consegue-se apurar que três dos entrevistados do Chega tiveram atividade política anterior noutros partidos. No caso do Ergue-te, um dos entrevistados é militante desde 2008 e o outro é militante do partido desde a sua fundação como PNR, ou seja, desde 2000. Por sua vez, quatro dos nove entrevistados são dirigentes nacionais

dos seus respectivos partidos e quatro dos nove entrevistados foram cabeças de lista nas eleições legislativas de 2022.

1. Discussão Teórico-Concetual

Nesta discussão teórico-concetual, procuro esclarecer os conceitos de acontecimento, memória, nacionalismo e direita radical. Aplicarei à revolução do 25 de Abril de 1974 o conceito de “event” de Alain Badiou, que traduzirei para *acontecimento*, caracterizado como uma “rupture” (Badiou, 2007, p. xii) que configura uma transformação política, através da qual “the event outlines in the situation – in the ‘there is’ – both a before and an after” (Badiou, 2005, p. 61). Ou seja, ao contrário de uma modificação política regulada por um “state of the situation” (Badiou, 2007, p. 99), isto é, por uma situação política já existente, a revolução portuguesa adquire a forma de um *acontecimento* que surge como algo imprevisível e que transforma a situação existente ao instituir uma nova situação através de uma interrupção da continuidade, sendo que, tal como afirma Adrian Johnston (2007), “the events of political interventions interrupt, displace, and reorganize the chronic constancy of chronicles *à la* continuous, linear socio-historical narratives” (p. 8). Deste modo, considerando a própria representação histórica do *acontecimento* que introduz uma nova situação, é necessário ter simultaneamente em conta “the undecidable event and the interventional decision” (Badiou, 2007, p. 231), isto é, tal como esclarece Jacques Rancière (2016), o *acontecimento* é constituído, não só pelo acontecimento revolucionário, como também pela “interpretation of the event” sob a forma de uma “intervention saying that there was an event”, o que é aplicado à interpretação destes partidos e dos entrevistados que, pelo contrário, procuram diluir o poder disruptivo do *acontecimento* do 25 de Abril. Considerando a representação do passado, isto é, uma representação da história, terei em conta nas narrativas da descolonização e do 25 de Abril que, tal como afirma Alain Badiou (2006), “history is well represented in propositions. But the genesis and destiny of these propositions are subordinated to the present multiplicity of political subjects” (p. 27.6), ou seja, “memory and history become activated only from the point of view of a subject in the present” (p. 27.6).

Realçando a dimensão do presente no ato de rememoração, é importante assinalar que, tal como refere a filósofa Angelica Nuzzo (2016), “memory seems to be the act of retrieving something buried in the past, but it is instead the action coming

from the present that institutes something past for the first time” (p. 49). Deste modo, é essencial destacar que “memory (...) reproduces the past as much as it creates something utterly new”, sendo que a perspetiva com que entenderei a relação entre memória e história enquadra-se na consideração de que “while memory does not, itself, preside over the movement of history, it cannot be insensitive to the contradictions of history and its movement” (Nuzzo, 2012, p. 166). Reconhecendo que, ainda que a “memory (...) constitutes the subject in its individual and collective identity, (...) it does not (...) directly itself makes history” (Nuzzo, 2016, p. 50), é importante também considerar a relação entre identidade e memória, tendo em mente a sua dimensão do presente, partindo da afirmação de que “memory is the radical creation of the new: it creates the subject in its individual as well as collective identity” (Nuzzo, 2016, p. 56). Assim, tal como elabora Nuzzo (2016), “memory is dialectical. It is an act of spiritual activity and creativity as much as it is a state of passivity and dependence; it constitutes one’s identity as much as it changes and distorts such identity” (p. 49). Atentando no próprio conceito de identidade, penso ser útil assinalar que, tal como afirma Todd McGowan (2020), “our identity (...) bespeaks heteronomy rather than autonomy” (p. 12). Ou seja, “what I immediately am is not my essential self but instead what the ideological structure has made of me”, surgindo, a identidade, como “the result of ideology’s operations” (McGowan, 2020, p. 14), pelo que, tendo em atenção a relação entre identidade e memória, é importante destacar a dimensão ideológica da memória, tal como Nuzzo (2012), que caracteriza a memória como “ideological” (p. 108), confirmando-se a influência ideológica nas narrativas da descolonização e da revolução, assim como na descrição da sua herança. É aplicado o entendimento de que se trata de uma “representación narrativa del pasado” sobre “acontecimientos socialmente significativos y, por lo mismo, posee una dimensión fundamentalmente práctica que da cuenta de su derivación ético-política” (Mudrovic, 2005, p. 139), confirmando-se, nestas representações, o estabelecimento de argumentos políticos no discurso destes partidos e dos entrevistados, a partir das narrativas em estudo.

Perante a dimensão ideológica e política da memória, importa esclarecer a conceptualização de nacionalismo e de direita radical, começando por ter em

consideração que, como nota Umut Ozkirimli (2010), “the nationalist discourse always looks back in time, seeking to demonstrate the ‘linear time of the nation’, its undisputed diachronic presence” (p. 209), tal como se confirma no discurso dos partidos e dos entrevistados. Perante tal discurso, é adotado o entendimento de que “nationalism and its paraphernalia are, far from being given, socially constituted and have become «sedimented» over time” (Ozkirimli, p. 208), pelo que é necessário reconhecer a “novelty of nationalist procedures” (Hobsbawm, 2021, p. 185). Partindo da afirmação de Ernest Gellner (1983) de que “it is nationalism which engenders nations and not the other way around” e do argumento de Gwyn Alf Williams (1979), segundo o qual “nations are not born; they are made. Nations do not grow like a tree, they are manufactured” (p. 6), é importante ter em conta que, tal como afirma o historiador Eric Hobsbawm (1991), “a nação (...) é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o «Estado-Nação»” (p. 19). Para que tal associação entre a nação e o Estado moderno seja clara, é necessário recuar temporalmente e reconhecer que “os primórdios do Estado moderno só se iniciam quando se despersonaliza o exercício do poder, se uniformizam os direitos e deveres dos súbditos e se põe em prática um direito público baseado em princípios universais” (Mattoso, 1988, p. 72). Tais primórdios desenvolvem-se, como exemplificado pelo caso português, a partir de um processo denominado pela historiadora Maria João Branco (2009) como “do Rei ao Reino” (p. 135), a partir do qual o Reino, “existindo de forma cada vez mais separada da pessoa do rei enquanto tal, acaba por se transformar num conceito que engloba, simultaneamente, o território sobre o qual o domínio do rei se exerce, e as pessoas que nele habitam” (p. 138). Ora, este processo “acabaria por redundar naquilo que um século depois da sua «fundação» se podia já reconhecer, sem equívocos como o reino de Portugal” (p. 139). Porém, como afirma a autora, “ainda tardaria muito tempo até poder reconhecer-se como a «nação portuguesa»” (p. 139).

Tal como esclarecem Ana Cristina Nogueira da Silva e António Manuel Hespanha (1993), “nas sociedades do Antigo Regime, antes do estabelecimento do imaginário nacional-estadual, identidades de âmbitos e hierarquias diversos coexistiam, portanto, no imaginário social, tal como, no imaginário político, coexistiam vinculações de

diferente hierarquia” (p. 20), a partir das quais se deve estabelecer uma distinção com o carácter dominante da identidade nacional. Precisamente como argumenta Hobsbawm (2021), “the ‘nation’ is a historically novel construct, characteristic of the period since the late eighteenth century” (p. 183) cuja novidade reside no facto de que “the bonds of loyalty to (or characteristic of) the ‘nation’ are not merely superior to all others, but in a sense replace them, so far as political obligation is concerned” (p. 184). Tal como esclarece este autor, “‘the nation’ is therefore a combination of elements which have at first sight no necessary or even probable connection” (p. 184). Ou seja, a nação resulta, por um lado, da “structural ‘modernization’, i.e. the territorial state and the transformation (or simplification) of socio-political relations within it” (p. 184) e, por outro, do “appeal to a variety of means of asserting or symbolizing group membership and solidarity in the most emotionally charged personal sense, most of which are deliberately archaic in form, reference or derivation” (p. 184). Através de tal simbolização, considero, tal como Montserrat Guibernau (1997), que, no respeitante ao nacionalismo, é necessário reconhecer o “seu papel como uma das maiores fontes de identidade para os indivíduos contemporâneos” (p. 55) tendo em consideração que “a ideia de nação é a mais significativa das diversas identidades” (p. 55). Surgindo o nacionalismo como, nas palavras de Sinisa Malesevic (2006), “the dominant ideological narrative of modernity” (p. 84), deve ser realçado o papel do “nacionalismo como um provedor de identidade para os indivíduos que vivem e trabalham nas sociedades modernas” (Guibernau, 1997, p. 52). Por sua vez, creio ser importante ter em conta que, tal como afirma António José Saraiva (2007), “uma cultura só tem identidade quando se sente diferenciada em relação a um exterior” (p. 134), sendo que, precisamente como refere Eric Hobsbawm (2021), “‘belonging’ to some human group (...) is always a matter of context, and social definition, usually negative – that is to say, specifying the membership of group by exclusion” (p. 205). Assim, considerando ser imperativo abordar a identidade nacional, não como algo rígido, mas sim concebendo que a “nationness is conceptualized as a set of historically articulated and still ongoing process of ideological construction” (Malesevic, 2006, p. 30), é útil ter em conta a tese de Slavoj Zizek (2006), segunda a qual “«Our Nation» (...) means nothing in particular, it has no

determinate meaning” (pp. 372-373), adquirindo significado através das “narratives which tell us what the nation is” (pp. 373). Ao realçar a dimensão ideológica que caracteriza o próprio conceito de nação, é importante notar, tal como afirma Michel Vovelle (1991), que a “ideologia” envolve um “conjunto de representações” (p. 11), e é justamente operacionalizando a dimensão ideológica da representação do passado que abordo o problema teórico deste projeto de investigação.

Perante as representações da história que comecei por abordar neste esclarecimento conceptual, terei em conta a sua dimensão ideológica, afirmando, desta forma, que aquelas não transmitem apenas conteúdo, mas também a forma como os sujeitos se relacionam com tal conteúdo. Ou seja, a dimensão ideológica exprimir-se-á nas representações que procuro conhecer, revelando-se necessário atentar nas manifestações ideológicas da direita radical. Pensando ser essencial destacar a associação entre o nacionalismo e as raízes da direita radical, é importante começar por considerar a tese de Eric Hobsbawm (1991) sobre o “tipo de nacionalismo que emergiu no final do Século XIX” (p. 113), segundo a qual “o nacionalismo sofreu uma mutação: de um conceito associado ao liberalismo e à esquerda para um movimento da direita chauvinista, imperialista e xenófoba ou, mais precisamente, da direita radical”, sendo desta forma que “o próprio termo «nacionalismo» foi cunhado” (p. 144). Realçando a ligação entre o nacionalismo e as raízes da ideologia caracterizada por Hobsbawm (1989), na sua obra referente ao período entre 1875 e 1914, como a “radical right” (p. 181), é importante assinalar o processo de “strengthening of the radical right” (Hobsbawm, 1995, p. 104) após a I Guerra Mundial, sendo útil notar que, após a derrota dos fascismos, tal como refere Theodor Adorno (2020) sobre a forma como se manifesta “o radicalismo de direita”, “a pressão no sentido da adaptação a regras de jogo democráticas representa também uma certa mudança de comportamento (...) no reaparecimento destes movimentos. Os aspetos antidemocráticos desaparecem. Pelo contrário: invoca-se sempre a verdadeira democracia e acusa-se os outros de serem antidemocráticos” (p. 36). É este tipo de argumentação que está presente nestes partidos e nas respostas dos entrevistados.

É necessário reconhecer que “a agenda política (...) partilhada pelas direitas radicais (...) sofreu as necessárias adaptações no tempo e no espaço” (Loff, 2021, p. 51). Deste modo, é importante assinalar que “contemporary right-wing radicalism (...) has undergone a phase of renewal (...) in post-war Europe” (Minkenberg, 2000, p. 171), e destacar, nesta renovação da direita radical, que “in Europe, the most important ideological renewal took place with the New Right”³ (Minkenberg, 2000, p. 180) uma vez que “this New Right builds a bridge, or hinge, between established and traditional conservatism and the organizations of the new radical right. It is characterized by its effort to create a counter-discourse to the «ideas of 1968»” (Minkenberg, 2000, p. 179). Assim, é útil ter em conta, tal como refere Minkenberg (2011), a existência de um “renewal of right-wing radicalism after 1968” (p. 41), sendo que “the ideological renewal is accompanied by an organizational renewal. A wave of newly-founded radical-right-wing parties and groups can be observed in almost all West European democracies since the mid-1980s” (p. 43). Atentando na influência da *New Right*, o seu fundador Alain de Benoist (2017) exalta a ideia de “conservative revolution” como um “conservatism turned to the future” (p. XXVIII). O entendimento do radicalismo de direita deve ter em conta tal ideia de revolução, segundo a qual, como elabora um dos principais membros da *New Right*, Guillaume Faye, “a true revolution is a metamorphosis, that is, a radical reversal of all values” (Faye, 2001, p. 210, cit. em O’Meara, 2013, p. 43). Assim, é sob a forma de uma revolução conservadora que deve ser compreendido o “discursive space the radical right occupies in the continuum of counterrevolutionary ideology” (Woodley, p. 18), o que se aplica à caracterização da revolução dos partidos e dos entrevistados, a partir da qual é estabelecida uma relação com a missão política dos partidos em estudo.

Adicionalmente, tal como refere Montserrat Guibernau (2010), um “popular item in the (...) radical right’s political agenda concerns its opposition to immigrants” (p. 4), particularmente, “the radical right regards the growing number of Muslims settling in Europe as a severe danger” (p. 11). Segundo Todd McGowan (2019), esta ideologia

³ “In 1978, the French media «discovered» the Groupement de Recherche et d’Études pour la Civilisation Européenne. Led by (...) Alain de Benoist, the GRECE constituted an association of Right-wing intellectuals (...), Benoist’s group was branded «New Right» (*Nouvelle Droite*)” (O’Meara, 2013, pp. 26-27).

“aims at repressing or eliminating” (p. 213) o que perspetiva como uma “symptomatic figure of exclusion” (p. 214), estabelecendo a nação como a comunidade a partir da qual é perspetivada a existência de tal “figure that disrupts social harmony” (p. 214). Assim, surge uma “strategy of identity-offers” (Minkenberg, 2011, p. 18) que caracteriza os partidos da direita radical, os quais fornecem um enquadramento ideológico de um “radical concept of nation as the primary We-group that exhibits a tendency to closure” (Minkenberg, 2011, p. 38), o que se aplica ao discurso sobre a nação dos partidos em estudo, bem como a afirmação de que “by identification with a larger entity – the nation (...) radical right skilfully portrays the retreat to a national identity of which citizens can feel proud, as a right, almost as a duty” (Guibernau, 2007, p. 157). No entanto, como alerta também Guibernau (2010) sobre a “radical right”, “it would be wrong to see the anti-immigration stance of these parties as their only attraction”, sendo importante destacar que a “radical right is explicitly anti-elite and highly critical of the current functioning of democracy” (p. 4), como se confirma no discurso destes partidos. Aplica-se igualmente ao seu discurso a afirmação desta autora de que “radical right (...) has made anti-establishment and democratic reform a key pillar of its political strategy and discourse” (p. 8) sob a forma discursiva de uma “radical regeneration of democracy” (p. 10). Segundo Michael Minkenberg (2000), “right-wing radicalism is defined as a political ideology, the core element of which is a myth of homogeneous nation (...) directed against the concept of liberal and pluralistic democracy and its underlying principles of individualism and universalism” (p. 174), sendo, no entanto, útil assinalar que “right-wing radicalism (...) de-emphasizes its opposition to the principles and structures of liberal democracy” (p. 187). Assim, é importante considerar, tal como o faz Minkenberg (2011), o “right-wing radicalism as a political ideology or tendency based on ultra-nationalistic ideas which tends to be directed against liberal democracy – although not necessarily directly or explicitly so” (p. 38). Deste modo, como afirma Guibernau (2010), “radical right presents itself as an alternative to traditional political parties and founds its discourse on a critique of democracy, a protest against elites and a concern about the cultural preservation and integrity of national identity understood as part and parcel of

European identity” (p. 13), o que é visível no discurso destes partidos e dos entrevistados.

Reconhecendo que “right-wing radicals (...) cling to the concept of nation and people, superelevating it and marginalizing everything that seems «alien»” (Minkenberg, 2011, p. 17), é importante esclarecer que não será usado o conceito de *populismo*, pois, tal como refere Enzo Traverso (2019), “o conceito de populismo elimina a diferença entre esquerda e direita e afasta a possibilidade de se entender a política” (p. 23). Declarando o *populismo* como “useless as a key definitional criteria” (Minkenberg, 2000, p. 173), Michael Minkenberg (2011) esclarece que “*right-wing populism* is a category that often remains analytically unspecified in the definitions, and is highly inclusive” (p. 40). Por sua vez, considero válido o conceito de *extrema-direita* como categorização historicamente localizada dos partidos no espectro político, porém, optei pela utilização do conceito de *direita radical* pela importância que, à luz do entendimento teórico, o radicalismo de direita associado ao discurso contrarrevolucionário tem para este objeto de estudo.

2. Um Estado da Arte sobre a Direita Radical Portuguesa (1974-2011)

O percurso das direitas radicais na democracia portuguesa é fundamental para o estudo das suas configurações entre 2011 e 2021 pelo que é essencial ter em consideração a bibliografia existente em que se estuda tal percurso histórico. Partindo da consideração de António Costa Pinto (1995) em *The Radical Right in Contemporary Portugal* de que a chegada ao poder de Marcelo Caetano, em 1968, levou a que “some trends emerged which demarcated themselves from the new political power” que, por sua vez, “were the origin of the radical right groupings which were active in Portugal after the transition to a democratic regime” (p. 108), a contextualização das direitas radicais na democracia deve ter em conta o regime que a precedeu e a própria revolução. Segundo o autor, “the lack of compromise with the old regime’s elite and the ‘anti-Fascist’ radicalism of 1974-1975, deeply affected the overall political realignment of the Portuguese right” e, particularmente, “for the radical right this new situation was devastating” (p. 114). Costa Pinto afirma que “in the first two years”, e de acordo com a origem referida da direita radical, “the young neo-Fascists, unnafeected by the initial measures of purge and exile (...) were the first to initiate the creation of resistance parties” (p. 116). Considerando, então, que “the purge deeply affected the top cadres of Salazarism”, tais figuras do regime anterior são caracterizadas neste período inicial pelo silêncio político “without giving much symbolic commitment to the reorganisation of the radical right” (p. 116). Igualmente, Riccardo Marchi (2016) constata em *À Direita da Direita* que “nos primeiros meses a seguir ao golpe de estado militar de 25 de abril de 1974, a elite política diretamente comprometida com o regime deposto é liquidada e a iniciativa política cabe às figuras que, nos anos do regime, ocuparam posições de segundo plano ou até de oposição de direita a Marcelo Caetano” (p. 225).

Tendo em atenção a própria revolução, é destacado na entrada *Extrema-Direita* de Riccardo Marchi (2016) no *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril*, coordenado por António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos que “no dia 25 de abril de 1974, as fações mais radicais internas ao Estado Novo não ofereceram

resistência ao golpe militar” através da constatação de que “as organizações paramilitares mais politizadas do regime, principalmente a Legião Portuguesa, os ultras internos à Ação Nacional Popular e às Forças Armadas, permaneceram imóveis” (p. 390). Relatando que “muitos dos dirigentes destas estruturas foram encarcerados ou fugiram para o estrangeiro, juntamente com a elite política e económica do salazarismo”, é igualmente afirmado que estes desenvolvimentos levaram a que “esta área política fosse ocupada por figuras de segundo plano, vindas de diferentes quadrantes já existentes no Estado Novo e com diferentes graus de ligação ao regime deposto” (p. 390), destacando-se a área nacional-revolucionária que se havia oposto a Marcelo Caetano, ou seja, “os meios do nacionalismo revolucionário estudantil” (p. 390) que Marchi (2014) procura esclarecer em *Nacionalismo Revolucionário na Crise do Império*, afirmando que “na alvorada da década de 60, aparece na vida política portuguesa uma nova geração de militantes nacionalistas, intelectualmente próximos dos mestres clássicos das direitas portuguesas, mas relativamente autónomos quanto às motivações e aos instrumentos de mobilização” (p. 330).

Por sua vez, é assinalado na já referida entrada *Extrema-Direita* de Riccardo Marchi (2016), no *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril* que “nos primeiros meses de transição, os partidos situados na extrema-direita do espectro político preocuparam-se em rejeitar o rótulo de saudosistas e de contrarrevolucionários” (p. 395). A afirmação de que estes partidos, os quais serão detalhados posteriormente, concebem a questão africana como “tema central”, clarifica a constatação de que “a extrema-direita apoiou-se na versão final, corrigida por Spínola, do Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), no que respeitava ao princípio da salvaguarda do ultramar português” (p. 395). Ao verem “no Presidente da República o baluarte mais eficaz contra o avanço das extremas-esquerdas e o acelerar do processo de descolonização” (pp. 395-396), envolvem-se nas ações spinolistas a 28 de setembro de 1974 e a 11 de março de 1975, perante as quais se constata que “a manifestação da «maioria silenciosa» resolveu-se, assim, no primeiro *débâcle* da extrema-direita na transição portuguesa” tal como no posterior “golpe militar do general Spínola para prevenir (...) uma alegada «matança» de elementos spinolistas, supostamente

organizada pela extrema-esquerda” (p. 396). Os seus desfechos sem sucesso provocam a ilegalização destes partidos, levando os atores desta área política à clandestinidade, promovendo então “campanhas bombistas de um certo peso no território português e contribuíram, durante o «Verão Quente» de 1975, para a ofensiva anticomunista”, desencadeada por organizações de destaque que serão detalhadas em seguida. Contudo, é afirmado que “a fase clandestina da extrema-direita teve um ponto de viragem em novembro de 1975” uma vez que “a vitória dos moderados do MFA no contragolpe de 25 de novembro, o fim do PREC e o redimensionamento da capacidade ofensiva do PCP e da extrema-esquerda, abriram novas oportunidades para os exilados políticos” (p. 397). Perante esta abertura, é terminada a análise desta área política na transição democrática com a afirmação de que, “nos primeiros meses de 1976, as organizações armadas cessaram oficialmente a própria atividade”, ainda que “ao longo do ano de 1976, as ações terroristas continuaram com uma certa intensidade” através de “núcleos autónomos”, concluindo o autor esta entrada afirmando então que “os quadros na clandestinidade regressaram progressivamente a Portugal, integrando-se em muitos casos no sistema democrático em construção” (p. 397).

Atentando nas próprias origens e ação da direita radical neste período, Josep Sanchez Cervelló (1993) afirma em *A contra-revolução no PREC (1974-1975)* que “depois do 25 de abril (...) a direita autoritária se dividiu em dois grandes blocos: a salazarista e a filo-marcelista” (pp. 133-134). Detalhando os partidos desta área política, é referido que “entre as forças políticas deste período destacam-se o Movimento Federalista Português (MFP), o Movimento Popular Português (MPP), o Partido Nacionalista Português (PNP), o Partido Liberal (PL) e o Partido Trabalhista Democrático Português (PTDP)” (p. 134). Por outro lado, “o marcelismo político organizou-se sob designação democrata-cristã”, em cuja área “destacaram-se: o Partido Cristão Social-Democrata (PCSD), o Partido da Democracia Cristã (PDC) e o Centro Democrático Social (CDS)” (p. 134). No respeitante ao primeiro bloco, o autor relata que “os partidos salazaristas iniciaram gradualmente uma convergência, estimulados tanto pela Presidência da República (...), como pelos grupos monopolistas afetados pela Revolução”, e, por sua vez, “os grupos salazaristas e marcelistas prepararam uma convergência orgânica,

programática e eleitoral que lhes permitisse ter suficiente capacidade de mobilização” (p. 134). No entanto, Cervelló revela que “a atividade destes grupos concentrou-se na organização da «Maioria Silenciosa» e, ao fracassar esta, o PP, o PTDP, o PL e o MPP foram perseguidos” (p. 134), sendo importante esclarecer que a sigla PP se refere ao Partido do Progresso, surgido a partir do MFP. Consequentemente, “estes partidos não puderam ter uma vida legal e desenvolveram uma ampla atividade terrorista”, relativamente à qual “duas organizações foram encarregues de a executar: o Exército de Libertação de Portugal (ELP) e o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP)” (p. 134).

No respeitante ao ELP, este autor refere que tal organização, “durante o verão de 1975, reorganizou-se em Madrid, em colaboração com setores da DGS [Direção Geral de Segurança] e da extrema-direita espanhola e internacional”, considerando que “a sua ideologia era de extrema-direita, em alguns casos nazi, pelo que o seu discurso não era só contra o 25 de abril mas também contra o legado de Caetano, por demasiado liberal” (p. 135). Adicionalmente, Cervelló relata que “depois do 11 de março, chegou a Espanha uma nova onda de exilados, entre os quais o comandante Alpoim Calvão⁴, que foi encarregado de montar uma segunda organização armada, o MDLP” (p. 135). Segundo o autor, em distinção com “o pequeno grupo neo-nazi que era o ELP”, no caso do MDLP é possível afirmar que este “se estruturou numa organização muito ampla”, relatando que “o seu presidente foi o general Spínola”, o qual “contou com o apoio do secretário-geral do PDC, major Sanches Osório⁵, com o dos líderes do PP e com o de outras pessoas marginalizadas pela revolução” (p. 135). No entanto, e também como efeito secundário da sua amplitude, às “disputas internas juntaram-se outras de caráter ideológico”, levando Cervelló a concluir que “a única coisa em comum que tinham os seus membros

⁴ “Um dos oficiais mais condecorados das Forças Armadas (...) distinguiu-se em Novembro de 71 quando conduziu a célebre - e fracassada - invasão da Guiné-Conakry”, tendo sido “convidado a participar no movimento [que culminaria no 25 de Abril] pelo então comandante Pinheiro de Azevedo”, mas “não [aceitou]” (Centro de Documentação 25 de abril, n.d.).

⁵ “Com a patente de Major foi um dos primeiros oficiais a aderir ao Movimento que haveria de fazer a revolução de 25 de Abril. Diretor Geral da Informação no 1.º Governo Provisório e Ministro da Comunicação Social no 2.º Governo Provisório, demitiu-se de ministro e de oficial do Exército após a resignação de Spínola” (Fundação Mário Soares, n.d.)

era o anti-comunismo, o que não era suficiente para manter a unidade orgânica” (p. 136). É referido igualmente pelo autor que “o 25 de novembro foi uma desilusão para o MDLP e para a sua estratégia” (p. 137) pelo que “o MDLP continuou as suas atividades até à sua dissolução formal, em 29 de abril de 1976, mas com ação cada vez mais diminuída” (p. 138). Contudo, é constatado que “juntamente com o MDLP e o ELP, surgiram outras organizações”, das quais “a mais importante foi a «Maria da Fonte»” (p. 138), terminando, esta, as suas ações a 25 de novembro, mas sendo revelante assinalar que “entre Julho e Novembro de 1975 foram atacadas mais de 100 sedes do PCP ou de outras organizações próximas” (p. 139). Apesar de tais ações, Cervelló conclui que, tendo em conta que “ao longo de 1976, com a aprovação da Constituição, deu-se um progressivo regresso à normalidade”, foi possível assegurar que “os exilados foram regressando a Portugal e os «saneamentos» políticos ficaram sem efeito com uma nova legislação que permitiu, em princípios de 1980, que todos os afetados fossem reintegrados na sua atividade” (p. 140).

É através destes atores políticos que, como afirma Marchi (2012) em *As direitas radicais na transição democrática portuguesa (1974-1976)*, “a extrema-direita manteve uma presença constante ao longo de todo o processo de transição” (p. 75). O autor relata que a “oposição de direita ao marcelismo organiza-se, desde dezembro de 1972, na Associação Programa”, a qual “constitui uma rede preciosa para a reorganização das direitas radicais no pós-25 de abril” (p. 77). Deste modo, surge o Movimento de Ação Portuguesa (MAP), que “tenta captar os ultras irredutíveis” (p. 77), e o Movimento Federalista Português (MFP), representando a maioria que, referindo-se ao 25 de Abril, “pelo contrário, considera o golpe de estado como um facto irreversível, que exclui utópicas tentações restauracionistas” (p. 78). No entanto, Marchi alerta para o facto de que “o MFP e o MAP não esgotam o panorama de quantos, à direita da revolução, tentam constituir uma barreira às esquerdas” (p. 79). Nos meios monárquicos, nasce o Partido Liberal (PL) “como dissidência de direita da Convergência Monárquica”, o qual, juntamente com o Partido Trabalhista Democrático Português de inspiração “antimarxista” (p. 79), se une ao MFP que se transforma em Partido do Progresso (MFP/PP) para formar a Frente Democrática Unida (FDU) “com vista às eleições

constituintes de abril de 1975, para alcançar a definitiva institucionalização” (p. 81). Adicionalmente, na direita católica, emergem o Partido da Democracia Cristã (PDC), no qual, “entre os fundadores do partido aparecem vários salazaristas e marcelistas, alguns até com um passado na extrema-direita desde os anos 30” e o Movimento Popular Português (MPP) que “se inspira no catolicismo antiprogressista de Jean Ousset⁶” (p. 79). Referindo também o efémero Partido Nacionalista Português (PNP) “fundado no Porto em 24 de julho de 1974, por antigos membros da Legião Portuguesa” (p. 79), o autor esclarece que “o objetivo comum de todas essas forças políticas, com exceção das mais irredutíveis MAP e PNP, é a conquista da legitimidade democrática, declarando a própria fidelidade aos princípios e aos projetos expressos pela ala moderada do MFA” (p. 80). Deste modo, “as direitas radicais aproximam-se das forças militares e civis reunidas à volta do General Spínola” e, “numa derradeira tentativa de condicionar o processo de descolonização, os radicais infiltram a frente spinolista que apela à «maioria silenciosa» em apoio ao Presidente da República” (p. 81). Porém, tal apelo não alcança sucesso e o autor constata que “o desfecho do 28 de setembro é um duro golpe para a extrema-direita, cuja capacidade de manobra e resistência, mesmo à sombra de uma figura institucional como Spínola, demonstra ser bastante precária”, resultando no facto de que, após esta data, “dos partidos à direita do CDS, sobrevive apenas o PDC” (p. 82).

Segundo este autor, a sobrevivência do PDC depois do 28 de setembro “oferece de facto a sensação de uma nova arrancada da direita, capaz de reunir o eleitorado anticomunista mais irredutível, tanto que muitos quadros do salazarismo e da direita radical na debandada, aderem ao partido” (p. 83). Porém, a pertença de Sanches Osório à facção spinolista do MFA, do qual era membro mesmo antes de estar no PDC, leva a que o insucesso da ação de Spínola a 11 de março de 1975 provoque temporariamente “a imediata ilegalização do partido e a definitiva terra queimada à direita do CDS” (p. 84). Marchi conclui que, deste modo, “para os militantes da direita radical abre-se uma segunda fase, representada pela clandestinidade e pela luta armada”, surgindo o

⁶ “One of France's foremost scholars (...) and a leader of the European anti-Marxist movement” (IHS Press, n.d.)

Exército de Libertação de Portugal (ELP), o qual “repropõe substancialmente o Manifesto Programático do MAP” (p. 86), e o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), cuja “capacidade operativa é garantida por militares próximos do Spínola” e cujo “papel político preponderante é desenvolvido, pelo contrário, pelos civis da direita radical oriundos do MFP/PP” (p. 87). Porém, o autor esclarece que “o ELP e MDLP integram uma rede mais vasta de personalidades e organizações que animam a campanha armada anticomunista” (p. 88) sob a forma de “ações terroristas” na qual “a extrema-direita não joga um papel de liderança mas sim operacional e de instrumentalização” (p. 99), falhando em capitalizar a seu favor os desenvolvimentos que sucedem ao 25 de novembro. Assim, começando por constatar que “o 25 de novembro e o fim do PREC proporcionam à extrema-direita um incremento indiscutível de liberdade de ação, no campo político e cultural, ao longo de toda a sucessiva fase de normalização democrática” (p. 90), Marchi conclui, no entanto, que “a capacidade operativa de mera reação não permitirá assim esboçar um projeto de longo alcance, capaz de sobreviver ao esgotar-se do clima emergencial representado pelo PREC” (p. 91). Desta forma, é argumentado simultaneamente que “nos primeiros dois anos de transição democrática, as direitas radicais demonstraram uma incapacidade de fundo em se organizar” (p. 90) e que, posteriormente, “os que constituirão novos partidos à direita do CDS dedicar-se-ão à tentativa infrutuosa de inserir-se na vida política institucional” cujo desfecho infrutuoso se deve à constatação de que “as direitas radicais não saberão aproveitar politicamente o clima «weimariano» do pós-25 de novembro” (p. 91)

No respeitante a este período de transição, Tom Gallagher (2016) conclui, de modo semelhante, em *Portugal: The Marginalization of the Extreme Right*, que “the ELP and MDLP, which had seemed so threatening as communist offices burned down in 1975, faded from the scene as a form of normality was restored”, nunca conseguindo afirmar-se apesar de as “opportunities for the far right to expand its credibility would emerge in the initial phase of the fledgling democracy’s existence up to the next general election held at the end of 1979” (p. 237). Porém, o autor considera importante esclarecer que “the story of the far right in contemporary Portugal is not even one of

missed opportunities or political «what might have beens»” uma vez que, “after 1974, those disorientated and backward-looking groups on the far right never looked in much danger of emerging from a shadowy political existence” (p. 244). Assim, perante o que Gallagher considera uma “tense, disgruntled atmosphere of the late 1970s, as the democratic system failed to march its early promise”, é atribuído destaque à constatação de que, na direita radical portuguesa, “the talented leaders, the organizing skills, and the infrastructure (...) were lacking”, revelada pelo “failure to turn the 700,000 often destitute refugees from Africa into footsoldiers for *revanchiste* right-wing politics” (p. 244). Ao assinalar que “a party of the far right with a distinct national profile took shape only in 1977” (p. 239) através do Movimento Independente de Reconstrução Nacional (MIRN) lançado por Kaúlza de Arriaga, o autor conclui que, face aos resultados alcançados pelo MIRN em coligação com o PDC nas eleições de 1980, nas quais não conseguiram eleger nenhum deputado, vencendo a Aliança Democrática de PSD-CDS-PPM, “this election revealed that the far right possessed no geographical power-base” (p. 241).

Considerando justamente a área política à direita do CDS na institucionalização democrática, Riccardo Marchi (2017), em *A Direita Nunca Existiu: As Direitas Extraparlamentares na Institucionalização da Democracia Portuguesa 1976-1980*, atribui importância ao processo que a antecedeu em que os seus atores políticos “acabam desarticulados pelas duas vagas repressivas de 28 de setembro de 1974, quando ainda jogaram um papel de relevo na organização da «maioria silenciosa», e de 11 de março de 1975, quando sofreram mais do que protagonizaram a derrota da direita militar spinolista” (p. 17). Por sua vez, apesar da tentativa em “reestruturar-se organizativamente e institucionalizar-se definitivamente no novo regime português” (p. 17), é clarificado que “este objetivo fracassa definitivamente em 1980, quando a segunda vitória da Aliança Democrática (AD) demonstra o desinteresse do eleitorado mais à direita para sujeitos políticos alternativos à coligação parlamentar PSD-CDS-PPM” (p. 17). Assinalando causas endógenas e exógenas para o seu insucesso, Marchi argumenta que, apesar do “reequilíbrio do eixo político português à sombra das novas relações de força determinadas pelo 25 de novembro de 1975” (p. 443), “é a indefinição

identitária que caracteriza as direitas extraparlamentares desde o princípio da transição” (p. 445). Assim, é destacado a nível endógeno o facto de que, perante as potenciais bases de apoio, “nenhum dos diferentes sujeitos organizados – partidos ou movimentos – assume abertamente o legado do regime deposto: nem a firmeza de António de Oliveira Salazar, nem o reformismo de Marcelo Caetano”, apesar da constatação da “existência difusa de fidelidades a uma ou a outra das duas fases do Estado Novo” (p. 445) nestas organizações. Por outro lado, “o fator exógeno mais determinante foi a indisponibilidade de todos os atores parlamentares para se envolverem oficialmente com as direitas extraparlamentares” (p. 449), sendo assinalada a existência de “investidas antifascistas, públicas, de PPD/PSD, CDS e PPM contra os sujeitos políticos à sua direita” com o objetivo de “remarcar a própria democraticidade e a distância do antigo regime” (p. 450).

Adicionalmente, António Costa Pinto (1995), em *The Radical Right in Contemporary Portugal*, anteriormente referido, afirma que, apesar de “with the renegotiation of the pact between the democratic parties and the inheritors of the MFA, and the disappearance of military tutelage, some leading figures of the old regime returned to Portugal” (p. 118), é necessário ter em conta que “these figures were not associated with a possible future revival of the native radical right, and the old ministerial elite of Salazar died in silence” (p. 119). Considerando, então, o MIRN como “the last attempt to unify various fringe groups associated with the old regime”, o autor conclui que “the failure of the MIRN, which was dissolved soon after, marked the end of an era” (p. 119), esclarecendo que “it was in the cultural field that the most active groups concentrated their activities in the 1980s” (p. 120). Deste modo, é argumentado que “the most important shifts on the radical right occurred at the cultural level after a profound crisis brought on by the transition to democracy and decolonisation” (p. 124).

Revela-se importante assinalar que Marchi (2016) esclarece em *À Direita da Direita*, anteriormente referido, que, após “a proliferação de organizações de direita e extrema-direita na primeira fase da transição democrática” (p. 225), já retratada, “o fracasso eleitoral de 5 de outubro de 1980 inaugura, para a extrema-direita portuguesa, o período da diáspora” (p.234). Ou seja, segundo o autor, após tal fracasso, “a área

radical pulveriza-se numa panóplia de grupelhos com escassos militantes e capacidade mobilizadora praticamente nula” (p. 234). Nesta pulverização, são destacados, no entanto, o surgimento do Movimento de Ação Nacional (MAN) em 1985 e da Aliança Nacional (AN) em 1995 devido às “repercussões que tiveram na dinâmica da extrema-direita” (p. 234). Segundo Marchi, o MAN merece relevo por tornar-se “o mais importante aglutinador de uma nova geração de militantes nacionalistas – alguns deles aderentes à subcultura skinhead – alheios às experiências do regime autoritário e da transição democrática” e, precisamente estabelecendo uma distinção com a direita radical que o antecede, por introduzir em Portugal “o discurso etno-nacionalista - «racialista», na expressão dos seus animadores – baseado na defesa da homogeneidade racial contra os perigos da imigração e da mestiçagem” (p. 235).

Reconhecendo o contributo dado pelo MAN à sua mobilização, este autor afirma que “a extrema-direita retoma o objetivo da constituição de um partido político” e, posteriormente, em 1995, já depois de 10 anos de governos liderados por Aníbal Cavaco Silva como presidente do PSD e 9 anos depois da integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, a AN “surge da confluência de duas correntes: a do salazarismo tradicionalista representada por Cruz Rodrigues e a do etno-nacionalismo representada pelo ex-líder do MAN, José Luís Paulo Henriques” (p. 235). Porém, o insucesso em recolher assinaturas suficientes para legalizar o partido leva a que o objetivo afirmado seja alcançado apenas em 1999 através da infiltração do Partido Renovador Democrático (PRD), partido fundado em 1985 com o apoio político do primeiro Presidente da República democraticamente eleito após a revolução de 25 de abril de 1974, Ramalho Eanes, reorganizando-o em 2000 sob a forma de Partido Nacional Renovador (PNR), no qual Marchi constata “o conflito entre o velho nacionalismo salazarista e o novo extremismo etno-nacionalista” (p. 236). Apesar da presidência ter sido assumida inicialmente por Cruz Rodrigues, o autor destaca a resolução deste conflito afirmando que “a vitória desta última facção leva à presidência do PNR, o antigo dirigente do MAN, Paulo Rodrigues (2002-2005) e, a partir de junho de 2005, José Pinto Coelho, antigo militante dos anos 70-80” (p. 236). Deste modo, o autor argumenta que “a gestão Pinto Coelho abre uma nova fase na vida do partido, caracterizada pela

tentativa de introduzir em Portugal as temáticas da nova extrema-direita europeia” (p. 236), afirmando que “nesta primeira década do novo milénio, o PNR é o único partido de extrema-direita presente em Portugal” (p. 237). Marchi destaca a distinção entre esta nova direita e a que antecede a criação do MAN, concluindo que “a nova extrema-direita está longe de recuperar a incisividade da sua predecessora – já por si bastante irrelevante – na democracia portuguesa” (p. 241).

Atentando particularmente no MAN apresentado como raiz do novo extremismo de direita por Riccardo Marchi (2010) em *At the Roots of the New Right-Wing Extremism in Portugal: The National Action Movement (1985-1991)*, é avançado neste texto o argumento de que o MAN, “thanks to doctrinal innovation and the new fissures it provoked, represented, in our view, the turning point in the dynamics of Portuguese radical right movements and the basis for a new nationalist radicalism in Portugal” (p. 50). Adicionalmente, o autor constata a adoção, também na década de 80, da “cultural warfare” por parte desta área política, destacando a revista *Futuro Presente* pela introdução em Portugal do “‘right-wing Gramscism’ of the French Nouvelle Droite (Alain de Benoist) and, since 1982-1983, the realism of the new Anglo-Saxon Right (Thatcher and Reagan)” (p. 50), corroborando, desta forma, o destaque dado por António Costa Pinto à ação cultural das direitas na década de 80. Concebendo uma fratura simultaneamente política e cultural nos partidos políticos da direita radical perante “the drainage of the radical wing throughout the 1980s”, a partir da qual teria emergido um novo radicalismo nacionalista, Marchi considera que “the resolution of this fracture rests in the troubles of the Portuguese Radical Right of the mid 1980s and, particularly, in the emergence of MAN within the fragmented and feeble hub of radical nationalism” (p. 51). Desta forma, o autor começa por constatar que, “due to the absence of a strong party of reference, a new generation of militants appeared in Portugal, who shared a radical subculture that was distant from the traditional ideological vectors of Portuguese ultra-nationalism”, introduzindo o discurso característico dos “most extreme European-American right-wing movements to the political culture of Portuguese radicalism”. Por sua vez, conclui afirmando que “this discourse, rewritten and modernised at the turn of the millenium was at the basis of the creation of PNR”, estabelecendo uma distinção

simultaneamente geracional e doutrinária com o “multi-racial vocabulary of the historical Portuguese radical nationalism, still associated with the myth of empire” (p. 51).

Destacando a identidade distinta da direita radical e do nacionalismo que caracterizam o MAN, Marchi refere que “the decision by some of the more influential figures of the Portuguese skinhead movement to join MAN resulted in the movement accentuating its ethnic-nationalist and racist discourse” (pp. 52-53) e a dificuldade em manter estável a dinâmica estabelecida com o movimento skinhead e sua “increasingly violent nature” (p. 53) manifestada em 1989 no assassinato de um dos membros do Partido Socialista Revolucionário (PSR). Perante estes desenvolvimentos, o autor relata, referindo-se ao líder do MAN, que “caught between defections, media attacks and legal investigations, [José Luís Paulo] Henriques had little alternative but to accept that this movement, which had been irredeemably compromised, was no longer viable, and decided to close it down in 1991” (p. 54). Apesar deste desfecho, Marchi considera ser importante ter em conta o impacto do MAN, destacando que este “did not meet the political demands of an elite formed by veterans of the Portuguese Radical Right”. Segundo o autor, a ausência de tais veteranos tornou o MAN “susceptible to the easily absorbed political identities and ideological discourses of foreign radical right-wing organisations” (p. 61), considerando, no entanto, que “the anti-capitalism and anti-liberal discourse of the movement, as well as the atonement of authoritarian regimes, made MAN definitively incompatible with the category represented by the new extreme right”. Apesar desta afirmação, Marchi assinala que a “radical opposition [of MAN] to immigration and assimilation policies constitutes something new in the slogans of the traditional Portuguese Radical Right”, postura que o autor distingue do “myth of the multi-racial and multi-continental empire” (p. 65). Deste modo, é argumentado que “it was over the last 20 years of the past century that profound changes in the Portuguese radical nationalism occurred” e que o “MAN accounts for the fracture whose historical parable [sic] established a ‘before’ and an ‘afterwards’” (p. 64). Marchi conclui, então, que “militants raised in the ranks of MAN and who remained active following the dissolution of the movement brought all these innovations with them” afirmando-as

“when of the founding of the Partido Nacional Renovador” (p. 66), mas esclarece, referindo-se ao PNR, que “the party cannot be seen as a mere photocopy of MAN”.

Atentando no PNR, fundado em 2000, José Mourão da Costa (2011) afirma também em *O Partido Nacional Renovador: a nova extrema-direita na democracia portuguesa* que, “a partir da década de 80, com a elite intelectual da extrema-direita distante do universo associativo remanescente, surgiram no país as primeiras manifestações de um novo paradigma nacionalista” (p. 772). Concretamente, “a rutura doutrinária em relação ao nacionalismo universalista e à sua tradição multirracial seria assinalada pelo Movimento de Ação Nacional” ao introduzir “os primeiros indícios de um nacionalismo de recorte etnocêntrico” e ao fornecer “alguns dos principais rostos da nova extrema-direita portuguesa, que a partir de meados da década seguinte iriam ter um papel determinante na edificação do Partido Nacional Renovador” (p. 772). No respeitante a tal edificação, Costa refere que é necessário ter em conta um longo processo, começando por considerar que a geração associada ao MAN, “em meados dos anos 90, já portadora de um discurso exclusivista mais refinado, (...) procurou capitalizar a mobilização juvenil da década anterior ao serviço de uma estrutura política mais robusta” (p. 772). Porém, o autor alerta para o facto de que “a principal corrente é formada por figuras afetas ao anterior regime e é liderada por António Cruz Rodrigues, histórico salazarista”, de quem “em 1995 parte [a] iniciativa [da] criação da Aliança Nacional” (p. 773). Apesar da corrente simbolizada pelo seu fundador, Costa esclarece que “a convergência de interesses com a linha saudosista levará os principais nomes da geração pós-industrial a aderir à Aliança Nacional” (p. 773) referindo-se à geração resultante do “desenvolvimento pós-industrial das sociedades ocidentais a partir de meados dos anos 60 [que] desencadeou uma mudança profunda nas prioridades valorativas dos cidadãos” (p. 766). O projeto da Aliança Nacional acaba por revelar a “manifesta incapacidade de erguer um novo partido pela via institucional”, exigindo a adoção de uma estratégia alternativa e, “contornando as exigências legais à constituição de partidos, esta estratégia consistiu na tomada de uma força política existente” (p. 773), concretamente, o PRD, surgindo, através de conversão estatutária, o PNR, como já relatado.

Constatando a coexistência no novo partido das duas correntes mencionadas, este autor afirma que, uma vez alcançado o objetivo que as unira, “a convivência entre as correntes fundadoras do partido entrou inevitavelmente noutra etapa, de cuja definição dependiam as ambições e o próprio posicionamento do PNR na democracia portuguesa” (p. 774). Deste modo, apesar de a liderança ter sido inicialmente atribuída a Cruz Rodrigues, “a clivagem geracional e as divergências de ordem estratégica entre estas duas linhas adquiriram novos contornos na 1ª Convenção Nacional do PNR, em janeiro de 2002” (p. 774), elegendo Paulo Rodrigues presidente da Comissão Diretiva e afastando Cruz Rodrigues dos órgãos do partido. Assinalando uma dinâmica de relações instáveis, o autor relata o seu desfecho ao referir que “o afastamento definitivo da ala salazarista e o apagamento dos últimos vestígios do paradigma nacionalista tradicional seriam consumados em 2005, na sequência da 2ª Convenção Nacional do PNR” (p. 775). Esta convenção torna José Pinto Coelho o novo líder do PNR, o qual, segundo Costa, “irá marcar uma rutura no estilo de liderança e nas opções estratégicas das anteriores direções, em linha com as transformações operadas nas últimas décadas pelos seus principais congéneres europeus” (p. 775). Através desta nova liderança, o autor constata “não apenas a crescente ligação ao tecido associativo europeu, mas sobretudo uma conceção pan-europeísta, profundamente enraizada na cultura política da extrema-direita pós-industrial” (p. 776), ou seja, o “mito de uma Europa «do Atlântico aos Urais» (...), reclamando a existência de um espaço identitário de natureza etnocultural”, afirmando igualmente “uma ligação estreita com o universo associativo da extrema-direita, assim como uma forte cumplicidade com o movimento *skinhead* em Portugal” (p. 780). Desta forma, o autor alcança a conclusão de que, perante “a infiltração em Portugal das correntes doutrinárias que na década de 80 estremeceram os alicerces das direitas europeias”, a direita radical recolocada no espetro partidário pelo PNR sofreu alterações profundas. “Partindo de um discurso racista e de estruturas associativas incipientes, os seus novos intérpretes foram consolidando uma identidade soberanista e uma consciência europeísta” (p. 785).

Dando ênfase à evolução da direita radical portuguesa a partir de 1984, Fábio Chang de Almeida (2015) destaca também, em *A direita radical em Portugal: da*

Revolução dos Cravos à era da internet, “o surgimento de novas personagens no panorama da direita radical portuguesa” (p. 104) na década de 80. No período anterior, “a direita radical portuguesa buscou rearticulação através de diversas organizações” (p. 101) sem alcançar sucesso e, concebendo precisamente as novas personagens no panorama desta área política, o autor considera igualmente que “uma das organizações mais importantes nesse sentido foi o Movimento de Ação Nacional (MAN)” (p. 104). Segundo o autor, “o «nacionalismo revolucionário» do MAN buscava combater o sistema democrático”, afirmando que “entre os anos de 1988 e 1990, ao mesmo tempo em que radicalizava o seu discurso, o MAN conseguia novos adeptos” (p. 109) No entanto, relatando “a aproximação entre o Movimento de Ação Nacional e a subcultura *skinhead*” (p. 110), o autor refere que “foi nesse período que o nome do movimento acabou por ser associado a diversos episódios violentos” (p. 109), como o assassinato de um dos membros do PSR referido anteriormente, que levariam à sua desestruturação. No entanto, Almeida afirma que “o país foi ineficiente em impedir a reorganização da extrema-direita em novas organizações *skinheads*” (p. 113), alertando, no entanto, para o facto de que, “apesar da reorganização do cenário *skinhead*, ao final dos anos 90 Portugal ainda não contava com um partido político claramente identificado com a direita radical” (p. 115). Porém, esta situação não se revelou permanente uma vez que “tal «lacuna» seria preenchida no ano 2000, com a criação do Partido Nacional Renovador (PNR)” (p. 115), o qual, por sua vez, “aproximou-se dos setores *skinheads*, órfãos de uma organização política desde a dissolução do MAN” (p. 116). Nesta evolução, o autor destaca também que um “ponto fundamental para a organização da direita radical foi a revolução tecnológica nos meios de comunicação”, afirmando que “os recursos da rede mundial de computadores foram (e são) amplamente utilizados pelos grupos de direita radical (p. 120), adicionando que “a cobertura da imprensa portuguesa (...) auxiliou a transformar membros da direita radical, como Mário Machado e José Pinto Coelho, em personagens conhecidos nacionalmente” (p. 121).

Assinalando a novidade que tais personagens introduzem na área política em estudo, José Pedro Zúquete (2007) nota, em *Portugal: A new look at the extreme right*, no respeitante ao PNR, “an element of *novelty* in the party”, argumentando que “its

political discourse is no longer nostalgic but modern, in the sense of addressing new themes and challenges to the ‘national community’” (p. 180). Adicionalmente, o autor integra este partido numa mais alargada família política, argumentando que “its ideological core, its literature, its public behaviour and media tactics, all position the National Renewal Party among the broader extreme right family of parties that have gained considerable success in other Western European countries” (p. 180). Ao colocá-lo nesta dinâmica europeia, Zúquete destaca a novidade das condições estruturais nas quais o PNR também se move, considerando que “the increase in the postindustrial nature of Portugal (...) created a new structural framework”, a qual, por sua vez, “under the impact of fluctuations in the economy, may have the potential to open a ‘political opportunity structure’ that could be exploited”, podendo vir a propiciar o crescimento desta área política em Portugal no futuro. Perante estas circunstâncias, o autor destaca a ação de José Pinto Coelho, afirmando que “under his leadership the PNR has increasingly focused onto the novel issues and demands attending Portugal’s consolidation as a postindustrial society” (p. 183), procurando igualmente afirmar o PNR “as the guardian of the national identity that is becoming dangerously debased” (p. 186). Apesar de reconhecer que “the post-revolution history of the extreme-right in Portugal has been characterised by the electoral failure” (p. 179), o autor afirma a “emergence in contemporary Portugal of a ‘new’ extreme right movement” capaz de adaptar-se aos “novel challenges and demands posed by modernity and globalisation” e que se revela “invested in a quest to ‘protect’ the ethnic fabric of the nation against social disruption and cultural rootlessness” (p. 193).

Considerando a história da direita radical portuguesa desde o final da II Guerra Mundial, Riccardo Marchi (2019) estabelece, em *The Portuguese Far Right: Between Late Authoritarianism and Democracy (1945-2015)*, uma divisão em três períodos, afirmando que “the last three decades of the New State was the first, characterized by the struggles Salazar faced until 1968 and those by Marcelo until 1974” (p. 4). Por sua vez, “this was followed by the years of the democratic transition from 1974 up to the start of the 1980s”, e, por último, “the three decades of consolidated democracy, from the end of the 20th century to the start of the 21st century represent the third period”

(p. 4). No respeitante ao primeiro período, o autor destaca as “strategies these factions and groups undertook to preserve the authoritarian regime and whatever alternatives could be found to avoid democracy from taking root” (p. 4), assinalando a existência de “different factions within the regime that would later converge into a general right-wing opposition to the liberalization policies championed by Caetano” (p. 5). O período que o sucede é inicialmente caracterizado pela tentativa de “organize and consolidate right-wing parties in the immediate aftermath of the coup d’état” e, em seguida, pela “armed underground fight during the Ongoing Revolutionary Process (Processo Revolucionário em Curso – PREC) until November 1975” (p. 5). Segundo o autor, a data de 25 de novembro de 1975, ao assinalar o final do PREC, “allowed the extreme right to give up underground activities and pave new paths towards institutionalization”, relatando que “between 1976 and 1982, (...) the extreme right attempted to become part of Portuguese democracy’s institutionalization process” (p. 5). Marchi afirma tratar-se de um projeto que envolve “propaganda and spreading the word through editorial initiatives” (p. 5), levando-o a destacar a adoção de uma “meta-political strategy initiated to modernize the extreme right at the end of democratic transition”, assinalando a influência da “European and North American new right and the innovations led by European neo-fascism” (p. 6).

Por sua vez, é introduzido o terceiro período, no qual este autor constata a “greatest cultural and generational change in the history of the Portuguese extreme right: the replacement of the extreme right from the authoritarian regime with a new generation of radical activists” (p. 6). Segundo Marchi, “the flux of African immigrants from the overseas provinces after decolonization (...) provoked an outbreak of xenophobic tendencies, particularly among the youth who, in the suburbs, ended up integrating into the skinhead culture” (p. 6), levando o autor a assinalar no surgimento do PNR a existência de uma tensão entre as “components that made up the Portuguese radical milieu from the old Salazarists to the skinhead youth” (p. 7). A partir deste conflito, e perante o “Portuguese identitarian movement that developed in the last decade alongside the PNR, which was in line with homologous currents within the European extreme right” (p. 7), o autor conclui assinalando a existência simultânea, no

PNR, de uma “typical party agenda of the new extreme right” e de “typical traits of the old Portuguese extreme right by defending the New State and criticizing all involved in 25 April 1974” (p. 190).

3. A nação e o nacionalismo segundo o Ergue-te e o Chega

Neste capítulo, abordar-se-ão as representações do conceito de *nação* por parte dos partidos em estudo assim como a sua visão do *nacionalismo* através das fontes e do diálogo com a literatura existente.

Segundo estes partidos, a *nação* é caracterizada por um sentimento de pertença natural, a partir da qual se estabelece uma relação própria entre o indivíduo e esta comunidade orgânica, tal como se revela na afirmação presente nos atuais *Valores e Fundamentos* do Ergue-te (2010a), de que “o *Ergue-te* é organicista, na medida em que dá prioridade à comunidade histórica concreta sobre o indivíduo”, considerando o partido Chega (2019a) a “nação como um quadro de referência à ação do Homem, funcionando como entidade facilitadora e integradora do seu desenvolvimento e da sua ação”. Tal pertença adquire um caráter natural através da equiparação desta relação à estabelecida entre um indivíduo e a família já que o líder do Ergue-te entende “a Nação como uma construção natural e como espécie de prolongamento da família” (Pinto-Coelho, 2013a) (itálico no original), afirmando igualmente o ideólogo do Chega, Mithá Ribeiro (2020a) (itálico no original), que “o nacionalismo historicamente não se instituiu contra mas suportado no que antes existia, na *família*”. Perante tais considerações, creio ser importante ter em conta nesta análise que, tal como refere o sociólogo Sinisa Malesevic (2011), enquanto a proximidade estabelecida com a família surge como uma “spontaneous and expected form of social solidarity, there is nothing too obvious in one’s attachment to the millions of people that one will never meet and get to know in person” (p. 282). Considerando a evolução de tais solidariedades além do espaço temporal, é necessário conceber a existência do que Malesevic (2011) apelida de “ideological process of making nations emotionally equivalent to families” (p. 283), o qual, como o autor esclarece numa outra obra, consiste num “process rooted in and dependent on ideological penetration, which itself rests on the expansion of organisational capacities” (Malesevic, 2018, p. 296). Deste modo, é imperativo investigar a própria conceptualização da *nação* reconhecendo a configuração ideológica destes partidos e a força de tal ideologia justamente porque “the strength of nationalism in modernity stems from its organisational and ideological embeddedness and its ability

to mimic and replicate the language and practices associated with face to face intimacy” (Malesevic, 2018, p. 298), tal como revelado nas concepções do Ergue-te e do Chega. Tais concepções da *nação* como uma comunidade ou quadro de referência propícios e naturais ao ser humano adequam-se à afirmação de Umut Ozkirimli (2010) de que “for nationalists (...) human beings can only fulfill themselves and flourish if they belong to a national community” para quem a “nationality is an inherent attribute to the human condition”, refletindo a ideologia nacionalista destes partidos através da qual são então estabelecidas afinidades primordiais à nação.

Considerando justamente a definição dada pelo Chega (2019a) de “uma nação entendida como comunidade de sangue, de terra, de bens e de destino, e reunindo os homens que, entre si, possuem vínculos históricos, culturais e linguísticos”, e a definição do Ergue-te (2017a), segundo a qual “uma Nação não é simplesmente um Estado ou um país independente – é, antes de mais nada, povo e língua, sangue e voz, merecendo a soberania”, é revelado um entendimento da *nação* como realidade natural, assumindo como ponto de origem estas características. Indo de encontro à definição do antropólogo Clifford Geertz (1993), o qual, referindo-se às “congruities of blood, speech, custom”, afirma que “by a primordial attachment is meant one that stems from the ‘givens’ (...) of social existence” (p. 259), estas congruências atribuídas retroativamente por estes partidos surgem como afinidades primordiais assumidas como factos da natureza. Deste modo, o florescimento nacional, isto é, o nascimento e constituição de uma nação portuguesa, adquire um carácter inexorável, mas que necessita de ser defendido para se preservar, usando o partido Chega a expressão - também utilizada por António da Cruz Rodrigues, histórico salazarista e primeiro líder do Ergue-te (ex-PNR) - de “comunidade de destino” (Rodrigues, 1977, p. 15, cit. em Madeira, 2020, p. 484). Considerando a pertença natural à *comunidade de destino*, tal como nota o teórico do nacionalismo Anthony D. Smith (1999), “one is chosen on condition that one observes certain moral, ritual, and legal codes, and only for as long as one continues to do so” (p. 125). Ou seja, as características essenciais projetadas na nação deverão ser entendidas através de uma ligação entre as características que, na ótica nacionalista, definem historicamente a nação e o seu destino para o futuro.

Concebendo “a ligação afetiva de um conjunto singular de pessoas ao seu território coletivo exclusivo” como “estável no tempo dos séculos” (Ribeiro, 2020b), o Chega assume, deste modo, um projeto nacionalista através de uma confluência temporal que estabelece uma pertença natural a um corpo nacional em que, “tal como a família, os laços nacionalistas sustentam-se porque estão diretamente filiados a um espaço, o território ancestral dos ascendentes, o que confere às fronteiras territoriais nacionais um significado histórico e social fundamental” (Ribeiro, 2020a), levando este partido a declarar no seu programa político que “a nação é uma comunidade onde até os mortos contam” (Chega, 2021a). De modo semelhante, o partido Ergue-te (2020a) considera que “Portugal é o Ontem, o Hoje e o Amanhã”, surgindo igualmente a nação como um conceito fixo e historicamente duradouro, a partir do qual é invocado o “estado de espírito e ação [pelo qual] os nossos antepassados se guiaram e morreram, para que hoje ainda persista uma nação chamada Portugal” (Amaral, 2016a), representando uma luta “em nome da geração do presente mas também das gerações de grandes portugueses do passado e do futuro” (Ergue-te, 2014a). É precisamente sob o nacionalismo que, como nota Montserrat Guibernau (1997), “o passado, o presente e o futuro se fundem para conferir à comunidade uma sensação de continuidade sobre a qual se funda o caráter transcendente da nação” (p. 137). Através deste caráter, a nação é, então, constituída como uma existência natural e concreta em ambos os partidos, considerando Mithá Ribeiro do Chega que o “ódio ao patriotismo e ao nacionalismo (...) desvia a mente coletiva de realidades existenciais concretas” (Ribeiro, 2020c), e, “para o *Ergue-te!*, princípios como Nação (...) não são meras abstrações” (Ergue-te, 2014b), procurando esclarecer que, para este partido, “a Nação é uma realidade concreta, natural e histórica, anterior e superior aos elementos que a compõem” (Ergue-te, 2015a).

Neste sentido, indo de encontro à noção apresentada por Jaime Nogueira Pinto e António Marques Bessa (1977) (itálico no original) de “*grupos em que os homens nascem*” e que, portanto, se constituem naturalmente como “*comunidades*” como “a nação, a família” (p. 297), estes partidos reproduzem a visão de direita que, nas palavras de Jaime Nogueira Pinto (1996), atribui “prioridade à comunidade histórica concreta e

às sociedades «naturais»” (p. 33). Estabelecendo uma relação com a essência ontológica da nação, ou seja, as suas características definidoras, esta configuração da comunidade nacional implica considerar que, tal como o partido Ergue-te (2010a) torna claro nos *Valores e Fundamentos* aprovados em 2010, “defender e valorizar o passado comum que interessa preservar e perpetuar, e cujos membros devem formar uma sucessão de gerações ligadas entre si hereditariamente, é a prioridade na defesa da identidade”, levando este partido a afirmar que “a consagração do *jus sanguinis* como critério único para atribuição da nacionalidade é, por isso uma consequência lógica de tais princípios”. Indo, assim, além de uma proteção de um antigo carácter coletivo ou de hábitos e formas de vida, o Ergue-te (2021a) propõe “alterar a Lei da Nacionalidade, baseando-a no *jus sanguinis* (nacionalidade herdada por descendência)”, uma vez que, segundo o líder deste partido, “a nacionalidade herda-se pelo sangue e não se obtém por decreto” (Pinto-Coelho, 2016a). Também para o Chega, como revelado pelas entrevistas realizadas por Riccardo Marchi (2020), “nas palavras de Diogo Pacheco de Amorim, o princípio do Chega é «*ius soli*, nem pensar. *Ius sanguinis* sim.»” (p. 177), de acordo com a conceptualização do Chega de uma *comunidade de sangue*, ainda que não se limite a tal, referida pelo próprio partido como já constatado.

Partindo da afirmação de John Breuilly (1990) de que “el nacionalismo jamás establece una conexión racional entre el concepto cultural y el político de la nación, debido a que no es posible establecerla” (p. 360), creio ser imperativo ter em consideração as definições do Ergue-te e do Chega no respeitante ao conceito de nação perante referências destes partidos à cultura. Ou seja, é, portanto, também segundo a lógica retratada na conceptualização da comunidade nacional apresentada que necessita de ser entendido o apelo do Chega (2021a) para “defender a identidade cultural portuguesa” e do Ergue-te (2019a) para “preservar e manter (...) a nossa identidade cultural”, não se limitando a sua análise ao conceito de cultura. Neste âmbito, o Ergue-te (2016a) exige que o imigrante “esteja integrado, nos respeite, partilhe do nosso estilo de vida e cultura”, aqueles que o fazem “, contudo, são uma minoria”. Segundo Marchi (2016), “acerca do tema da imigração, o PNR [atual Ergue-te] apresenta um discurso etno-nacionalista, no qual a chamada «invasão» é vista como

uma ameaça à identidade cultural” (p. 237), considerando, no entanto, relativamente ao Chega, que “não é fácil posicionar claramente o partido no polo étnico ou no polo cívico” do nacionalismo, ou seja, os “dois polos opostos do nacionalismo étnico puro (o português é o europeu caucasiano, com antepassados portugueses) e do nacionalismo cívico puro (português pode ser qualquer um que se identifique com Portugal, independentemente da sua origem)” (Marchi, 2020, p. 176). Porém, considerando, tal como John Breuilly, que o “nationalism should not be (...) divided into good and bad types (civic/ethnic)”, penso ser importante começar por reconhecer que o nacionalismo não deve ser “confined to the fields of political conflict and violence, but seen as a type of language, sentiment and politics which intrinsically both includes and excludes” (Breuilly, 2013).

Por sua vez, creio ser adicionalmente necessário ir além de uma compreensão da *nação* vista por estes partidos segundo a dinâmica da inclusão e exclusão, sendo imperativo analisar também o conteúdo ideológico projetado sobre ela. Deste modo, não deixando o ideólogo do Chega, Mithá Ribeiro (2020a), de referir “corpos identitários estranhos às identidades nacionais originárias”, é detetável neste discurso o que Montserrat Guibernau (2007) apelida de tentativa de promover “pure national identities” (p. 138) segundo uma configuração identitária da comunidade nacional que permite reconhecer a conceptualização que, segundo Guibernau (2013), é característica da direita radical, de uma “organic conception of the nation, which regards ‘foreign bodies’ as a threat to its life and health” (p. 87). Ora, tal como argumenta Sinisa Malesevic (2006), “a claim to possessing ‘ethnic or national identity’ is by definition an essentialist claim which aims to simultaneously reify all three categories – ‘identity’, ‘ethnicity’ and ‘nation’” (p. 30). Assim, atentando na forma como se manifesta a reivindicação de uma identidade nacional, em seguida, é importante reconhecer que a reivindicação de uma identidade afirma a existência de características essenciais que constituem a nação, à qual surge associada a projeção de uma identidade nacional originária que implica uma afirmação de cariz ontológico através do reconhecimento de uma especificidade nacional. Comprometendo-se precisamente a defender, aquando da

inclusão do Chega (2020a) no ID-Party⁷, a “Identidade de pessoas e Nações com as suas características específicas”, a caracterização essencialista da nação constitui o partido como um agente capaz de compreender a identidade nacional, a qual é, por sua vez, projetada num passado histórico.

Justamente numa deslocação do líder do partido Chega, André Ventura, a Guimarães, verifica-se a utilização de referências históricas associadas ao projeto nacionalista do partido em torno de uma nação cujo destino se encontra, segundo aquele, sob ameaça, dizendo André Ventura (2021a): “ontem tive o castelo de Guimarães atrás de mim e senti a imensa responsabilidade de reconquistar Portugal ao socialismo e à corrupção que está a matar a nação”. Afirma igualmente Ventura (2021b): “em Guimarães (...) sinto sempre o apelo da grande nação que é Portugal!”. Assumindo uma relação entre as origens e a ontologia e destino nacionais, torna-se clara a construção mental essencialista que define o entendimento nacional do partido, levando os historiadores Pedro Martins e Alicia Miguélez Caveró (2021) justamente a notar que, para André Ventura, “o passado medieval representaria as origens e a pureza da nação (neste caso, a portuguesa), alegadamente deturpada pelo regime político atual (a III República)”. Tal como nota o medievalista Patrick Geary (2005), referindo-se aos historiadores da Idade Média, as “suas afirmações estão sendo usadas como base para reivindicações para o presente e o futuro” (p. 19), as quais, através do nacionalismo, formam “percepções” que “se encontram fora do domínio da história, no reino mitológico da memória coletiva” (p. 184).

Considerando a relação estabelecida entre o passado e as ações a adotar no presente, é importante notar, perante a associação entre a nacionalidade e a herança histórica exposta anteriormente, a configuração ideológica influenciada também pela *New Right*, a qual considera relativamente ao mito, tal como refere Michael O’Meara (2013), que “its principal function has always been to supply models of meaningful behavior for the present” (p. 133-134). É, então, a partir das suas características

⁷ *Identity and Democracy Party*, a aliança de partidos políticos europeus cujo grupo político no Parlamento Europeu é o *Identity and Democracy*.

originárias que transcendem um espaço temporal próprio que a essência nacional se constitui, determinando um projeto político para o presente que revela esta influência ideológica, segundo a qual “more than the story of a people’s origin, myth is the narrative basis of all that makes a people what it is – and, by implication, what it can be” (O’Meara, 2013, p. 134). Tendo em atenção o projeto político do Chega, é importante reconhecer tal entendimento do mito que “roots [reality] in a cultural heritage of significance that affirms it as a manifestation of original being” (O’Meara, 2013, p. 134), justamente de acordo com a conceção de “uma identidade nacional originária” (Ribeiro, 2020a).

O partido Ergue-te assinala a Batalha de Ourique precisamente como um dos “mitos fundadores da Pátria”, destacando “o papel a um tempo agregador, galvanizador e motivador que a batalha teve para uma geração após outra da Nação Portuguesa” (Ergue-te, 2018a) e recorda a Batalha de Aljubarrota como um “traço de união entre o passado e o futuro, como o exemplo e alimento anímico para o combate que se impõe por uma renovação nacional” (Ergue-te, 2018b). Para tal, Vítor Ramalho, membro da Comissão Nacional do Ergue-te e vogal do partido, estabelece o imperativo de “recordar todos aqueles que com sacrifícios, por vezes da própria vida, tornaram possível que quase mil anos depois da fundação nacional ainda possamos dizer que somos portugueses” (Ramalho, 2018). Além da visão de continuidade de uma nação que surge como conceito permanente numa trajetória histórica que deve ser recordada, o próprio líder do Ergue-te afirma que “sem História, nem memória, sem identidade nem integridade, não teremos futuro” (Pinto-Coelho, 2019a). Mithá Ribeiro, do Chega, procura igualmente articular o passado e o futuro ao argumentar que “pensar menos no presente e bem mais no passado e no futuro nacional e europeu é reentrar na órbita do ideal de civilização, tanto mais forte quanto mais estendido no tempo for o sentido da existência coletiva”, e destaca também que “pouquíssimos povos na face da Terra possuem uma consciência coletiva fixada numa memória escrita de quase nove séculos, uma maturidade identitária raríssima que permite perspetivar um futuro com igual solidez” (Ribeiro, 2020d).

De acordo com a associação entre a nacionalidade e a herança histórica estabelecida, Patrick Geary (2005) torna claro que a ligação medieval a uma identidade nacional, assim constituída pelo nacionalismo, “parte do princípio de que os povos da Europa são distintos e estáveis, unidades socioculturais objetivamente identificáveis, e são diferenciados pela língua, pela religião, pelos costumes e pelo caráter nacional, que não são ambíguos nem mutáveis” (p. 22). Através da noção de “comunidade de sangue” (Chega, 2019a) que se constitui como uma comunidade “de destino” (Chega, 2019a) em associação a esta ligação histórica entendida como um passado herdado que deve inspirar o futuro, é possível constatar a visão de um território com um significado que o transcende, sobre o qual é projetada uma identidade distinta que deve ser preservada. Atribuindo a sua convicção e a dos seus apoiantes à “força dos genes que temos” e ao “espírito de Portugal que nos percorre”, o líder do Chega, na sua deslocação ao castelo de Guimarães, projeta a preservação da identidade nacional em si próprio, declarando: “eu sou a voz do património dos portugueses de bem e trago comigo todas as histórias de Portugal” (Ventura, 2021c). Deste modo, no IV Congresso Nacional do Partido Chega, André Ventura procura precisamente destacar a existência de uma “simbiose perfeita” entre o partido e a nação ao afirmar que “amar Portugal e o Chega tornou-se quase inquebrável” (Ventura, 2021d).

A conceção de um projeto político assente nesta projeção identitária leva o Chega (2021a) a propor-se a “resgatar o valor identitário, histórico e civilizacional do sentimento nacional”, sendo que o Ergue-te (2014c) concebe também um futuro assente em valores que partem “das raízes, da tua cultura, da tua família e da tua Nação”, de acordo com o entendimento da comunidade nacional segundo a conceção orgânica da nação constatada nestes partidos. Tal como nota Michael O’Meara (2013), “New Right identitarians believe a people is a living organism. As such, it can die”, pelo que “to guard against this, a people needs a common heritage to define itself and maintain its will to live together”, levando o autor a concluir que “tradition serves as the scaffolding around which a people constitutes itself”. Por sua vez, reconhecendo, tal como Alain Badiou (2013), as “tensions over identity proper to tradition” (p. 94), - ou seja, a luta por uma afirmação identitária que caracteriza os apelos à tradição - a própria

identidade que caracterizará o organismo nacional constitui-se como foco político a partir desta relação entre uma herança comum e o organismo nacional. Tal conceção surge no projeto destes partidos indo de encontro à afirmação de Michael Minkenberg (2000) de que “counter-concept to social differentiation is the nationally defined community” e que “counter-concept to individualization is the return to traditional roles and status of the individual in such a community” (p. 174), constituindo um organismo nacional que assume um cariz tradicional e harmonioso. Justamente como afirma o partido Chega (2021a), “a sociedade é um organismo vivo” que deve obedecer a uma lógica “de baixo para cima, das identidades sociais, incluindo a identidade nacional, para o Estado (...) que remete para (...) subsidiariedade e harmonia, gerada pela tradição ocidental milenar cujo sentido da vida social depende, em primeiro lugar, da Família”. Assim, esta tese revela a naturalização da comunidade nacional em torno de uma tradição que assume um cariz orientador, a partir da qual a identidade nacional deve constituir-se como base da ação do Estado, enquadrando o organismo nacional.

Considerando, tal como Sinisa Malesevic (2011), que “‘national identity’ is a residual concept often utilised by social actors to make objective material order consistent with their subjective experience of that order” (p. 273), o entendimento da identidade nacional como perspetivada por estes partidos deve ter em conta a dimensão ideológica através da qual é concebida. Atentando na ideologia da direita radical, Montserrat Guibernau (2013) esclarece justamente que a “radical right stands as an example of a return to tradition insofar as it seeks to re-establish and preserve the idea that ‘pure identities’ are still viable though the exclusion of those deemed ‘too different’ and ‘unfit’ to belong” (p. 75). Revela-se precisamente importante ter em atenção o que Mithá Ribeiro, ideólogo do Chega, descreve como “corpos identitários estranhos à identidade nacional originária” (Ribeiro, 2020a), o que, por sua vez, revela a constituição de identidades negativas perante a *identidade nacional originária*, sendo criada uma identidade à qual apenas os verdadeiros portugueses, ou, nas palavras de André Ventura, os “portugueses de bem” (Ventura, 2021c) pertencerão.

Deste modo, a identidade nacional dependerá, ela própria, de uma identidade negativa atribuída a outro que se constitui como ameaça. Indo de encontro ao “*Nouvelle*

Droite's paradigm”, segundo o qual se declara uma “*staunch defence of cultural difference*”, sendo que, “*this, in turn, assumes the need of all cultures (...) to maintain their ‘purity’ by being free from alien influences and avoiding hybridization*” (Guibernau, 2013, p. 88), o partido Chega (2021a) “assume o dever de proteger, dignificar e renovar a nacionalidade portuguesa contra riscos da sua descaracterização nas gerações presentes e futuras”. Como consequência, afirma que “as políticas migratórias e de atribuição da nacionalidade a estrangeiros, em especial num contexto internacional de forte pressão imigratória sobre a Europa, comportam riscos para a sobrevivência dos Portugueses enquanto povo com identidade própria”. Perante a percepção da existência de riscos de descaracterização da nacionalidade portuguesa, Mithá Ribeiro (2021a) declara adicionalmente “o dever de travar o perigo da substituição demográfica dos portugueses” e André Ventura (2021e) esclarece que “o Chega defende um controlo da imigração a nível europeu”, argumentando que “a Europa como uma porta meramente giratória deixa de ser uma Europa”. Demonstrando um foco numa preservação identitária da nação e da Europa, o partido Chega deixa claro no seu programa que “privilegia o dever de salvaguarda da coesão sociocultural de Portugal e da Europa contra a ascendência do multiculturalismo” (Chega, 2021a).

Revelando de novo a associação realizada pelo Chega entre a nacionalidade e a herança histórica que caracteriza o seu entendimento da nação, assim como a percepção de uma *ameaça islâmica*, André Ventura (2021d) declara que os portugueses são “o fruto da espada de D. Afonso Henriques (...) que libertou Portugal dos islâmicos que hoje tanta ameaça causam à Europa e à União Europeia”. Atentando no *Manifesto para a Europa* do partido Chega, é estabelecido que o objetivo de “defender uma europa de nações soberanas (...) implica que cada um dos Estados Membros possa manter a sua soberania, a sua identidade, a sua Cultura, as suas raízes e a absoluta autenticidade da sua maneira de viver”, referindo que “defender a Europa das nações será, inevitavelmente, defender uma Europa das famílias, essas unidades básicas e imprescindíveis à estrutura de uma nação saudável e aberta ao futuro”. Considerando a nação, sob a forma de uma *comunidade de sangue*, como um prolongamento natural da família, como discutido anteriormente, este partido argumenta que “a não-reposição

das gerações representa não apenas um lento suicídio biológico, mas, principalmente, um suicídio cultural por perda da massa crítica indispensável à manutenção de uma identidade própria e irreduzível”. É, assim, reproduzido o entendimento de Guillaume Faye (2001, p. 137, cit. em O’Meara, 2013, pp. 42-43), ideólogo da *New Right*, segundo o qual, “ethnic identity and cultural identity form a block”, afirmando, sobre a “biological identity”, que “without it culture and civilization are impossible to sustain”. Adicionalmente, o Chega procura esclarecer que a sua ideia de uma *Europa das nações* implica reconhecer que “há que manter a complementaridade, logo o essencial da diferença das nações e dos homens que a integram”, uma vez que “a Europa, nascida da fusão entre duas tradições que se complementaram, a greco-romana e a judaico-cristã, foi grande enquanto as suas nações não só foram diversas como cultivaram a sua diversidade” (Chega, 2019b).

Assim, o Chega (2019b) afirma “defender uma Europa centrada sobre os seus valores eternos”, ou seja, “os valores da Europa de sempre, herdados da cultura grega, da civilização romana e da mundividência judaico-cristã que veio soldar, num todo, essas diversas fontes”, constituindo “os valores axiais de uma Europa que conta 2.700 anos, que são também os valores matriciais do nosso país e que a todos nos formaram como homens livres e como gente de bem”. Perante esta visão da Europa, é importante ter em consideração o “New Right’s effort to revive the forces of tradition and make Europeans conscious of their shared origins” (O’Meara, 2013, p. 138), o qual parece refletir-se neste partido, que diz procurar “defender uma Europa consciente e orgulhosa da sua identidade” (Chega, 2019b). Revelando-se importante destacar a influência do pensamento da *New Right*, a qual “anticipates a radical identitarian order faithful to its people’s biocultural heritage” (O’Meara, 2013, p. 248), no Manifesto Europeu do Chega, é possível também verificar neste documento o seu objetivo de “replenish all that has given life and form to the European idea over the ages” (O’Meara, 2013, p. 71), surgindo, no entanto, o esclarecimento de que o Chega (2019b) irá “recusar, sem qualquer ambiguidade, integrar uma federação europeia”.

Ao afirmar que “não defendemos (...) qualquer movimento de retirada de Portugal da União Europeia ou da moeda única. Defendemos e defenderemos em

Bruxelas (...) um regresso à Europa das quatro liberdades fundadoras + Euro ou seja, à Europa das Nações”, o Chega estabelece uma distinção entre o seu entendimento da Europa e a dimensão institucional desta sob a forma da União Europeia, considerando que “a UE está hoje a tornar-se porta-voz de uma mundividência globalista claramente irresponsável, impondo aos Estados Membros sucessivos fluxos migratórios que estão a traduzir-se na desagregação dos pilares básicos da Civilização Ocidental e da qual a Cultura europeia foi cunho e matriz”. Deste modo, critica a “atual tendência das instâncias da UE de ativamente se comportarem como correias de transmissão do movimento globalista que hoje, e cada vez mais, se está a intentar impor aos povos e às nações, esbatendo a sua identidade e dissolvendo o seu sentimento de pertença” (Chega, 2019b). Procurando preservar uma especificidade identitária perante o que entende serem ameaças à nação, o ideólogo deste partido, Mithá Ribeiro (2020b) (itálico no original) exalta a “nobreza dos sentimentos nacionalistas” frente ao “*globalismo* gerado no tempo histórico totalitário soviético”, e no próprio manifesto político fundador do Chega, é declarado que este partido “veio (...) para manter os nossos valores de sempre e as nossas tradições milenares. Manter a nossa identidade e o nosso apego às raízes” (Chega, 2019a).

Contrapondo também o nacionalismo e o globalismo, o Ergue-te (2016b) considera que “o grande confronto político do nosso tempo é entre o Nacionalismo e o Globalismo, estando este último a ser impingido ao povo pelas «castas» político-culturais que controlam ainda o Ocidente”, uma vez que existe uma “elite político-cultural que controla o Ocidente e quer impingir aos Povos a imigração em massa para criar um mundo sem fronteiras nem identidades”. Naquele *confronto*, o partido argumenta que, “do lado do povo resistente a esta globalização forçada, só existe uma força política organizada: a das formações partidárias nacionalistas, solidárias umas com as outras, lutando cada qual na sua própria Pátria. Esta resistência é em Portugal representada pelo PNR [atual Ergue-te]”. Afirmando-se como representantes da *resistência* a uma *globalização forçada*, o vice-presidente do partido, João Pais do Amaral (2015) posiciona o Ergue-te num “combate ao rolo compressor da globalização, do multiculturalismo e do mundialismo, pelo resgate da Pátria e pela defesa da nossa

liberdade enquanto povo e do nosso direito a presidirmos aos nossos destinos”, e o líder do partido, José Pinto-Coelho (2015a), afirma que “o poderoso rolo compressor mundialista, do totalitarismo do capital apátrida e do multiculturalismo, aniquila, sem dó nem piedade, toda a natureza humana, ou seja, a dignidade pessoal, a família e a nação.”

Entendida a nação como natural, tal como exposto anteriormente, e sob ameaça, o Ergue-te (2019b) considera que “cada vez mais, os países perdem autonomia e decisão e tornam-se presas fáceis de chantagens e imposições vindas de fora, assim como de submissão a agendas poderosíssimas, igualitárias, que atentam contra a identidade e modelo civilizacional das nações”. Assim, o Ergue-te considera existir um “rumo” que “está a levar o mundo ocidental, a Europa e concretamente Portugal para o fim das soberanias nacionais e da identidade dos povos, sendo estas substituídas por um neo-colonialismo financeiro e multicultural, para a apropriação dos recursos naturais e setores vitais das nações”. Considerando, particularmente, a nação portuguesa, este partido afirma que, “subjugados ao poder mundialista, a maior parte da legislação aplicada entre nós vem diretamente de Bruxelas e é aplicada pelos nossos governantes que, em boa verdade, são meras correias de transmissão dos supra-poderes globalistas, como a União Europeia”. Deste modo, surge o questionamento sobre “que futuro se pode esperar para Portugal e para os portugueses (...) quando temos de ver o nosso Orçamento de Estado aprovado pela União Europeia, bem como uma vasta série de decisões que transferimos para Bruxelas?”. Perante o rumo descrito, este partido argumenta que “o regresso às origens e às raízes da naturalidade e normalidade das sociedades passa pelo modelo nacionalista”, pois só o nacionalismo “irá libertar os povos da violência destrutiva do globalismo”.

Assim, o Ergue-te procura “afirmar um Portugal aberto ao mundo, mas onde quem mande sejam os portugueses, com orgulho na sua identidade” (Ergue-te, 2015b), através da “defesa de um Portugal soberano numa Europa de Nações Livres, onde a defesa da nossa Identidade e matriz civilizacional serão sempre inquestionáveis” (Ergue-te, 2014d). Deste modo, é esclarecido que “o PNR [atual Ergue-te] defende a Europa como espaço comum civilizacional, no qual Portugal se integra e de que se orgulha (...)

mas nunca aceitaremos qualquer tentativa de federalismo ou subjugação de umas nações pelas outras” (Ergue-te, 2019a), pelo que o partido, “embora seja contra a União Europeia, defende a cooperação e a amizade entre os povos, nomeadamente os europeus” (Ergue-te, 2013a). Perante a defesa da Europa através de um prisma civilizacional, rejeitando o projeto europeu nos moldes da União Europeia, é refletida a evolução do pensamento nacionalista, segundo a qual, como refere José Mourão da Costa (2011), “o nacionalismo contemporâneo recuperou o mito de uma Europa (...) entendida como uma aliança de nações integralmente soberanas”, que, por sua vez, “assenta fundamentalmente no reconhecimento de uma herança civilizacional comum e numa matriz de valores ocidental”, manifestando uma “distinção entre uma Europa cultural e uma Europa institucional” (p. 776).

Desejando também “voltar às fontes originais do Espírito europeu que têm sido perdidas” (Ergue-te, 2010), o partido Ergue-te afirma “a luta imperiosa pela identidade e soberania de Portugal numa Europa que recupere a sua matriz civilizacional dramaticamente ameaçada”, procurando “pugnar pela Identidade ocidental e matriz cultural cristã” e referindo a necessidade de “desislamizar a Europa”. Para tal, este partido adota a estratégia de “transformar a União Europeia por dentro, renovando-a e corrigindo-a, a fim de se mudar o paradigma de uma federação castradora da liberdade das nações para uma confederação de estados onde se respeite a soberania de cada um deles” (Ergue-te, 2019c), declarando “a imperiosa necessidade em envidar esforços no sentido de incrementar a cooperação internacional entre os partidos de pendor nacionalista do velho continente” (Ergue-te, 2011a). Perante o “regime globalizador e mundialista que domina a Europa”, este partido, referindo-se aos partidos europeus nacionalistas, considera que “une-os a vontade de libertar os seus países e o nosso continente deste jugo”, pelo que estes “oferecem assim ao nosso continente a alternativa de uma Europa transformada numa aliança de pátrias soberanas e não esta ditadura federalista ao serviço de interesses estratégicos dos EUA e do mundialismo dissolutor e escravizante que se chama União Europeia” (Ergue-te, 2014e).

Para o Ergue-te, o facto de serem nacionalistas leva-os a afirmar que “importa-nos, por essa razão, a preservação de Portugal enquanto Nação soberana, que está cada

vez mais ameaçada e fragilizada, e a preservação da nossa identidade, que é cada vez mais maltratada e atacada” (Ergue-te, 2015c), concebendo uma identidade sob ameaça, o que, por sua vez, constitui uma motivação para a sua politização. Tal como afirma o líder deste partido, “não basta defendermos a identidade, mas antes, temos de lhe dar corpo através de políticas concretas”, as quais incluem “saber reconhecer e defender a «impressão digital» nacional, sem a qual seremos diluídos e esmagados pelo rolo compressor do globalismo” (Pinto-Coelho, 2019a), revelando, através da politização da identidade, a afirmação do partido como agente capaz de entender verdadeiramente a identidade nacional. Por sua vez, esta defesa liderada pelo partido leva o Ergue-te (2014f) a apelar à “luta com coragem pela tua Identidade, pelo teu futuro e dos teus e pela tua Nação!”, através de uma “estratégia nacional, assente na nossa matriz histórico-cultural”, surgindo a politização identitária verificada sempre associada à projeção histórica da identidade portuguesa. Deste modo, o Ergue-te (2015a) argumenta que “a hora é grave, mas a nossa velha Nação ainda pode e deve ser restaurada; pode e deve viver e prosperar, espiritual e materialmente; pode e deve continuar – e continuar apenas portuguesa”. No entanto, esclarece que “tais objetivos somente poderão ser alcançados se a Nação for o valor supremo na ordem temporal, se os interesses individuais e de grupos estiverem subordinados aos seus interesses, se todas as questões forem examinadas e decididas exclusivamente desde o ângulo do interesse nacional. Um caminho apenas satisfaz estes condicionantes e conduz àqueles objetivos: é o caminho do Nacionalismo.”

Tal como exposto anteriormente, para os partidos nacionalistas, a nação é vista como uma realidade concreta e natural, sendo também assim perspectivado o nacionalismo, o qual nunca é apresentado como uma ideologia. Segundo o Ergue-te, “não se fundando, pois, na realidade, as ideologias são abstrações que a pretendem explicar; não estando alicerçadas no real, no natural, no histórico. As ideologias são, pois, uma ficção, um relato que é imposto sobre a realidade com a intenção de substituir-se-lhe”, denunciando, este partido, que “umas das principais mistificações produzidas pela mentalidade revolucionária é a conceção contratualista da Nação”. Ao referir que “a conceção nacionalista opõe-se frontalmente a este relato ideológico e

fantasioso imposto por liberais e marxista”, este partido procura esclarecer que “para o Nacionalismo, a Nação é uma realidade concreta, natural e histórica” (Ergue-te, 2015a), distinguindo-se, assim, o nacionalismo da ideologia uma vez que o nacionalismo estará fundamentado na realidade concreta, natural e histórica da nação. Deste modo, o Ergue-te define o “nacionalismo” como “a atitude dos que colocam acima de tudo a nação como obra coletiva permanente, formada no decorrer da História, a terra *patrum*, um génio coletivo”, o qual “resulta de um longo passado em comum que importa respeitar e continuar” (Ergue-te, 2010).

O passado é, assim, entendido como uma herança verdadeiramente constitutiva do ser através do carácter ontológico que a própria história adquire nesta visão. Ou seja, é essencial reconhecer que, através da projeção histórica da identidade e dos desígnios nacionais, a história é transformada numa herança determinante do ser, inclusivamente através dos mitos que transcendem o seu tempo histórico, constituindo uma fonte de significado também para a ação política. É através deste carácter que a história adquire, que a nação se reflete como um facto primordial e original da existência, igualmente de acordo com a noção de *comunidade de destino* adotada pelo Chega. Além de afirmar que “a pertença a uma *comunidade moral* de âmbito nacional significa, necessariamente, a consciência de filiação a um longo passado histórico, ou mesmo, longuíssimo passado histórico” (Ribeiro, 2020e) (itálico no original), o ideólogo deste partido, Mithá Ribeiro, argumenta que “o nacionalismo, isto é, um povo assumir que tem de tomar conta do seu próprio destino (como fazem os indivíduos mentalmente equilibrados), não tem concorrentes minimamente equiparáveis enquanto suporte viável da mais ampla fórmula de autorresponsabilidade coletiva, a delimitada pelas fronteiras territoriais nacionais”, ao destacar a “longa tradição histórica e identitária” (Ribeiro, 2020a) inerente ao território nacional. Como procura também argumentar Rodrigo Alves Taxa, assessor jurídico do Chega na Assembleia da República e autor de vários textos no *website* do Chega, “enoja que o que choque seja a defesa de quem somos e não o desdor infeliz e reles de quem quer que o deixemos de ser” (Taxa, 2020a). Tal relação natural entre a identidade e a ação política é também visível no Ergue-te, cujo líder destaca os “valores supremos (...) da Pátria, da Vida, da Família e da

nossa identidade e matriz cultural”. Através da defesa destes valores, Pinto-Coelho procura argumentar que o Ergue-te “defende aquilo que é no fundo a normalidade” contra as “agendas antinaturais que se impõem contra a ordem natural das coisas” (Pinto-Coelho, 2018a).

É, portanto, reproduzida aqui a visão de Jaime Nogueira Pinto (2008), o qual sustenta que “não há uma contraposição entre valores universais (...) e valores nacionais” uma vez que “o respeito pela pátria, pela família (...) são tão universais como os valores individualistas, ou seja, eles existem e perduram nos espíritos e nas instituições”, considerando que “a realidade impõe-se, em última instância, às ideologias que a tentam esconder e espalhar”. Por sua vez, a própria subjetividade dos indivíduos é sobreposta pela determinação identitária do que é visto como histórico, primordial e original, e, portanto, verdadeiramente constitutivo do ser, livre de ideologia. É justamente a este nível que o nacionalismo revela a sua presença pois, tal como refere Sinisa Malesevic (2011), “in the modern era the nation acquires a central and ontological role” (p. 285), tornando-se, assim, um valor de orientação perene na própria existência. Tal como afirma o Ergue-te nos seus *Valores e Fundamentos*, a “Nação, enquanto Nação, constitui um valor supremo” (Ergue-te, 2010), entendida também como “uma herança sagrada que nos impõe, como usufrutuários, o dever igualmente sagrado de a conservar, aumentar e transmitir às gerações que estão por vir” (Ergue-te, 2015a), exigindo uma “luta sem tréguas em nome de um ideal e de um desígnio nacional explanados na ideologia nacionalista” (Ergue-te, 2013b). O Chega declara precisamente a *nação* como “quadro de referência à ação do Homem” (Chega, 2019a), tal como exposto anteriormente, e o seu ideólogo, Mithá Ribeiro, acrescenta que o Chega “existe também para instigar nos Portugueses a ambição de restaurar a dignidade do passado secular do país em todos os seus momentos” (Ribeiro, 2020d). No próximo capítulo desta dissertação, começarei, então, por investigar a interpretação do passado histórico dos chamados *Descobrimentos*, dedicando atenção às narrativas sobre a descolonização e a revolução do 25 de Abril de 1974, assim como a missão do Ergue-te e do Chega perante a herança da revolução.

4. O Ergue-te e o Chega perante um momento de mudança histórica

Considerando que “a história dos impérios, do colonialismo e da descolonização, talvez ainda de forma mais nítida do que a dos regimes autoritários e fascistas, envolve modos de politização extrema” (Curto, 2020, pp. 13-14), este tema que começarei por investigar constitui-se como um tema suscetível a ativação política, ou seja, a ser instrumentalizado no debate político. Tal como refere António Costa Pinto (2013), “clivagens partidárias (...) trazem, efetivamente, o passado de volta à arena política” (p. 15), revelando-se importante destacar a existência de memórias, de acordo com Mário Machaqueiro (2015), “em conflito” (p. 233), no respeitante à descolonização. Perante a existência de distintas interpretações da descolonização, irei investigar as interpretações dos partidos Ergue-te e Chega, considerando também, em articulação, as suas descrições do conflito que culminaria no fim do império português. Reconhecendo que “a memória tornou-se, cultural e politicamente, um intenso campo de batalha” (Loff & Piedade, 2015, p. 9), investigarei também as suas narrativas da revolução de 25 de abril de 1974 tendo em atenção a importância de as articular com os objetivos dos partidos em estudo no presente. Concebendo, então, os “partidos enquanto agentes de memória” (Raimundo & Dias, 2020, p. 164) que contribuem “para que a memória da transição seja constantemente contestada e disputada” (Raimundo & Dias, 2020, p. 178), tal memória será investigada, assim como a forma como é descrita a herança da revolução na nação portuguesa e como estes partidos procuram posicionar-se politicamente perante esta.

4.1 O passado colonial e a descolonização

O líder do partido Chega, André Ventura (2021f), declara o seu “orgulho na nossa gloriosa caminhada pelo mundo”, sendo que Mithá Ribeiro, ideólogo deste partido, caracteriza como “auto-humilhação portuguesa” a utilização de “conceitos e ideais como *colonialismo* (manipulação que reserva o negativo apenas para o colonizador e o

positivo apenas para o colonizado)”. A rejeição do conceito de *colonialismo* deve-se ao entendimento de que este representa uma “adulteração do sentido do passado histórico português por via do apagamento da sua dimensão positiva (a riqueza do legado civilizacional transmitido a outros povos) para que reste apenas a dimensão negativa” (Ribeiro, 2021b). Assim, Mithá Ribeiro apela à “direita ocidental [para] cumprir o seu dever de dignificar a história colonial europeia e o legado deixado em África” (Ribeiro, 2020f), e considera a palavra “«colonialismo»” como um “termo impróprio para consumo” (Ribeiro, 2020c), o qual será fruto de uma “estratégia de *guerra psicológica antiocidental*” (Ribeiro, 2020g) (itálico no original), argumentando que “nem sequer é discutível a existência de uma dimensão (bastante) favorável deixada no mundo pela colonização europeia” (Ribeiro, 2021b). Procurando dar ênfase a uma *dimensão positiva da história colonial* como uma forma de defesa do *povo* português, relata que “os portugueses (...) saíram do seu espaço começando a explorar a África, a Ásia ou as Américas e foram progressivamente conhecendo, por experiência vivencial, as virtudes e vícios dos povos daqueles territórios, assim como (...) as suas próprias virtudes e vícios ajustando-se às realidades concretas”. No entanto, este ideólogo do Chega considera que, atualmente, “os mais ferozes na condenação do «colonialismo» europeu são, em geral, pessoas que não saíram do Ocidente. São os que não tiveram qualquer experiência colonial”, os quais, “para protegerem a sua ilusão, condenaram ao silêncio da história os colonos europeus que conviveram efetivamente com povos diferentes” (Ribeiro, 2020c) (itálico no original).

Atentando na atualidade, Mithá Ribeiro, considerando “a promoção de relações cordiais entre pertencas raciais e étnicas distintas”, alerta, no entanto, que “é preciso lembrar que o maior interesse nesse esforço recai sobre aqueles que não possuem a marca identitária da ancestralidade territorial, as minorias”, surgindo de novo o entendimento antes discutido de um território com um significado que o transcende, argumentando que “as minorias brancas em África já o entenderam. O mesmo não acontece com as minorias negras na Europa iludidas pelos bem-pensantes. Estes para se imporem desencantam, por exemplo, lutas raciais em Lisboa (...) supondo-se em Nova Iorque” (Ribeiro, 2020c). Perante esta visão, critica o que entende como uma “gestão

patológica da memória histórica e social” que procura *impor* os seus moldes ideológicos sobre as relações entre *minorias* e *maiorias* sob a forma de uma “relação entre minorias (*vítimas da história*) e maioria (*eternos carrascos*)” (Ribeiro, 2021b) (itálico no original). Assim, argumenta que “os portugueses têm uma história com sentimentos e traumas que lhe são específicos e que não podem ser apagados da História em nome da glorificação racial das minorias que agora vivem em Portugal” (Ribeiro, 2021c). Procurando combater uma suposta *glorificação racial das minorias* e rejeitando a utilização de conceitos históricos que, sempre nesta perspetiva, representam uma *auto-humilhação portuguesa*, afirma que “às pessoas comuns resta, por isso, a dignidade de recusarem utilizar um termo que as humilha, «colonialismo», uma vez que está ao seu alcance a decência e neutralidade do velho termo «colonização»”, pois “este trata da mesma maneira, com justiça, ocidentais e não-ocidentais, ao mesmo tempo capta com equilíbrio o bem e o mal associados a encontros civilizacionais entre colonizados e colonizadores ao longo dos muitos séculos de história nos mais variados continentes” (Ribeiro, 2020g). Considerando que “os povos europeus” foram “colonizados (por romanos, germânicos, magiares, celtas, árabes)” tal como “os povos árabes, africanos, asiáticos ou latino-americanos da atualidade” foram “colonizados pelos europeus” (Ribeiro, 2021b), Mithá Ribeiro argumenta que “aquilo que os europeus herdaram como colonizados, e até hoje valorizam na Europa, não é na substância distinto do que legaram como colonizadores”. Assim, conclui que o “leitor (...) protege a dignidade da sua pessoa e da sua inteligência, assim como da sua identidade nacional sempre que recusar utilizar a palavra «colonialismo» e, em vez dela, preferir a palavra «colonização»” (Ribeiro, 2020g) (itálico no original).

Procurando proteger a própria identidade nacional portuguesa através da *dignificação da história colonial*, é importante ter em conta como se manifesta a defesa desta identidade perante a memória do império de forma a compreender a evolução da direita radical portuguesa no espaço temporal em estudo. No domínio da política externa, “o Chega assume a defesa da História, da Cultura e da língua portuguesa enquanto valores constitucionalmente garantidos”, referindo que “defenderá o reforço do papel de Portugal e a afirmação da lusofonia nos diversos patamares da ação

internacional e comunitária” (Chega, 2019a). Para tal, este partido declara, no seu programa político, a intenção de “lançar as bases da evolução da CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa] para uma Comunidade Económica de Países de Língua Portuguesa (CELP)”, realçando a projeção histórica destes laços ao destacar estas “relações histórica e estrategicamente relevantes de Portugal com o Brasil, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e com Timor Leste que devem ser preservadas e renovadas”. Deste modo, no programa político do partido surge “a promoção e reforço dos laços entre comunidades portuguesas espalhadas por todo o mundo, especialmente no âmbito da lusofonia”, esclarecendo, no entanto, que a nação portuguesa deve integrar “um espaço lusófono sem nele se iludir” (Chega, 2021a), cujo espaço não é encarado de forma privilegiada pelo Ergue-te.

Para o partido Ergue-te, “Portugal já não tem qualquer obrigação nem moral nem histórica para continuar de fronteiras abertas a imigrantes dos PALOP [Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa]”, argumentando que “essa responsabilidade desapareceu com a independência desses países” e concluindo que “a relação com as ex-províncias ultramarinas, em muitos aspetos, transformou-se num fardo” (Ergue-te, 2015d). Referindo criticamente que se “esbanja milhões de euros a formar militares dos PALOP” (Ergue-te, 2012a), este partido afirma também que “a CPLP está refém de fatores que nada têm a ver com a lusofonia ou a cooperação entre países lusófonos, mas sim com interesses económicos mais ou menos dissimulados e inconfessáveis” (Ergue-te, 2014g). Ainda que se verifique no seu discurso uma relação entre o império e a identidade nacional portuguesa, o Ergue-te não privilegia as relações com as *ex-províncias ultramarinas* na atualidade, descritas como um *fardo* uma vez tendo-se elas tornado independentes. Assim, o Ergue-te (2020b) critica também o que perceciona como uma tentativa de, após as independências, “criar nas atuais gerações um sentimento de culpa em relação ao passado da nossa civilização para «justificar» uma «dívida» a saldar para com os povos que civilizámos e desenvolvemos, tendo de os receber, aceitar os seus modos de vida e pagar-lhes tudo e mais qualquer coisa”, rejeitando, deste modo, a legitimidade de *receber* imigrantes daqueles países em

Portugal por entender que “dessa forma promove-se a agenda multicultural e o desmantelamento da civilização ocidental”.

Porém, atentando na relação entre a memória e a atualidade, o Ergue-te (2021b), considerando particularmente a “memória do Império”, afirma, relativamente à “História e Memória da Pátria”, que “mexer nelas é (...) mexer na nossa identidade”, constituindo um “crime de traição”, assumindo aqui uma ligação haver entre o império e a identidade nacional. O líder deste partido revela também o “orgulho imenso [que] sentia, natural e genuinamente, pela Pátria que ia dos Açores até Timor e onde o sol nunca se punha” (Pinto-Coelho, 2019b), e, ao assinalar o dia de 10 de junho, entendido como “o dia em que celebramos a Pátria, o dia em que, mais do que nunca, temos presentes todos aqueles que a construíram e engrandeceram”, destaca a “aventura das descobertas e expansão marítima”, assim como a “guerra da defesa do Ultramar” (Pinto-Coelho, 2017). Na sua visão desta guerra, o partido Ergue-te estabelece uma ligação entre o império e os *desígnios* da nação portuguesa, referindo que “Portugal, que nessa época tinha Honra e Orgulho, tinha decisão e desígnios nacionais, respondeu prontamente enviando tropas em defesa da Província Ultramarina [de Angola]”. A partir desta visão, ao relatar o “começo do terrorismo em Angola, quando no fatídico 15 de março de 1961, um bando de facínoras da UPA (mais tarde denominada FNLA) a soldo dos Norte Americanos e com o entusiasmo e bênção do então Presidente John Kennedy, chacinaram centenas de portugueses à catanada, homens, mulheres e crianças, da forma mais vil e cobarde”, este partido exalta os “atos de bravura e heroísmo praticados durante a Guerra do Ultramar (...) contra os independentistas traidores” (Ergue-te, 2011b).

Descrevendo o conflito em África iniciado em 1961 como uma guerra de *defesa*, o líder do Ergue-te argumenta que “os verdadeiros heróis estavam a lutar no Ultramar numa guerra justa de defesa da Pátria e das populações locais contra a cobiça das grandes potências mundiais que armara terroristas, abrigando-os em países vizinhos e hostis que não representavam em nada a vontade e o sentir das populações daquelas que eram então as nossas Províncias Ultramarinas” (Pinto-Coelho, 2015b), surgindo, neste partido, a crítica ao “abandono irresponsável do Ultramar, entregue ao inimigo da

véspera (patrocinado pela URSS)” (Ergue-te, 2012b). Exaltando o que se constitui, na ótica do partido, como uma *defesa*, são elogiados os “atos de bravura e heroísmo praticados durante a Guerra do Ultramar” (Ergue-te, 2021c), revelando a interpretação de que “Portugal, sem quaisquer fundos externos, conseguiu com os seus próprios recursos, ao longo de 13 anos, sustentar uma guerra em três palcos distintos, o que representou um gigante esforço e espírito de sacrifício para toda a Nação, para os jovens mobilizados, suas famílias e populações locais” (Ergue-te, 2011b). Bruno Rebelo (2021) considera inclusive que “vencemos a guerra do ultramar (traída com uma revolução no Terreiro do Paço...)”. Concebendo uma visão do combatente “traído (...) com a entrega vergonhosa do nosso Ultramar em 1975” (Ergue-te, 2021c), o Ergue-te (2011b) “presta homenagem (...) a todo o sangue português derramado no Ultramar e traído pela geração – essa sim – muito rasca, que fez o 25 de Abril”⁸. Tendo em consideração a particularidade de esta guerra terminar tanto uma ditadura como um império, a visão em estudo, que também se verificará no Chega, enquadra-se na afirmação de Miguel Cardina (2020) de que “o facto de o 25 de Abril se ter dado em ligação direta com a guerra colonial condicionou a forma como este último episódio foi rememorado” (p. 376), passando a guerra colonial a ser vista “menos como um episódio inserido no tempo longo da presença em África e das violências físicas e simbólicas que ela condensou” (p. 377).

Assim, ao assinalar a data que marca o início da guerra em África, o Ergue-te (2011b) procura lembrar “os ex-Combatentes e suas famílias, os mortos e estropiados em combate, as vítimas civis do terrorismo e mais de um milhão de Retornados que viram truncadas as suas vidas e desfeitos os seus sonhos” após o 25 de Abril. Tendo em atenção as implicações de a revolução do 25 de Abril de 1974 se ter dado em estreita relação com a Guerra Colonial e a descolonização, é importante assinalar também que José Pinto-Coelho (2019b), no respeitante ao 25 de Abril, considera que “o seu legado cifra-se em centenas de milhares de mortos, no genocídio de Timor, nas matanças e

⁸ O autor está a usar uma expressão que foi usada nos anos 90 para designar a geração de estudantes do Ensino Secundário que se manifestaram contra as provas globais.

guerras civis em Angola e Moçambique e nas centenas [de] milhares de «retornados», esses sim, verdadeiros refugiados do drama de uma vida de trabalho totalmente despedaçada e perdido o presente, o futuro e os sonhos”. Concebendo um “Império traído” (Ergue-te, 2019d), o Ergue-te caracteriza o seu fim como uma “descolonização abrupta ditada pelo 25 de Abril” (Ergue-te, 2019e), e argumenta, relativamente à “revolução de Abril e aos seus resultados”, que, “se por um lado, a nível interno, esses resultados são hoje evidentes (...), por outro, pouco ou nada se fala de outros lamentáveis legados, a nível externo, da referida revolução”. Ao articular tais *lamentáveis legados* com o 25 de Abril, considera que, “na cegueira de entregar rapidamente todas as nossas ex-províncias ultramarinas a determinadas fações de guerrilheiros sem sequer assegurar com seriedade a realização de eleições livres nesses novos países, os governantes portugueses de então abriram as portas à instauração de ditaduras e/ou a verdadeiros genocídios” (Ergue-te, 2015e). Assinalando simultaneamente as consequências negativas da descolonização para os portugueses e para os africanos ao evocar “a trágica queda no abismo das Províncias Ultramarinas Portuguesas”, este partido afirma que, “segundo a subversiva propaganda oficial, os nacionalistas africanos eram bons, mas os nacionalistas portugueses, maus”, sendo esta “a mentalidade retorcida que emergiu do esgoto do 25 de Abril. Mas basta ver o estado lastimoso em que se encontram Moçambique, Angola, a Guiné-Bissau ou Timor, ou testemunhar a própria saudade de Portugal demonstrada por tantos – em Cabo Verde, São-Tomé, etc. – e logo esta mentira cai por terra” (Ergue-te, 2021c).

Adicionalmente, a visão do que se constitui como uma *guerra de defesa* associa-se ao próprio entendimento pluricontinental da nação, afirmando José Pinto-Coelho que “o Portugal (...) que tanto amava (...) que ia dos Açores até Timor (...) foi o Portugal que os traidores e cobardes nos roubaram na famigerada madrugada de Abril: mais de quinhentos anos de História e construção destruídos por uma geração mesmo muito rasca!”. Através da referência a este meio milénio de *construção*, estabelece uma narrativa que atribui importância à história e ao património do império português, a partir da qual os colonos e os combatentes da guerra devem ser protegidos e exaltados, afirmando, consequentemente, que “com o PNR [atual Ergue-te], todos os espoliados e

ex-combatentes do Ultramar teriam, por fim, um pouco de atenção e alguma justiça por parte do governo. Além disso, lutaríamos pelos seus direitos, no campo diplomático, colocando este tema na agenda das relações com os novos países de expressão portuguesa, no sentido de lhes exigir justas indemnizações”. Deste modo, “seria feita justiça histórica! Não esquecemos a Pátria nem aqueles que a edificaram e por ela combateram” (Pinto-Coelho, 2019b), sendo que, segundo este partido, “a situação atual de muitos dos nossos compatriotas que combateram na então chamada Guerra do Ultramar é inaceitável do ponto de vista social, histórico e patriótico” (Ergue-te, 2014h).

Similarmente, o líder do Partido Chega, André Ventura (2021g), acha que “as colónias tinham de nos indemnizar a nós [Portugal]” porque “com os anos todos que lá estivemos e com o que lá deixamos de barragens, de escolas, de enraizamento cultural, de igrejas, tudo o que lá fizemos, nunca nos pagaram por isso. Podia dizer «paguem tudo o que lá pusemos» e se calhar até deviam. Se calhar nós é que devíamos ser indemnizados”. É através da narrativa que destaca o património deixado por Portugal e a civilização portuguesa que surge a referência às indemnizações que as ex-colónias devem pagar após a descolonização, em contradição com o reforço dos laços lusófonos presente no programa do Chega, discutido anteriormente. Tendo em consideração o dever anteriormente assinalado pelo Chega de dignificar a história colonial portuguesa, é, tal como no Ergue-te, assumida a defesa do combatente em articulação com este ponto de vista histórico, argumentando, André Ventura, em resposta a referências à guerra colonial por parte de Eduardo Ferro Rodrigues, desempenhando as funções de Presidente da Assembleia da República, nas comemorações do 25 Abril, que “se temos que recordar a Guerra Colonial, devíamos também hoje, por vergonha, recordar os milhares de ex-combatentes que continuam a ser destratados por um Estado que os trata como bandidos que esqueceram a sua história” (Ventura, 2021h). Atentando na ativação política deste tema, inclusive nas comemorações do 25 de Abril, é importante ter em conta o seu enquadramento na direita radical portuguesa uma vez que, após o 25 de Abril e a descolonização, como refere Bruno Madeira (2020), “o primeiro passo para a «renacionalização» do país, ou, noutros termos, para a sua moralização, passaria, para a Direita radical, pela reabilitação do passado histórico nacional, inclusive da

bravura e da justiça com que as Forças Armadas Portuguesas se bateram em África pela defesa do império colonial” (p. 530). Considerando, então, a relação entre a memória e os objetivos no tempo presente, o partido Chega estabelece críticas à legitimidade daquilo que designa por *III República*, a denominação que o partido dá à democracia portuguesa estabelecida após o 25 de Abril, justamente a partir da memória histórica do processo de descolonização, começando por afirmar, Gabriel Mithá Ribeiro (2020h), que “não há como não admitir que os pilares da III República Portuguesa foram instituídos, em 1974-1975, em fundações que escondem cadáveres, sangue, sofrimento, miséria de meio milhão de portugueses dissimulando as sequelas trágicas da destruição abrupta e violenta de um império colonial que, por meio milénio, tinha dado sentido à identidade nacional portuguesa”.

No respeitante à descolonização, Gabriel Mithá Ribeiro (2020h) elabora que “não existe passado colonial que justifique que milhares de portugueses que viviam em África acabassem, em 1974-1975 e mesmo depois, presos sem culpa formada, queimados vivos, barbaramente assassinados, crianças e mulheres violadas, corpos de vítimas esquartejados, os sobreviventes expropriados das suas casas, bens e negócios e expulsos dos países onde viviam e alguns nasceram, por vezes em 24 horas com direito a míseros 20 quilogramas de bagagem, sujeitos às mais diversas humilhações. Pessoas e famílias simplesmente abandonadas a um destino que as destróçou”. A partir desta narrativa, é responsabilizada a atual *III República* através do argumento de que “esse martírio seria improvável se os ideólogos fundadores da III República, ainda hoje influentes, não o tivessem instigado. Não se pode jamais negar que, à época, estavam em causa minorias portuguesas brancas indefesas que foram vítimas de uma violência racial e étnica com laivos genocidas em sociedades esmagadoramente negras”. Reforçando a crítica no próprio tempo presente, é considerado que, “se os factos são graves, bem pior é o tratamento que lhes tem sido dado. De então para cá, o regime vigente sobrevive da fuga à verdade inconveniente, arrasta-se na omissão sádica do sofrimento de compatriotas ao longo de décadas, o que inclui a supressão desse martírio da memória social. É bastante sintomático que o mesmo não conste nos manuais escolares que instituem o sentido da cidadania em Portugal. Independentemente da

legitimidade de diferentes posicionamentos sobre factos relevantes, não é tolerável manter a sociedade portuguesa ignorante sobre esses mesmos factos”.

Além desta *supressão* do *martírio* sofrido pelos portugueses, é, na ótica de Mithá Ribeiro, omitida a verdade sobre as implicações negativas para África, indo de encontro ao argumento de Manuel Loff (2015) de que “o discurso que enuncia a condenação da descolonização é (...) descrito a partir da perda (...) até mesmo para os africanos” (p. 55), sendo destacado, tal como no *Ergue-te*, o tema das consequências negativas tanto para os portugueses como para os africanos nas suas narrativas da descolonização. De acordo com Mithá Ribeiro (2020h), “é ainda preciso incluir no que está em causa a dissimulação das pesadas responsabilidades morais do atual regime português nos milhões de mortos causados por guerras civis em Moçambique, Angola ou Guiné-Bissau que se sucederam à descolonização desastrosa, eufemisticamente rotulada de descolonização exemplar, com a consequente destruição social e económica daqueles países por muitas e muitas gerações que se sucederão”. Perante o “que o atual regime português fez, nos dias do fim do império, para que os seus países originários ficassem como estão”, Mithá Ribeiro entende que “ao abandonar precipitada e desordenadamente Angola e Moçambique, o atual regime português contagiou no mesmo sentido a Rodésia (Zimbabwe) e a África do Sul. Foi a III República Portuguesa que, na sua origem, precipitou o desmoronar da África Austral que até então era o suporte mais sólido da viabilidade do continente africano no seu conjunto”. A partir da caracterização do “legado à história universal do atual regime português” como “simplesmente desastroso, irresponsável, vergonhoso”, e da afirmação de “consequências contagiosas causadas pelo que se passou em Angola e em Moçambique, em 1974-1975”, considera que “foram tais os estragos legados pela III República Portuguesa em África e, conseqüentemente, ao mundo para os próximos séculos que essa herança não pode simplesmente ser apagada da história”. Assim, culpabilizando a própria *III República* e pondo em causa a sua legitimidade a partir da sua génese, é através do tema da *dissimulação* de tal herança que surge o argumento político de que “um regime fundado na falsidade histórica é um regime de mentira, é insustentável”, pelo que “a defesa da IV República tem toda a legitimidade, desde que

signifique um regime refundado na busca livre e permanente da verdade histórica, a mãe de todas as verdades coletivas”.

Assinalando o *martírio* dos colonos em articulação com a acusação de *falsidade histórica* na base da *III República*, Gabriel Mithá Ribeiro afirma também que “não é possível esconder, desvalorizar ou desculpar a chacina que atingiu a minoria branca portuguesa no norte de Angola em 1961. Não é possível esconder, desvalorizar ou desculpar o que aconteceu a meio milhão de portugueses expulsos abrupta e violentamente de África em 1974, 1975 quando eram uma minoria racial e quando parte desses portugueses tinham nascido em África”. Deste modo, argumenta que “não é legítimo continuar a interditar das salas de aula do ensino básico e secundário, e também no ensino superior, que esses portugueses, por pertencerem à minoria branca em África, foram violentamente expulsos, expropriados, presos sem culpa formada, queimados vivos, crianças e mulheres violadas, pessoas assassinadas, os seus corpos esquartejados, a sua dignidade achincalhada num número de vítimas nunca contabilizado por um regime político que sempre desprezou a minoria portuguesa branca em sociedades esmagadoramente negras”, concluindo que “não existe, entre os povos ocidentais, uma diáspora mais martirizada que a diáspora portuguesa” (Ribeiro, 2021c). Segundo Mithá Ribeiro (2020i), “truncar a memória de indivíduos e povos é atentar contra a sua sanidade mental e, a partir daí, abrir autoestradas de alienação e mentira”, sendo “isso que melhor define a atual III República Portuguesa”. A partir desta conceção da relação da democracia portuguesa com o passado histórico, em articulação com o dever assinalado anteriormente de dignificar o passado colonial português, é argumentado que, “em nome das vítimas cuja dignidade foi abandonada ou mesmo achincalhada ao longo de mais de quarenta anos, e em nome dos Portugueses que se reveem no direito à Verdade e a um Estado que cumpra o dever de proteger os seus cidadãos em quaisquer circunstâncias, independentemente das filiações ou simpatias ideológicas e políticas dos nossos concidadãos, André Ventura e o CHEGA possuem toda a legitimidade para exigirem a refundação de um regime moral, cívica e, por isso mesmo, economicamente falido através da instituição pacífica e democrática da IV República Portuguesa”. Na sequência de tal argumentação política, é sugerido, “no futuro,

homenagearmos a dignidade das vítimas desses momentos traumáticos através do Dia do Colono Português ou mesmo Dia do Martírio do Colono Português em África, ou algo equiparável. Seria a forma de perpetuar na memória coletiva o valor inestimável do legado civilizacional português que esses mesmos colonos deixaram no continente africano ou no Brasil que, para todo o sempre, projetará a dignidade de Portugal e dos Portugueses no mundo”.

Assim, perante o incentivo ao orgulho colonial português, destaca-se sempre a crítica em torno da relação construída entre a *III República* e o passado e sua memória, sendo que Mithá Ribeiro argumenta que “nas fundações dos pilares morais, cívicos e políticos da III República Portuguesa ficaram soterrados sem dignidade, até hoje, cadáveres, sangue, sofrimento, miséria, abandono e expropriações violentas de meio milhão de compatriotas portugueses, incluindo os nascidos em África. Se o regresso inevitável dessa verdade à consciência coletiva portuguesa não deslegitimar para todo o sempre o atual regime, mesmo o mais sanguinário regime da história passará a ser legítimo”. Reafirmando a perda simultânea para os portugueses e para os africanos, Mithá Ribeiro considera que “tudo se agrava se acrescentarmos os milhões de cadáveres africanos e a destruição, por muitas gerações, dos novos países africanos independentes fruto de guerras civis geradas pela desordem politicamente induzida, nesses anos de 1974-1975, em Moçambique, Angola ou Guiné-Bissau”. Introduzindo, deste modo, o argumento político para o tempo presente, conclui que “porque todos erramos, não é a hecatombe de sangue e violência que, em si, impediria o atual regime português de fazer parte do mundo civilizado. É apenas a reiterada supressão, ao longo de mais de quatro décadas, da verdade histórica das memórias oficiais e, consequentemente, da memória social”, referindo que “o totalitarismo soviético não teria feito melhor” (Ribeiro, 2020i).

Concebendo tal *supressão*, Mithá Ribeiro critica “a doutrinação míope dos «cientistas sociais» do último meio século”, destacando que “os raríssimos grandes pensadores resistentes, como Jaime Nogueira Pinto ou Rui Ramos, não são tolerados por tais castradores da diferenciação intelectual” (Ribeiro, 2021d), cuja articulação, desta *supressão* e *doutrinação*, com a revolução de 25 de Abril será investigada neste capítulo. Este ideólogo do Chega argumenta também que “se as pressões silenciadoras

de traumas nunca exorcizados por parte do regime vigente já eram salientes na imposição de um *multiculturalismo antiportuguês e antieuropeu* – imposto através do ensino, da imprensa ou das artes e espetáculos -, a tendência agrava-se com a proteção institucionalizada, em Portugal e na Europa, à atual imigração ilegal, invasiva, abusiva, persistente”. A este respeito, afirma em seguida que “parte significativa dessa imigração ilegal é oriunda de uma África cujos índices de violência social, criminalidade violenta e comum, anomia social e ódio ao Ocidente são hoje muitíssimo mais generalizados e graves do que eram em 1974-1975, quando aconteceu o que aconteceu. Foi isso que a esquerda mentalmente semeou em África” (Ribeiro, 2020h), criticando “os impactos da distopia marxista-leninista” (Ribeiro, 2020j) presente em África. Através do discurso de perda para os próprios africanos, Mithá Ribeiro (2021e) concebe em África “sociedades moral, social e economicamente reguladas e prósperas durante o período da dominação colonial efetiva”, diferenciando “essa época com os períodos históricos anterior (pré-colonização) e posterior (pós-colonial)”, reproduzindo a conceção do mencionado historiador Rui Ramos (2004), para quem, à data da Guerra Colonial, existiriam “estados prósperos” (p. 65) na África sob domínio colonial português, o qual considera também que “em 1975, a colonização europeia foi apenas substituída pela colonização de marxistas-leninistas” (Ramos, 2020). É visível igualmente a reprodução, no respeitante à atribuição de responsabilidades à inauguração da *III República* na *descolonização desastrosa*, da caracterização que Jaime Nogueira Pinto, numa aula transmitida na própria CHEGA TV, faz de “uma descolonização que não tem qualificação”, uma vez que “foi sair de qualquer maneira” (Pinto, 2021), sendo que Nogueira Pinto considera também que “os antifascistas tiveram responsabilidades humanas pelo que se passou” (Pinto, 2012).

Segundo Diogo Pacheco de Amorim, “o que está de facto no centro da revolução do 25 de Abril é o ultramar português”, uma vez que “a luta pelas matérias-primas vem desde o princípio da humanidade” e estavam em causa “territórios altamente cobiçados” pelas “grandes potências internacionais da altura, Estados Unidos, Rússia e China”, destacando também o tema da ingerência externa na sua narrativa da descolonização, tal como o faz o Ergue-te. Amorim relata que “acabámos por perder a

batalha. Como é que a perdemos? Pela intromissão do Partido Comunista Português principalmente (...) nos oficiais e sargentos do exército e das forças armadas portuguesas”. Em referência à ação comunista, afirma que “entregam, à União Soviética, Angola (...) que era o essencial, em termos de riqueza e de matérias-primas do nosso Ultramar português. Entregam-no à União Soviética e a partir daí o grosso da missão estava cumprido”, pois “sabiam à partida que não conseguiam tomar conta do país cá, mas entregaram Angola aos interesses da União Soviética e o nosso Ultramar todo (...) aos interesses da União Soviética” (Amorim, 2021). Perante esta interpretação, é importante considerar o argumento de Mithá Ribeiro (2020k) (itálico no original), o qual, partindo do entendimento da “sociedade” como “uma associação entre os mortos, os vivos e os ainda por nascer”, declara que “os portugueses têm legitimidade para rejeitar a III República porque nasceu, em 1974, *matando os mortos*, ao humilhar a história secular de Portugal”. Mithá Ribeiro (2020d), afirmando o princípio segundo o qual “nem os mortos, nem os vivos e nem os que nos sucederão poderão ser privados dos seus direitos cívicos”, considera que “tão nobre princípio civilizacional foi sempre desprezado pela tradição revolucionária da III República Portuguesa. Esta viveu e vive do incentivo aos nacionais e às suas instituições, assim como a terceiros, para destratarem o passado histórico de Portugal, do recente ao remoto”. Deste modo, argumenta que aquilo a que chama a *tradição revolucionária da III República* “destruiu o valor do passado histórico, o que arrasta no mesmo sentido as ambições de prosperidade futura”.

4.2 O 25 de Abril e a missão do Ergue-te e do Chega face à herança da revolução

Ao criticar a existência de uma “moral social de importação de origem soviética”, Mithá Ribeiro considera que “a revolução portuguesa de 1974 impôs esse modelo moral de importação, mas que não tem raízes históricas ou raízes civilizacionais na sociedade portuguesa” (Ribeiro, 2021c). Adicionalmente, é revelado o entendimento de que “vivemos mergulhados numa distopia política por tomarmos como *normal* que os

governantes alienem as *emoções do sujeito coletivo* ou os *sentimentos dos povos*, incluindo a sua religião e tradições seculares herdadas, para submetê-los à *ditadura da razão universal* ou *globalista*” (Ribeiro, 2020l) (itálico no original), definindo, tal como no pensamento contrarrevolucionário, como esclarece Thomas Molnar (1969), um “limited field of application and validity, such as a nation, *his nation*” (p. 92) (itálico no original). Mithá Ribeiro (2020b) argumenta que “as disfuncionalidades das sociedades e do mundo residem sempre na orientação moral dos regimes vigentes, nunca nas seculares tradições nacionais”, realçando, então, a continuidade histórica capaz de enquadrar os indivíduos, destacando-se a nação entendida pelo Chega justamente como um “quadro de referência à ação do Homem” (Chega, 2019a), como discutido anteriormente. Reproduzindo o pensamento contrarrevolucionário, segundo o qual “the counter-revolutionary (...) constructs the nation’s image out of material from the past, that is, only of known, and therefore concrete, elements” (Molnar, 1969, pp. 92-93), através de uma “conception of the social whole as derived from the past” (Molnar, 1969, p. 109), Mithá Ribeiro apela ao “combate à divinização e propagação de ideais revolucionários”, ou seja, “o caminho inverso ao revolucionário, o dever da defesa cívica da continuidade histórica”. Ao destacar a continuidade perante o *acontecimento* do 25 de Abril que representaria uma rutura da continuidade histórica, enumera o que entende como “descontinuidades” históricas no caso português, e refere que “o número de revoluções por século tem-se agravado, a caminhada em sentido contrário ao da prosperidade”. Como consequência, argumenta que “essa pandemia identitária pode, deve e tem de ser corrigida a partir do ensino, do pré-escolar à universidade, e contra o 25 de Abril (...) pelo que ela [a data de 25 de abril de 1974] representa de aversão à continuidade histórica desde a idade média” (Ribeiro, 2020m) (itálico no original).

Segundo Mithá Ribeiro, “a nação portuguesa possui um potencial histórico e identitário fortíssimo para se transformar de mentalmente deprimida em pioneira de um renovado ideal de prosperidade acessível a todos os povos, a forma de voltar a dar *novos mundos ao mundo* que complemente um ciclo histórico com cinco séculos”. Porém, considera que “falta apenas um regime político com lucidez para o fazer”, sendo que “não será seguramente a atual Terceira República” (Ribeiro, 2021b) (itálico no

original), acusando-a de revelar ainda “sintomas de tentações revolucionárias destruidoras do ideal cívico”. Deste modo, argumenta que “derrubar o lugar simbólico do *25 de Abril de 1974* é um dever moral e civilizacional. Bani-lo é banir a glorificação da revolução da tradição portuguesa, uma das melhores defesas da sanidade mental coletiva. Bani-lo é garantir a estabilidade social e política que sustenta a prosperidade económica. Bani-lo é abrir a porta a uma profunda transformação cultural e civilizacional que se projetará nos séculos vindouros, adiada desde o final da idade média”. Criticando a própria noção de revolução, parte do entendimento de que “a prosperidade dos povos (...) resulta sempre de compromissos ininterruptos no tempo dos séculos entre as gerações do presente e as gerações antecedentes”. Assim, conclui que, “contra tal lição da história, não existe revolução que não deite fora o menino com a água do banho, que não gere ideais de rutura na forma como o tempo histórico é representado no pensamento social. Essa é a semente da instabilidade e da pobreza dos povos” (Ribeiro, 2020m), revelando aqui o pensamento contrarrevolucionário que entende a “revolution as a brutal disruption of national life, that is, of the harmony that links (...) past and present, history and the future”, segundo o “belief that the genuine rhythm of societies was contrary to the revolutionary fever” (Molnar, 1969, p. 108).

Reproduzindo também o pensamento que assume um ritmo natural e contínuo das sociedades, aplicando-o ao entendimento da revolução do 25 de Abril de 1974, o líder do Ergue-te afirma que “dando de barato que houve algumas liberdades conquistadas e algumas coisas positivas no novo Regime, importa, contudo, ter em conta que elas viriam naturalmente com o tempo, não pela mudança de regime, mas por evolução social natural” (Pinto-Coelho, 2015b). Assumindo a revolução como um golpe dispensável, o Ergue-te (2021d) (itálico no original) relata que “a golpada traiçoeira de Abril foi preparada e levada a cabo por um pequeno grupo de militares despeitados, de ideologia marxista-leninista, que entregou instantaneamente o poder à rua e a toda a sorte de ruidosas – e ruinosas! – ideologias comunistas (maoísmo, trotskismo, anarquismo e sindicalismo), cujo frenesim revolucionário foi só refreado no 25 de Novembro de 1975, ocasião em que o poder foi capturado por socialistas e neo-liberais oportunistas, que não souberam, nem quiseram ilegalizar o comunismo, antes,

tomaram-no como par”. Assim, o Ergue-te argumenta que “a chamada *Geração de Abril* é, pois, um produto do comunismo, e na sua génese não há nela nada de português e de nacional” (Ergue-te, 2021d) (itálico no original), realçando, tal como Mithá Ribeiro, a ausência de raízes nacionais no 25 de Abril, cuja caracterização do acontecimento revolucionário destaca o tema da rutura da continuidade histórica nacional, como se verifica também no Ergue-te, que descreve o 25 de Abril como uma “abrupta viragem na História de Portugal” (Ergue-te, 2014k).

Ao considerar as narrativas do processo revolucionário, é importante clarificar os momentos mais importantes da revolução, começando por esclarecer que, através da “manifestação da «maioria silenciosa» que Spínola deseja ver concretizada” (Borga, 2016, p. 72), “o dia 28 de setembro de 1974 assinala a primeira grande crise do regime democrático implantado em 25 de abril pelo Movimento das Forças Armadas (...) levando ao rubro o confronto entre as duas fações dominantes no Movimento das Forças Armadas: a dos generais e oficiais ligados a Spínola (...) e a dos oficiais (capitães, majores e tenentes-coronéis) da comissão coordenadora do MFA. O general Spínola e os seus seguidores perderam. Spínola demitiu-se da presidência da República, e a composição da Junta de Salvação Nacional foi alterada” (Borga, 2016, p. 59), assinalando uma viragem à esquerda do processo político português. Em 1975, “as notícias de um golpe em preparação tornam-se recorrentes”, sendo num “ambiente de grande tensão, com as unidades militares repetidas vezes colocadas de prevenção, que surge o ainda hoje polémico episódio da «matança da Páscoa»”, uma “lista de pessoas a abater [que] teria cerca de 500 nomes, entre civis e militares, ligados aos setores não marxistas” (Rezola, 2016a, p. 39). “Independentemente de qual a versão mais plausível, do que não há qualquer dúvida é do facto de Spínola ter sido informado de que o COPCON e a LUAR se preparavam para liquidar ou aprisionar cerca de 500 oficiais e 1000 civis que lhe eram afetos. Não pretendendo ficar em casa à espera que o viessem eliminar, embarca no golpe” (Rezola, 2016a, p. 40) a 11 de março, o qual fracassa, e, a partir de então, o processo revolucionário radicaliza-se. A 25 de abril de 1975, ocorrem as eleições para a Assembleia Constituinte, sendo que o período que as sucede é denominado Verão Quente. Por sua vez, “o 25 de Novembro continua a ser um dos episódios mais

polémicos e, em alguns aspetos, nublosos do Processo Revolucionário Português. Existe um relativo consenso em torno da ideia de ter sido a «saída» dos paras a determinar o desencadeamento das movimentações militares. Historiadores e protagonistas parecem também de acordo quanto ao facto de o 25 de Novembro não se resumir a uma simples reivindicação, mais ou menos corporativa, dos paras” (Rezola, 2016b, p. 43) (itálico no original), existindo “vários processos simultâneos, cujos contornos se confundem e dificilmente se destringam na complexidade do momento”, num “contexto (...) marcado pela psicose golpista mas também pelas sucessivas provocações e braços de ferro, na tentativa de inverter a correlação de forças existente.” (Rezola, 2016b, p. 58). São os moderados e a direita militar que saem vitoriosos do 25 de Novembro, enfraquecendo a esquerda militar.

De acordo com o detalhado relato de Diogo Pacheco de Amorim numa aula transmitida na CHEGA TV, o que viria a ser a revolução do 25 de Abril de 1974 “começa com um movimento corporativo”, ou seja, “uma questão que tinha a ver, no fundo, com promoções e com interesses corporativos das forças armadas”, afirmando que “a revolução foi feita por meia dúzia de pessoas com o apoio de outra meia dúzia”. Porém, relata que, entretanto, “a revolução tinha caído nas mãos da esquerda e do Partido Comunista”, pelo que o 25 de Abril viria a ser “comandado por oficiais ligados ideologicamente ao Partido Comunista Português”, ou seja, “no dia 25 de abril temos o Partido Comunista Português na sombra, ainda na sombra, a comandar o que se passava”. Adicionalmente, através da “inventona chamada de 28 de setembro, (...) o Partido Comunista leva a que algumas pessoas à direita se precipitem, que o general Spínola se precipite e é convocada pelo general Spínola a chamada manifestação da maioria silenciosa com que o general Spínola tentaria guarnecer-se para poder dar um contragolpe dentro do golpe do 25 de Abril. Rapidamente o movimento foi anulado e isso saldou-se pela ilegalização, que era o objetivo principal do Partido Comunista de então, de ilegalizar o Partido do Progresso (...) porque o Partido do Progresso estava enraizado (...) em todo o país”. Deste modo, “o Partido Comunista Português consegue anular, depois de ter anulado ou ter silenciado em parte a direita militar, conseguiu silenciar em grande parte a direita civil”. Em 1975, “no dia 11 de março voltamos ao

sistema da inventona. Fazem correr e fazem chegar ao general Spínola uma chamada lista da matança da Páscoa”, a qual “seria para, num determinado dia, serem apanhadas [as pessoas que constariam nessa lista] e serem fuziladas”. Estes acontecimentos levam-no a declarar que “no dia 25 de abril saíram 60 e tal presos, julga-se, do forte de Caxias e no dia 11 de março já lá estavam várias centenas. A democracia é assim, a democracia do Partido Comunista Português e da extrema-esquerda” (Amorim, 2021).

Dando relevo ao que Amorim descreve como um ataque ilegítimo à direita em nome do controlo da esquerda, relata que “com essa lista da chamada matança da Páscoa, a direita militar e o que restava da direita civil tentam dar um golpe que já estava, como é evidente, a ser previsto e a ser comandado também na sombra pelo Partido Comunista”, sendo este “o chamado golpe do 11 de março. Aí é grande parte da direita militar que é presa ou tem de fugir e o que restava da direita civil vai para Espanha ou vai para o Brasil e começam as nacionalizações. Ou seja, o programa do Partido Comunista entra no seu máximo.” Desta forma, afirma que “o Partido Comunista Português e a extrema-esquerda ficam praticamente com o país nas mãos, com o general Costa Gomes sempre na sombra”, argumentando que “Portugal, um mês depois do 11 de março, estava sob uma ditadura comunista”. Afirmando a existência de uma *ditadura comunista* em 1975, Amorim destaca “o doutor Mário Soares e o PS liderando todos os descontentes a Sul e, como organizador a norte da resistência, o famoso Cónego Melo (...), quem liderou na sombra, e de acordo com vários movimentos, a resistência ao Partido Comunista e ao avanço da esquerda. Tudo isto vai desembocar no 25 de Novembro” (Amorim, 2021).

O partido Ergue-te refere também a existência de “inventonas do tempo do PREC” (Ergue-te, 2017b) e descreve “um clima de terror (...) em 1974” (Ergue-te, 2015f), destacando “ocupações selvagens e cobardes, no tempo do PREC (...) em que as hordas de comunistas terroristas não tiveram oposição da polícia ao perpetrarem as criminosas ocupações” (Ergue-te, 2018c). Para este partido, o Cónego Melo terá sido “um dos Heróis dos tempos recentes, que contribuiu fortemente para evitar que o comunismo se implantasse entre nós” (Ergue-te, 2018d). Criticando a herança ideológica do 25 de Abril, destaca, então, “o Cónego Melo como exemplo de coragem e inspiração na luta

contra o marxismo que, se já não manda nas ruas, como no tempo do PREC, influencia fortemente a mentalidade que vigora nas diversas estruturas nacionais” (Ergue-te, 2018e). Deste modo, João Pais do Amaral (2019), vice-presidente do Ergue-te, argumenta que “o 25 de Novembro serviu para travar o comunismo”. Porém, “vendo objetivamente as reais consequências do sacrifício daqueles bravos comandos, ele serviu tanto para bloquear uma ditadura vermelha, mas também foi instrumentalizado para impor outra ditadura, que serve tanto aos comunistas, como aos corruptos, traidores, desertores, oportunistas e todos aqueles que são os responsáveis por esta triste e vergonhosa III República”, referindo, tal como Diogo Pacheco de Amorim do Chega, o tema da ditadura comunista na narrativa dos anos revolucionários.

No partido Chega, Rodrigo Alves Taxa (2020b) afirma também que o “Cónego Melo (...) foi importantíssimo naquela que foi a resistência do Norte e com apoio da Igreja aos avanços da esquerda e da extrema esquerda nacional, que tal como na nossa época, já na sua queriam transformar Portugal numa ditadura”, revelando de novo a associação da revolução à imposição de uma *ditadura*. Mithá Ribeiro (2020n) caracteriza mesmo o 25 de Abril como “uma loucura revolucionária”, afirmando, Luiz Cabral de Moncada (2020), num dos seus textos publicados na página do Chega, que, “apesar de algumas tentativas antidemocráticas, a realidade é que, melhor ou pior, a partir do 25 de Novembro de 1975 as coisas acalmaram e a vida política normalizou”. Contrastando-se revolução e democracia, associando o período revolucionário a uma *ditadura*, o próprio líder do partido Chega, André Ventura (2021g), afirma: “eu associo Álvaro Cunhal ao pior que nos podia ter acontecido, à ditadura comunista, ao PREC e às nacionalizações”, e declara que “foi o 25 de Novembro que nos salvou e nos deu a democracia” (Ventura, 2019a), reivindicando a celebração solene dessa data de modo a “fazer justiça à História e à data da verdadeira liberdade” (Ventura, 2019b). Colocando-se sempre em causa a força genética da revolução na democracia portuguesa, Diogo Pacheco de Amorim (2019a) afirma também que “o 25 de Novembro é uma data nacional”, sendo que “o CHEGA festejou na AR [Assembleia da República] essa data porque a AR o não festejou ela própria solenemente”. É, por sua vez, importante ter em conta que, como esclarece Diogo Pacheco de Amorim (2021) sobre esta posição numa

aula transmitida na própria CHEGA TV, “nós festejamos o 25 de Novembro sempre (...) mas o 25 de Novembro foi apenas uma pausa no avanço da esquerda marxista em Portugal”, entendendo que “o 25 de Novembro (...) foi aparentemente só uma reposição da normalidade democrática porque, de facto, na base da sociedade, na base das instituições continuou a esquerda a controlar e a dominar”.

Segundo Pacheco de Amorim, o 25 de Novembro consistiu na “ação concertada do MDLP, do Grupo dos 9 e também do PC. O PC foi um dos organizadores do 25 de Novembro também, mas também na sombra através do general Costa Gomes”. A afirmação da participação do Partido Comunista no 25 de Novembro é atribuída ao entendimento de que “no dia 14 de novembro de 75⁹ é dada a independência a Angola”, sendo “entregue, pura e simplesmente, o poder ao MPLA que era o movimento financiado e que representava os interesses da União Soviética”. Considerando esta *entrega* um dos objetivos do Partido Comunista Português, afirma que restaria a este partido apenas “salvaguardar uma posição predominante no xadrez político português”, já que, “como é evidente, o Partido Comunista Português tinha a perfeita noção de que nunca conseguiria, num país europeu, tomar o poder a sério”. Assim, no 25 de Novembro, “o Partido Comunista recua um passo mas mantém um poder substancial no panorama político português como se verá mais tarde¹⁰ quando da eleição para a Assembleia Constituinte que iria definir qual a constituição seria para Portugal”, ou seja, “o Partido Comunista aí recuou um passo para poder manter o essencial da sua influência sobre o panorama político português”, concluindo que “a situação em Portugal estabiliza numa democracia vigiada pelo Partido Comunista e vigiada pelos elementos militares do Partido Comunista”. Segundo Pacheco de Amorim, o que “devia ter acontecido no 25 de Novembro” era ter-lhes sido dito que “agora é a vossa vez de serem saneados [porque] tomaram posse ilegitimamente”, relatando que, antes desta data, “expulsaram, sanearam como se dizia, todos os professores que tinham alguma

⁹ A data correta é 11 de novembro de 1975.

¹⁰ A eleição para a Assembleia Constituinte precede o 25 de Novembro.

ligação à direita. Promoveram os que já lá estavam, e eram muitos, que vinham da esquerda marxista, muitos deles” (Amorim, 2021).

Assim, Diogo Pacheco de Amorim conclui que “durante aqueles dois anos, aquilo foi de facto uma revolução nas próprias estruturas e infraestruturas da sociedade, ou seja, na banca, nas universidades, nos jornais, em todo o lado, tudo o que podia ser vagamente de direita foi expulso, saneado e substituído pela esquerda”. Através destes desenvolvimentos do período revolucionário, a esquerda “controla as universidades, principalmente as áreas das ciências humanas (...) e nos jornais a mesma coisa”. Ou seja, “tudo aquilo que é vital para o controlo das infraestruturas culturais (...) estão completamente controladas pela esquerda”, criticando a “infiltração que eles fizeram nas faculdades de ciências humanas e no mundo da cultura”, pois “foi isso que veio dar, ainda hoje, (...) a extrema-esquerda no papel dominante em Portugal”, levando-o a concluir que “o combate cultural é essencial”, particularmente, “combater o Marxismo Cultural”¹¹ (Amorim, 2021).

O partido Ergue-te descreve também um “ensino – nomeadamente o de História – infestado de professores marxistas”, e critica a tentativa de ensinar a “abominar a História do seu país, como tem sido apanágio da agenda esquerdista de revisionismo histórico, visto através da sua lente intelectualmente desonesta, que procura apagar a História e, com a mais escandalosa mentira, criar nas atuais gerações um sentimento de culpa em relação ao passado da nossa civilização” (Ergue-te, 2020b). O Ergue-te compromete-se, assim, a combater as “forças apostadas em reescrever a nossa História, reduzindo-a a um gueto ideológico marxista” (Ergue-te, 2018f). Criticando “a sanha de se apagar de forma programada, paulatinamente, a História e Memória da Pátria”, “o *Ergue-te!* denuncia e repudia os ataques cada vez mais ferozes e ostensivos da esquerda, contra o nosso passado histórico” (Ergue-te, 2021b). Segundo Vítor Ramalho, “hoje”, os “heróis” nacionais “são vistos pelo sistema como pessoas não gratas, são mesmo

¹¹ Segundo a definição presente no site do partido Chega, “«Marxismo Cultural» (também conhecida como «Teoria Crítica», que conheceu como seus precursores os filósofos que fundaram a chamada «Escola de Frankfurt» e que, hoje, se reafirmam nos movimentos baseados no «Politicamente Correto» e no «Multiculturalismo»” (Castela, 2019).

lançados na lama por certos setores controlados pelo marxismo cultural” (Ramalho, 2018). Esta visão deve ser enquadrada na descrição da herança ideológica da revolução como “uma mentalidade adversa aos ideais nacionalistas que resultou da revolução de 74” (Amaral, 2014), sendo que este partido procura destacar o tema do que caracteriza como um “status quo antinacional imposto em abril de 1974” (Ergue-te, 2014i). Assim, este partido considera o “dia 25 de abril” como a “data que inaugurou um regime antinacional” (Ergue-te, 2015g), designado como “III República”, a qual é caracterizada como “um regime criminoso” que revela “o colapso moral, financeiro, ideológico e programático deste «Abril» que deixou Portugal à deriva” (Ergue-te, 2021d). Perante os “rumos de destruição nacional, nomeadamente no que toca à independência, identidade, economia e justiça social”, conclui também que “este Regime mergulhou-nos na pior das crises: a crise dos valores!” (Ergue-te, 2012c).

Adicionalmente, José Pinto-Coelho (2016b) acusa o “25 de Abril” de “ter feito emergir uma classe de dirigentes medíocres, corruptos e traidores que nos domina, com a lamentável cumplicidade da maioria dos portugueses”. No respeitante à relação entre os portugueses e a democracia resultante desta data, o partido desvaloriza e desconsidera a ligação da população ao que entende como *III República*, argumentando que “quando a população detesta ou despreza um regime, ele não tem forma de se manter, a não ser por via da opressão, da manipulação propagandística e da violência”, sendo isto “o que sucede com a III República: está desacreditada de tal forma, que não tem emenda nem futuro”, concluindo que “falhou em tudo, esta triste e miserável experiência iniciada em 25 de abril de 1974, e aquilo que sobra é um regime laicaio do mundialismo, corrupto, traidor e criminoso!” (Ergue-te, 2021d). No 40º aniversário do 25 de Abril, o Ergue-te declara que “no dia 25 de abril, os responsáveis pelas últimas décadas de governação vão festejar a data redonda de 40 anos de regime, embora o façam num ambiente de polémica e desentendimento”, sendo isso “natural, pois as realidades falam por si e, se celebram esta data, uns fazem-no para não perderem a face, e outros, descontentes, por saudosismo da Revolução dos Cravos e dos infames tempos de terror do PREC”. Deste modo, argumenta que, “de facto, nada há a celebrar” e os membros da “classe dirigente minada pela corrupção e pela pilhagem dos recursos

nacionais (...) não têm, de facto, motivos para celebrar nada, já que está à vista o legado de 40 anos da sua incompetência” (Ergue-te, 2014j). Desvalorizando o sentimento popular de celebração e a própria celebração solene da data, o Ergue-te considera que “o 25 de Abril não é, nem nunca poderá ser, um feriado Nacional: é uma comemoração sectária para aqueles que vivem do sistema e para um grupelho de militares traidores, que aproveitam o ensejo para se pavonearem com uma florzinha ao peito, dando ares de heróis” (Ergue-te, 2012b). Ao contrapor o carácter *sectário* que associa à data de 25 de abril a um carácter *nacional*, José Pinto-Coelho refere “a data sectária do 25 de abril” como a data “que inaugurou o atual regime nauseabundo desta república corrupto-maçónica” (Pinto-Coelho, 2020), considerando, o seu partido, que este “atual regime da III República está consagrado numa Constituição que, no essencial, é aquela que foi aprovada em 1976, altamente ideológica e mais preocupada em albergar todas as ideologias de esquerda do pós-25 de Abril, do que no futuro de Portugal e dos portugueses” (Ergue-te, 2010).

De acordo com João Pais do Amaral, vice-presidente do Ergue-te, “a realidade é que em Portugal nunca existiu um só partido verdadeiramente de Direita na Assembleia da República: desde a extrema-Esquerda ao Centro – vá lá... centro-Direita -, todos estão lá representados. Cabe, pois, ao PNR preencher esse vazio ideológico” (Amaral, 2018), cuja reivindicação seria também adotada pelo partido Chega. No entanto, segundo José Pinto-Coelho, o Chega não é um partido de direita, estando apenas à “direita dita por este regime de pendor esquerdista”, sendo que “nada têm de direita a não ser algo postiço, oportunista” (Pinto-Coelho, 2021). Ainda antes da eleição de André Ventura como deputado, José Pinto-Coelho destaca igualmente o tema da representação política de direita em articulação com o tema do enviesamento à esquerda da nação portuguesa, referindo também que “o espectro político nacional e a composição da Assembleia da República vai da extrema-esquerda ao centro-direita” (Pinto-Coelho, 2019c). Segundo o seu partido, “a esquerda marxista teve a sua oportunidade no 25 de Abril, e estourou o tecido produtivo nacional com as suas «jornadas de luta» e greves selvagens. Hoje, o resultado está à vista: não serve!”. Por isso, o Ergue-te entende que “é necessário procurar uma nova alternativa que seja construtiva, e essa alternativa somos nós”, e

procura esclarecer que “propomos, pois, uma nova era de Renovação Nacional, que passará por pacificar, reconstruir e resgatar o Estado e a Sociedade, tendo em vista a edificação de um Portugal inteiramente português”. Entendendo a *III República* como sendo contrária ao rumo verdadeiramente nacional, tal como constatado no Chega, o partido Ergue-te argumenta que “precisamos de ser de novo os homens e mulheres da resistência e da Reconquista, do Império, de uma nova busca das nossas raízes e dos dias de eternidade em que éramos unidos por um desígnio comum e não pelo «salve-se quem puder» que hoje grassa na nossa sociedade, fruto podre das árvores do liberal-capitalismo e do marxismo, que nunca foram sãs”. Segundo este partido, é, então, “tempo de colocar um ponto final a este degradante crepúsculo que dura há décadas, onde o desperdício, a incompetência e a corrupção fazem o País apodrecer por dentro: quando o País deixa de ser amado, o próprio civismo deixa de fazer sentido, e é esta uma das principais razões da decadência nacional”. Em sentido contrário, argumenta que “numa perspetiva nacionalista moderna, o amor ao País e à Nação, no respeito por todas as outras, é um ensinamento de base. O civismo vem então por acréscimo, como de resto sempre aconteceu nas sociedades de inspiração nacionalista” (Ergue-te, 2014b).

Assumindo um projeto nacionalista contrário à democracia portuguesa resultante do 25 de Abril, o Ergue-te declara-se como “uma voz contra a farsa «abrilista» e convoca, no seu 40º aniversário, “um protesto contra este regime e o seu desolador legado”. Com esta tomada de posição, o Ergue-te afirma-se como “o único partido que, em coerência com as suas posições políticas, protestou contra este regime e reclama por um novo, com nova Constituição, orientação e modelo político” (Ergue-te, 2014k), isto antes ainda da formação do Chega, o qual viria a assumir também tal protesto e reclamação. Como afirma José Pinto-Coelho, a “ação política” do Ergue-te procura, então, orientar-se pela definição de “novas perspetivas político-sociais realistas, libertas da «Ideologia de Abril», da sua demagogia e ilusões utópicas, dominadas pelo socialismo tóxico, pelo marxismo cultural e pela corrupção generalizada!” (Pinto-Coelho, 2019a). Segundo o partido Ergue-te, “o regime político da III República e os partidos políticos que o dominam e governam Portugal têm levado o nosso país para uma situação

miserável, entristecendo fortemente todos os portugueses e retirando-lhes esperança num futuro digno e promissor”, pelo que o partido “defende a instauração de um novo regime político através, desde logo, da revogação imediata da atual Constituição da República (vincadamente marxista e socialista) responsável por criar fortes bloqueios ao progresso, e substituí-la integralmente por uma outra, limpa de ideologias e que se preocupe, unicamente, com o futuro de Portugal e dos portugueses” (Ergue-te, 2019a).

Ou seja, como esclarece o líder do Ergue-te, o seu partido “defende uma nova Constituição (...) que seja ideologicamente neutra, simples e minimal, mas sólida e essencial, e preocupada única e exclusivamente com o futuro dos portugueses e de Portugal”, porque “a atual Constituição, marxista e maçónica, é uma autêntica camisa-de-forças e um entrave a qualquer renovação de fundo. Ela não serve Portugal e ao seu progresso e o nosso modelo não assenta nela” (Pinto-Coelho, 2016c). Concebendo a atual Constituição como imprópria para a nação portuguesa, o Ergue-te entende que é “tempo de recolocar Portugal no caminho ascendente da História e da Civilização” (Ergue-te, 2014b), contrastando, tal como Mithá Ribeiro, a nação portuguesa pós-25 de Abril com, nas palavras deste ideólogo do Chega, o “ideal civilizacional secular português” (Ribeiro, 2020e). Deste modo, surge o argumento de que, “ao optarmos pelo Nacionalismo, por uma obra comum, começaremos uma nova era de genuíno desenvolvimento espiritual” (Ergue-te, 2014b). Assim, para o Ergue-te, há “uma saída, uma esperança, uma luz e uma Chama: o Nacionalismo. E que ela seja encontrada o quanto antes! E que venha substituir a Constituição da República, cujo texto socialista de 1976 já lá não vai com reformas e mutilações. É preciso acabar com a III República antes que ela acabe de vez com Portugal! É preciso criar-se outra Constituição que consagre a IV República, prevendo referendar, inclusive, o próprio regime republicano” (Ergue-te, 2012d).

Atentando na forma como o partido Chega descreve a herança da revolução e como procura posicionar-se politicamente relativamente a esta, Mithá Ribeiro concebe, tal como constatado anteriormente no relato que Diogo Pacheco de Amorim faz dos anos de 1974 e 1975, a existência de um “vergonhoso *muro mental* construído desde 1974” que, segundo Mithá Ribeiro, “gerou e sedimentou, em pleno Ocidente, uma

semidemocracia terceiro-mundista mental e economicamente pobre” (Ribeiro, 2021f) (itálico no original), considerando igualmente que “desde a fundação do regime, em 1974, o minúsculo Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Socialista (PS) não se fizeram rogados no assalto estratégico às universidades” (Ribeiro, 2021d). Deste modo, critica as “malhas censórias do regime que controlam os espaços institucionais e públicos de debate de ideias: universidades, comunicação social, meios intelectuais e artísticos, todos eles hegemonicamente policiados pela esquerda” (Ribeiro, 2021f). Além da rejeição da ligação entre revolução e democracia, é, assim, estabelecida uma associação entre o próprio *regime* e *censura*, sendo que Mithá Ribeiro argumenta mesmo que “os portugueses contam-se entre os povos europeus mais violentamente subjugados a um *sócio-partido único de esquerda* cujo poder avassalador resulta do seu controlo estratégico da comunicação social, universidades, sindicatos, fundações, organizações não-governamentais, partidos políticos da oposição afetos ao regime – o que subverteu a autonomia e a dignidade das instituições referidas, mas também da Religião, Família, Escola, Justiça, Segurança, Saúde, Economia, por aí adiante” (Ribeiro, 2020k) (itálico no original).

Afirmando uma “grande bancarrota civilizacional imposta pela III República Portuguesa”, Mithá Ribeiro argumenta adicionalmente que o resultante “ódio ao *nacionalismo* e ao *patriotismo* português mais não é do que a glorificação do nacionalismo e patriotismo soviético”. Segundo ele, “o último conseguiu fazer-se passar por *internacionalismo* e *globalismo* e as elites portuguesas caíram no engodo” (Ribeiro, 2020d) (itálico no original), pelo que, perante o *regime* resultante da revolução de 1974, a qual, como exposto anteriormente por Mithá Ribeiro, terá imposto a “moral social de importação de origem soviética” (Ribeiro, 2021c), conclui que “as atuais elites tomaram conta da orientação dos sistemas de ensino usando-as para modelar o pensamento social em Portugal” e “fizeram a lavagem dos cérebros compatriotas em nome da Mãe-Rússia” (Ribeiro, 2020d). Assim, Mithá Ribeiro considera que “a única forma de autodefesa dos povos, o seu nacionalismo, continua deslegitimada por um conluio de elites antinacionais que agrega académicos, intelectuais, jornalistas, políticos, artistas, sindicalistas, por aí adiante” (Ribeiro, 2020b).

Perante o que descreve como a deslegitimação do nacionalismo por parte de *elites antinacionais*, Mithá Ribeiro argumenta que “a irresponsabilidade das elites da III República gerou uma das mais graves ruturas na justiça enquanto tradição civilizacional e enquanto instituição fundamental e, por isso, essas elites e o seu regime já nem sequer parecem um farrapo moral, são mais um cadáver. Enterremo-lo civilizadamente votando em André Ventura” (Ribeiro, 2020o). Este ideólogo do Chega declara ainda que “a herança é tão perversa e pesada que o CHEGA está ao lado dos portugueses, dos intelectuais aos mais variados agentes da cultura, que ousem renovar alargando no senso comum a dimensão temporal da dignidade e da força nacional, quer em direção ao longo passado quer ao intemporal futuro”, argumentando que “é tempo de libertar Portugal de um presente revolucionário deprimente, de um dos piores ciclos civilizacionais em nove séculos de história” (Ribeiro, 2020d). Deste modo, Mithá Ribeiro posiciona o Chega “contra um regime que importou o ideal mental soviético para corromper a herança moral e intelectual da tradição portuguesa desbaratando, desse modo, a riqueza e a complexidade da sua maior força, o capital humano instituído ao longo de séculos pela identidade nacional” (Ribeiro, 2021f). Indo de encontro ao entendimento de uma identidade nacional transmitida e herdada geracionalmente, preservando-se a sua essência numa comunidade nacional que deverá enquadrar naturalmente os seus membros, como discutido anteriormente, a identidade nacional é, então, perspetivada por este ideólogo do Chega sob ataque por parte de uma tradição revolucionária, perante a qual “o Chega defende a renovação profunda de um regime em estado de morte moral”, sendo declarado que “a tradição moral que o Chega defende, que é a tradição moral portuguesa, nada tem a ver com a moral social de importação de origem soviética” (Ribeiro, 2021c).

De acordo com Mithá Ribeiro, “das heranças mais trágicas para a sanidade mental da nossa espécie foi a legada pelo regime soviético (1917-1991), a que a esquerda perfilhou e continua a propagar”. Segundo ele, “os soviéticos ensinaram a fragmentar as memórias coletivas, a história dos povos, entre *opressores* e *oprimidos* e a colocar o enfoque justamente no lado traumático do passado”, indo de encontro à crítica da visão do passado colonial anteriormente discutida, segundo a qual argumenta

que “a historiografia esquerdista fez da colonização europeia a besta negra das memórias coletivas da espécie humana na qual tudo se resume à escravidão, exploração do colonizado, trabalho forçado, opressão, imperialismo, racismo, entre outras violências e males, enquanto o indissociável lado construtivo dessa mesma colonização europeia tem os seus significados *apagados*” (Ribeiro, 2021g) (itálico no original). Ao afirmar a necessidade de submeter “as ciências sociais e humanas a uma reforma profunda”, Mithá Ribeiro considera que, “todavia, académicos e intelectuais resistem a tão elementar dever três décadas após o comunismo soviético” (Ribeiro, 2020p). Articulando esta crítica com a data da revolução, afirma que “o histerismo permanente da elite esquerdista que tenta moldar a cabeça dos jovens através do controlo agressivo do ensino, do básico às universidades, ou da comunicação social (...) começou em 1974 quando a esquerda passou a explorar os inegáveis traumas portugueses associados à guerra colonial (1961-1974)” (Ribeiro, 2020q). Perante este entendimento, critica o que descreve como uma “autocondenação dos portugueses enquanto povo por supostos crimes de *discriminação negativa* desde os tempos do Império Ultramarino” (Ribeiro, 2020r) (itálico no original).

Segundo o próprio partido Chega (2021b), “repetem-se, cada vez mais amiúde os atentados a símbolos históricos, elementos representativos do nosso percurso como Povo e como Nação e das marcas que deixámos na História da Europa e do Mundo”. No entendimento deste partido, “estes atentados (...) resultam, claramente, de uma tomada de posição ideológica cujo objetivo último será o da destruição das raízes que diferenciam povos e nações, o apagamento da memória coletiva desses povos e dessas nações”, levando o Chega a declarar que “para proteger a história, a cultura e os símbolos nacionais de atos que visem a sua destruição (...) recomenda ao Governo que proceda (...) à criação de um programa nacional que vise preservar todos os símbolos históricos da construção daquela que é a nacionalidade portuguesa”. A partir do apelo a tal programa nacional, André Ventura (2021f) procura posicionar o partido como orgulhoso da história nacional perante os que a quererão atacar, afirmando que, “enquanto outros (...) querem destruir todos os símbolos históricos de Portugal, nós temos orgulho na nossa História!”.

Assim, o ideólogo deste partido, Mithá Ribeiro, argumenta que “o conluio mental esquerdista anda a fabricar, em doses industriais, o *desvio funcional depressivo das memórias dos povos*”, e critica “a gestão patológica da memória histórica e social imposta pela esquerda através do controlo dos departamentos universitários” (Ribeiro, 2021b) (itálico no original). Deste modo, tendo já assinalado a ausência de raízes históricas nacionais na revolução do 25 de Abril de 1974, a própria nação portuguesa pós-25 de Abril viverá, segundo Mithá Ribeiro, sob uma ordem moral contrária à portuguesa e à ocidental, sendo que “a casta pensante do regime tudo tem feito para deixar do lado de fora do muro mental [construído desde 1974] a dignidade da tradição histórica e identitária secular dos portugueses, por seu lado filiada à milenar civilização ocidental de génese judaico-cristã e filosófica greco-romana” (Ribeiro, 2021f) (itálico no original). Perante esta visão, argumenta que “André Ventura foi o único político (...) que se revelou capaz de lançar a semente que congrega um projeto político, o CHEGA, com uma ampla comunidade moral, a Portuguesa” (Ribeiro, 2020e) (itálico no original), e afirma que “o Chega é o primeiro filho da democracia nascido da bússola moral genuinamente portuguesa e europeia, a enraizada na tradição judaico-cristã e greco-romana” (Ribeiro, 2020k). Segundo este ideólogo do Chega, “André Ventura e seu CHEGA originário geraram as condições para que os portugueses se libertassem de quase meio século de opressão mental monoideológica para, em plena liberdade, rumarem noutra direção, esta orientada pela restauração do ideal civilizacional secular português e ocidental”, cuja “tradição histórica tem sido sacrificada pela revolucionária III República Portuguesa” (Ribeiro, 2020e).

No respeitante a tal *opressão mental monoideológica*, o próprio líder do Chega considera que “a intromissão que a esquerda tem feito na educação ao longo das últimas décadas é algo de escandaloso. A força que ganharam na doutrinação das nossas crianças é hoje absolutamente inacreditável”, e declara que “o Chega retomar a autoridade das escolas e dos professores” (Ventura, 2021e). Deste modo, surge, no programa eleitoral do Chega para as eleições legislativas de 2022, a crítica a “meio século de monopólio ideológico do ensino e controlo do Ministério da Educação pela esquerda e extrema-esquerda cujo legado é um sistema inimigo do conhecimento, do

respeito e da boa educação”, acrescentando-se que “a consciência impõe a rejeição de manipulações que descontextualizam, no tempo e espaço, a História de Portugal para sobrevalorizar a agressividade da maioria ancestral portuguesa e omitir a agressividade e autoexclusão de certas minorias.” Assim, o Chega inclui também no seu mais recente programa eleitoral que “o CHEGA não aceita que os portugueses continuem humilhados, no seu território ancestral, por um regime político violador do direito inalienável de protegerem a dignidade da sua identidade nacional e da sua história secular pela busca livre e permanente da verdade” (Chega, 2021c).

Elaborando sobre a missão política do Chega, Mithá Ribeiro afirma que, “contra um regime cristalizado na imposição aos portugueses de ideais de matriz política, desde a origem, em 2019, o Chega distingue-se por uma orientação ideológica e programática de outra natureza. Sustenta-se em ideais de matriz civilizacional e social, entretanto assumidos no IV Congresso de Viseu (26-28 de novembro últimos): «Deus, Pátria, Família e Trabalho». Palavras de ordem tornadas agregadoras do «Programa Eleitoral Legislativas 2022».” Deste modo, o Chega adota a trilogia da educação nacional do Estado Novo¹², acrescentando-lhe *trabalho*. A partir destas *palavras de ordem*, Mithá Ribeiro procura, então, argumentar que “o Chega combate a esquerda pelo que é: um cadáver moral” uma vez que “a ordem moral de matriz milenar judaico-cristã e greco-romana, que orientou a sociedade portuguesa por séculos, foi subvertida pela esquerda (...) desde 1974”, e afirma também que “a marca do atual regime é o recalçamento dos sentimentos de filiação à nação e à pátria”. Assim, este ideólogo do partido declara que “o Chega apresenta-se a eleições para quebrar esse interdito [aos sentimentos de filiação à nação e à pátria], e encerrar o ciclo de racialização da sociedade, por não tolerar a humilhação da História de Portugal cujas consequências atingem a dignidade da identidade étnica e racial dos portugueses na sua terra ancestral”, sendo que “Portugal nunca prosperará com regimes que desonram a nação, a pátria e a sua história.” Adicionalmente, Mithá Ribeiro refere que “vivemos no rescaldo de um ciclo histórico de sobreposição abusiva do Estado sobre a Sociedade, e os laços familiares

¹² Regime político vigente em Portugal desde 1933 até à revolução do 25 de Abril de 1974.

foram os mais sacrificados em nome dos socialismos. O Chega vai a eleições para recolocar a família no lugar histórico e civilizacional que é o seu”, e conclui afirmando que “o trabalho é uma prática, mas não menos um valor moral e cívico hoje desprezado” Por sua vez, utilizando a expressão “orgulhosamente sós”¹³, afirma que “o Chega avança para as eleições legislativas com a consciência da solidão no campo político da direita, o único capaz de impor mudanças em nome da democracia, justiça social e prosperidade económica”, e argumenta que “finalmente existe uma direita predisposta a combater o feudo da esquerda que, desde 1974, anda a conduzir o sistema de ensino ao estado de falência moral, intelectual, cívica, institucional” (Ribeiro, 2021a)

É também destacado o tema da representação política de direita em articulação com o tema do enviesamento à esquerda no Portugal pós-25 de Abril, tal como no Ergue-te, sendo que o Chega procura, então, declarar-se como “direita de direita” (Chega, 2021c). Nesta designação, é reproduzido o entendimento da *New Right* de que “today’s so-called Right might be characterized as a «center,» constituting the Left’s Right” (O’Meara, 2013, p. 19), tal como o de Jaime Nogueira Pinto (2020), segundo o qual, “durante 40 anos, não tivemos uma direita em Portugal. Só a direita da esquerda”. Assim, o Chega procura argumentar que “a direita de direita filia-se à tradição judaico-cristã e greco-romana contra o regime que, desde 1974, subverteu a ordem moral da tradição secular portuguesa” (Chega, 2021c). António Tânger Correia, vice-presidente do Chega, argumenta precisamente que “apenas estamos a repor os valores dos portugueses” (Corrêa, 2021), sendo que Tiago Sousa Dias, secretário-geral do Chega, procura também destacar que “nós somos a direita, não temos medo de ser a direita” (Dias, 2021). Adicionalmente, Rita Matias, vogal da direção à data do último Congresso do partido em 2021 e eleita deputada nas eleições legislativas de 2022, procura argumentar que “salvar Portugal é a missão que foi confiada [ao partido] pelos portugueses”, já que Portugal encontrar-se-á em “miséria moral” e “amordaçado e aprisionado por teias marxistas” (Matias, 2021). Porém, segundo Mithá Ribeiro, “pela

¹³ Frase referida pelo ditador António de Oliveira Salazar relativamente à situação de Portugal durante a Guerra Colonial.

primeira vez desde 1974 os donos do pensamento oficial do regime falharam clamorosamente no controlo da ação de André Ventura e do Chega”, o qual terá sido capaz de “ir quebrando as barreiras de um regime político moldado, desde 1974, para interditar a direita, regime no qual a esquerda detém o monopólio do controlo das instituições que tutelam *a cabeça dos portugueses* (em rigor, o *pensamento social*), como o ensino (da universidade ao básico), a comunicação social ou os meios intelectuais e artísticos” (Ribeiro, 2021f) (itálico no original). Mithá Ribeiro realça que, “ao não ter complexos em ser de direita, André Ventura será fundamental para a recuperação moral, identitária, económica, civilizacional de Portugal” (Ribeiro, 2020q), e afirma que, graças ao Chega, “pela primeira vez desde 1974, o coração político da democracia portuguesa desloca-se para a direita” (Ribeiro, 2021h), revelando o entendimento de que existirá um enviesamento à esquerda no Portugal pós-25 de Abril.

Articulando tal enviesamento, não só com a revolução, mas também com a Constituição da República Portuguesa, Diogo Pacheco de Amorim refere: “onde é que se vai ver que, apesar de tudo, se manteve um poder muito grande do Partido Comunista no panorama político português? Com a eleição para a [Assembleia] Constituinte no dia 25 de abril de 76¹⁴ e principalmente numa coisa que ficou conhecida pelo pacto MFA-Partidos que antecede as eleições para essa Assembleia Constituintes”. Desenvolvendo um argumento político a partir do passado revolucionário, Pacheco de Amorim esclarece que está “aí a razão pela qual o Chega considera que devíamos passar de uma III República para uma IV República”. Considerando “esse pacto MFA-Partidos”, Amorim afirma que “os partidos de direita já tinham sido afastados, só partidos do centro (...) para a esquerda é que concorriam, mas mesmo esses tiveram que assinar um pacto em que, no fundo, vinha lá [que] as eleições são livres, é tudo livre, mas a Constituição que vai sair desta constituinte tem que obedecer ao princípio A, B, C, D que tinham sido dados e estavam lá para salvaguardar o poder futuro do Partido Comunista”. Deste modo, conclui que, “no fundo, a nossa Constituição é uma Constituição que sofre ainda do peso dos restos do Verão Quente, do poder do Partido

¹⁴ A eleição para a Assembleia Constituinte foi a 25 de abril de 1975.

Comunista desse Verão Quente e a sua forma como ele encontrou para se perpetuar” (Amorim, 2021).

Assim, Diogo Pacheco de Amorim considera que seria preferível que “a Constituição não tivesse nascido torta e na direção dos interesses do Partido Comunista, o que se tem notado, pela constituição que temos. Como podem reparar, qualquer partido pode concorrer (...) só que se chegar ao poder tem de governar à esquerda, não consegue governar à direita por causa da constituição e do Tribunal Constitucional que herda, no fundo, os poderes do Conselho da Revolução, ou seja, é um órgão de tutela do regime”. Segundo o seu entendimento, “a Constituição tem marcas claras da influência do Partido Comunista no Pacto MFA-Partidos que definiu a estrutura da Constituição” (Amorim, 2021), uma das razões que leva o seu partido a defender uma nova República, sendo que o Chega declara que “a Constituição aprovada a 2 de abril de 1976 está ultrapassada” e argumenta que esta deveria ser “mais pequena, menos ideológica e mais aberta às mudanças que o povo português exige”, considerando que a atual Constituição “acaba por ser o retrato autêntico da Revolução de Abril e da amálgama política e ideológica que se lhe seguiu” (Chega, 2021d).

De acordo com este partido, “o CHEGA não é o colete de salvação da III República. Pelo contrário o CHEGA traz, consigo, a IV República, tutelando uma Nação assente numa Constituição ideologicamente neutra”, afirmando também uma *Nação* “assente (...) no primado de um Estado de Direito forte assente sobre o Império da Lei e inflexível na exigência da limitação e separação de poderes e, por fim mas não em último, no fim da ditadura dos grupos de interesse, das elites, das minorias e da sua impunidade, tudo aquilo até onde nos trouxe a III República” (Chega, 2019a). O líder do partido Chega, André Ventura (2019c), procura esclarecer que “a IV República seria verdadeiramente democrática, que não caminha para o socialismo”, fazendo referência ao preâmbulo da Constituição portuguesa numa alusão crítica ao seu conteúdo surgido a partir do caráter revolucionário de Abril. André Ventura (2019d) argumenta “que apenas a fundação da IV República poderá remediar os nossos males”, os quais se mantêm apesar do facto de que “passaram mais de 40 anos do 25 de Abril”, pelo que “precisamos de um novo paradigma constitucional e político”, afirmando que “o CHEGA

tem como grande objetivo político reconfigurar a atual democracia portuguesa”. Atentando neste objetivo, Diogo Pacheco de Amorim (2019b) considera que, “se S. Bento é, de facto, a tal «casa da democracia» tão cantada e decantada em discursos pegajosos e gastos, então a democracia, em Portugal, está seriamente comprometida”. A *casa da democracia* é também criticada por José Augusto Dias (2020), Vice-Presidente do Chega para a Justiça e a Segurança, nas celebrações do 25 de Abril, através da afirmação de que “a Assembleia da República (...) não prescindiu da festinha e do cravinho da lapela, dos velhos «capitães» do MFA e dos dirigentes da Associação 25 de Abril (todos já caquéticos) e das estafadas vivas ao «25 de Abril», num cerimonial penoso e arrastado, em que cada representante das diversas bancadas parlamentares lá bota o seu discurso obrigatório enquanto enfadonhamente, a televisão estatal, a RTP, lá cumpre a ordem de transmitir em direto... perante a indiferença de todo o povo português”. Igualmente neste partido, desvaloriza-se a ligação da população à data que inaugura a democracia portuguesa, sendo que André Ventura (2019e), ainda antes de ser eleito deputado, questiona adicionalmente “de que vale celebrar liberdade com estes níveis de corrupção e impunidade?”, na data de 25 de abril de 2019, desvalorizando também a sua celebração.

Tendo em atenção a reivindicação pelo fim da *III República* e a sua substituição por uma *IV República*, importa considerar os argumentos políticos das intervenções do único deputado eleito pelo Chega no espaço temporal em estudo, nas celebrações do 25 de Abril ocorridas em 2020 e 2021. Nas duas cerimónias de aniversário do 25 de Abril em que marcou presença, além de continuar a desvalorização da celebração perante, não só a situação pandémica, como também a sua visão negativa do estado do país, André Ventura começa, em 2020, também por questionar “de que vale termos Abril se não temos separação de poderes e se temos uma confusão cada vez maior entre o Estado e o partido [socialista] e se isso nos compromete a prazo na nossa liberdade?”. Questionando-se sobre a importância do 25 de Abril, argumenta, em seguida, que os militares que o fizeram “não conseguiram libertar Portugal inteiro porque esse ainda vai ser a nossa missão de o concretizar”, concluindo com a afirmação política de que “queremos outra democracia, queremos outra República, queremos a IV República

Portuguesa” (Ventura, 2020a). Esclarecendo, imediatamente antes da comemoração do 25 de Abril em 2021, que “a revolução de 25 de Abril não seria a que eu gostaria que tivesse ocorrido e a forma como ocorreu”, Ventura volta a questionar: “qual é a magia de Abril quando temos um país assim?”. Articulando a revolução de 25 de Abril com os problemas que aponta ao país, critica a “corrupção que hoje temos endémica em Portugal, fruto também dessa magia de Abril”. Ventura argumenta adicionalmente que “a constituição é hoje também um bloqueio e um travão (...) ao combate eficaz à corrupção e à criminalidade económica” (Ventura, 2021i). Assim, a 25 de abril de 2021, Ventura argumentava que “hoje os cravos vermelhos deviam ser substituídos por cravos pretos porque é o luto da nossa democracia que hoje devíamos estar a celebrar”, descrevendo “uma democracia que se deteriora” e desacreditando sarcasticamente a própria revolução, dizendo: “Grande Abril. Grande revolução que nos transmitiram ao fim de 47 anos de um país que já não acredita e de um país que já quer muito mais do que aquela manhã de Abril” (Ventura, 2021h).

Procurando afirmar discursivamente a intenção de levar a cabo a construção de uma nova República em nome de Portugal e dos portugueses, o líder do Partido Chega procura igualmente desvalorizar o 25 de Abril, afirmando que, no futuro, “vão dizer que a maior revolução que houve em Portugal nem sequer se chamou 25 de Abril, chamou-se Chega” (Ventura, 2020b), o qual “nasce da legítima aspiração do Povo Português em construir uma nova República” (Chega, 2019c). O Gabinete de Estudos do Chega (2020) declara também que “nós temos uma missão e um sonho: o de fazer nascer uma Nova República. E essa não vai ser a República de nenhum partido, nem de nenhum homem. Mas de um povo soberano. Finalmente soberano”. Na descrição desta missão, foi possível verificar o seu enquadramento na observação de que “uma das grandes prioridades da Direita radical [após a revolução] teria de assentar na recuperação do orgulho nacional que entendia ter sido destruído entre os portugueses”, pelas “ideias desnacionalizantes (...) [que teriam concorrido] decisivamente para o desfecho revolucionário do biénio 1974-1975” (Madeira, 2020, p. 541), sendo que “redescobrir Portugal passava pela eliminação dos efeitos nefastos da influência marxista” (Madeira, 2020, p. 544). O próprio líder do Chega, André Ventura, apela precisamente a “que

aquelas parangonas de «fascismo nunca mais» e «direita nunca mais» sejam, em Portugal, substituídas pelo que interessa que «é socialismo nunca mais» (Ventura, 2021j). Concebendo existir um “caminho de venezuelização” em Portugal, André Ventura critica “46 anos da mais baixa política contra nós [a direita]” ao afirmar que “passados 46 anos de Abril é tempo de os fantoches serem socialistas e não sermos nós a fazer de fantoches nas nossas democracias” (Ventura, 2021k). Articulado o que entende ser a adversidade sofrida pela direita com a revolução de 25 de abril de 1974, o líder do Chega procura esclarecer que “o CHEGA quer uma nova direita em Portugal” e que “o CHEGA (...) defende uma completa refundação da república” (Ventura, 2019f), argumentando que “não podemos ter este endeusamento de um país que terá nascido no 25 de Abril de 74” (Ventura, 2021l). Assim, perante a nação portuguesa pós-25 de Abril, é declarado por este partido que “o CHEGA veio para (...) devolver Portugal aos portugueses; devolver os portugueses a Portugal mas, acima de tudo, devolver o Portugal de hoje ao Portugal de sempre” (Chega, 2019a).

5. As entrevistas aos militantes do Ergue-te e do Chega

5.1 Do “passado glorioso” à revolução

Partindo do questionamento sobre o passado de Portugal, designadamente os chamados *Descobrimentos* portugueses (Séc. XV – Séc. XX), o tema do orgulho está presente nas respostas dos entrevistados de ambos os partidos, surgindo autonomamente uma articulação com o tema da contextualização histórica. João Pais do Amaral¹⁵, do Ergue-te, ao afirmar o seu “imenso orgulho”, argumenta que, para “interpretar os Descobrimentos”, é essencial “situá-los no tempo.” Tal como elabora Bruno Rebelo¹⁶, também do Ergue-te, “tudo aconteceu no seu contexto histórico, político, social, económico”, argumentando que “os povos que têm vergonha e que não respeitam e que não conhecem e que não valorizam nem entendem o contexto do seu passado estão destinados a desaparecer e a nunca evoluir”. Entre os entrevistados do Chega, Fernando Pedroso¹⁷, refere que, no respeitante à “epopeia dos Descobrimentos”, “devemos entender este desejo de Portugal de expansão, não nos termos atuais como nós verificamos com a conotação de *colonialismo* da palavra atual. Não, nessa época (...) fazia todo o sentido fazer expansão, até porque havia uma cultura ocidental e cristã que havia que implementar. Era esse o pensamento nessa época”. Sobre este passado, Paulo Ralha¹⁸ considera que “tentar, hoje em dia, ver isso à luz da civilização, da nossa civilização, é um erro histórico gravíssimo”, e refere que “descontextualizar é um erro enorme”, sendo que, “quando olhamos para o nosso passado (...), não devemos ter pejo em ter orgulho”. Renata Coelho¹⁹ afirma também que “não podemos descontextualizar as coisas, era a mentalidade na altura”, e considera que “nós, portugueses, atualmente, descontextualizamos as situações e vemos tudo aos olhos de hoje e não podemos fazer isso”. João Ribeiro²⁰ procura

¹⁵ 46 anos, microempresário e formador. Alcobaça. Partido Ergue-te.

¹⁶ 39 anos, sub-responsável numa empresa de distribuição alimentar. Vila do Conde. Partido Ergue-te.

¹⁷ 67 anos, aposentado. Odivelas. Partido Chega.

¹⁸ 51 anos, funcionário público. Barcelos. Partido Chega.

¹⁹ 57 anos, professora. Lisboa. Partido Chega.

²⁰ 35 anos, empresário. Castelo Branco. Partido Chega.

esclarecer que “não tenho vergonha da história de Portugal” e refere também que “um revisionismo histórico, estar a fazer historicamente uma avaliação com o intuito de recriminar ou não recriminar, não faz sentido” uma vez que “temos que olhar para a história como ela foi. Eu tenho orgulho na história, tenho orgulho em ser português”. Similarmente, Ricardo Reis²¹, ao afirmar que “todo o passado e a história tem que ser vista, para começar, aos olhos da época, não vista aos olhos da atualidade”, argumenta que “quando falamos de questões de colonização (...) temos que olhar com os olhos da época, não temos que sentir-nos envergonhados ou algo assim por algo que aconteceu (...) numa altura em que aquilo era, sem ofensa, era banal, ou seja, era uma prática corrente”, e declara, em seguida, que “tenho orgulho naquilo que é o passado português, naquilo que Portugal construiu”.

Segundo Rui Cardoso²², “evidentemente que aconteceram coisas boas e evidentemente que aconteceram coisas más, evidentemente que existiram excessos”, alertando que “ocorrem em determinado contexto, em determinada conjuntura que não é alheia e evidentemente que, nos dias de hoje, nós percebemos que há coisas que aconteceram e que não fazem sentido, há coisas que aconteceram que são muito negativas, mas que eram norma, que eram usuais da época.” Assim, este entrevistado desenvolve um argumento, começando por afirmar que “é muito curioso nós, ocidentais, termos na nossa tradição civilizacional (...), ao longo do tempo, várias invasões, várias ocupações, várias colonizações. Nós, aqui em Portugal, tivemos com os romanos, depois com os muçulmanos e convivemos sempre muito bem com esse passado.” Ao referir que “houve coisas boas, houve coisas más, houve heranças culturais, trocas de saberes (...), deixaram marcas na filologia e na toponímia dos lugares, coisas que, hoje, ainda nós utilizamos. Portanto, nós soubemos, nós tivemos este filtro para com o passado de perceber que ele se molda de coisas boas e de coisas más”, afirma que o mesmo não se verifica, “infelizmente”, com “a narrativa que hoje se cria àquilo que eles chamam o colonialismo. Na minha interpretação, é colonização, que são

²¹ 22 anos, estudante. Odivelas. Partido Chega.

²² 19 anos, estudante. Lisboa. Partido Chega.

conceitos ligeiramente diferentes.” Distinguindo, tal como o ideólogo do Chega, Mithá Ribeiro, os conceitos de *colonialismo* e *colonização*, afirma, em seguida, que “nós temos que interpretar a expansão portuguesa e a colonização portuguesa, não como uma coisa terrível que aconteceu, não como um *bicho papão*, mas como algo natural no contexto.” Assim, referindo o “orgulho” e a “empatia pela nossa história”, articula também tais sentimentos relativos ao passado com a evolução futura da nação portuguesa, concluindo que “temos que conviver bem, não nos podemos autoflagelar com o nosso passado, temos que analisar as coisas no seu contexto e na sua conjuntura e, sobretudo, convivermos bem. Uma nação saudável em 2021 tem de conviver bem com o seu passado histórico, não podemos estar com vitimismos estéreis, são absolutamente estéreis, não produzem progresso.”

Adicionalmente, o tema da grandeza ou da glória surge na caracterização deste passado entre os entrevistados de ambos os partidos. João Pais do Amaral, do Ergue-te, descreve-o como um “passado glorioso” e Renata Coelho, do Chega, afirma que “a altura dos Descobrimentos foi a altura em que Portugal foi grande, foi conhecido, foi o período áureo de Portugal”. Paulo Ralha, do Chega, considera que “o empreendimento das Descobertas vai definir o país e é uma época, de certa forma, dourada da nossa história onde há a convergência de conhecimentos técnicos, de vontade, de empreendedorismo, de coragem”, e refere também que “a expansão dos nossos valores pelo mundo (...) significa um ponto alto da história de Portugal”, argumentando que Portugal “dignificou-se ao longo da história”. Francisco Dias²³, do Chega, destaca que “na altura dos Descobrimentos (...) fomos um país francamente desenvolvido na descoberta de novos horizontes e, portanto, eramos uma das grandes potências na altura”, e conclui que foi “uma boa fase para Portugal porque projetou a sua imagem no Mundo e projetou, digamos, a nação, que é um conceito fundamental”. Em articulação com este tema, surge adicionalmente o tema do contributo civilizacional que este passado representa para além de Portugal e dos portugueses. Destacando a ideia de *civilização*, Rui Cardoso afirma que o “que se tentou levar para a expansão para outros

²³ 61 anos, funcionário público. Guarda. Partido Chega.

continentes” foi o “ideal civilizador de uma matriz cristã, que tinha sido a matriz fundacional e fundamental para a afirmação da nacionalidade e do território. Foi esta matriz, este ideal, este ideário que pautaram a expansão portuguesa (...), a par de outras questões económicas, sociais, mas essencialmente esta noção de expansão da Cristandade, de expandir a civilização europeia.” João Ribeiro, ao referir que “temos de ter orgulho [na história de Portugal]”, declara adicionalmente que, “como português, eu orgulho-me da história de Portugal. Fomos nós que lançamos a primeira pedra do que hoje conhecemos como globalização”. Tal como desenvolve Fernando Pedroso, do *Chega*, ao começar por referir que “os portugueses devem ter orgulho no passado de Portugal porque o passado de Portugal, na minha perspetiva, é grandioso”, “por outro lado, abriu-se uma coisa que foi o caminho entre a Europa e a Ásia, o caminho da Índia, e não é despreciando aquilo que nós também fizemos antes de chegar à Índia, por exemplo, a ultrapassagem do Cabo das Tormentas ou do Cabo da Boa Esperança, também foi um feito, para a humanidade, fantástico”. Ao exaltar também o contributo do passado português para a humanidade, afirma que “demos novos mundos ao mundo. Isso é inegável. Isso não se pode limpar da história e dizer que esse passado não existiu”. Adicionalmente, Pedroso considera que, além do “que os portugueses fizeram com abrir novos mundos ao mundo (...), temos outras coisas que também tenho muito orgulho em ser português”, referindo que “nós, no império que fomos conservando depois a partir do século XVI até ao século XX, nós nunca fizemos segregação social nem *apartheid* e estivemos em África, que é também uma marca dos portugueses, deste povo de que eu tenho muito orgulho”. Assim, segundo este entrevistado, “o passado de Portugal é grandioso, é uma história única no mundo [na qual] os portugueses devem ter orgulho, mas o mundo também. O mundo ocidental também deve ter orgulho no passado de Portugal e por um país como Portugal. Portanto, para mim, é tudo a somar. Ser português, para mim, é muito importante.”

Similarmente, Ricardo Reis, ao referir que “Portugal olhou para o mundo como mais ninguém olhou, quis mais do que aquilo que possuía, quer em termos territoriais, quer em termos de conhecimento”, começa por afirmar que “o que eu vejo dos Descobrimentos é, em primeiro lugar, um sentimento de um grande orgulho pela

relevância que Portugal teve”. Assim, “é um motivo de orgulho para mim, acho que deve ser um motivo de orgulho para nós, enquanto povo, pela capacidade que tivemos em, primeiro que todos os outros, de ir descobrir e querer saber, de ter a ambição de querer mais do mundo, mais do que nos limitarmos ao que tínhamos na altura”. Por sua vez, refere também que “a velha frase que se diz muito, que nós demos novos mundos ao mundo, eu acho que se aplica. Portugal foi, talvez, a nação mais responsável pelo conhecimento geográfico, cultural e territorial do planeta”, considerando “que Portugal foi o verdadeiro impulsionador daquilo que foi a descoberta do mundo”. Adicionalmente, afirma que “a maioria dos povos que nós encontramos eram povos que ainda utilizavam técnicas (já nem vou falar de formas de sociedade porque isso em muitos, na maioria dos casos, nem sequer existia) muito rudimentares e nós fomos capazes de levar, quase de forma missionária, cultura, língua, uma forma de estar em (...) sociedade (...) que aqueles povos não tinham”. Assim, argumenta que “nós tivemos uma missão muito positiva se fizemos um agregado daquilo que foi a nossa presença no pós-Descobrimentos, muito positiva nos territórios que ocupamos, quer de desenvolvimento das populações, quer de desenvolvimento de questões, depois mais tarde, industriais, de produtos, de comércio, muito positiva para os próprios povos”. Assinalando o que entende ser o contributo de Portugal, este entrevistado procura esclarecer que “agora nem estou a olhar de uma visão de «para Portugal», mas até para os povos que foram descobertos, ocupados, conquistados, o que queiram dizer. Para mim, não há conotação negativa em nenhuma das palavras que disse.” Porém, pensa que “há muita gente que tem uma visão negativa dos Descobrimentos e quer-se focar numa questão de opressão ou de limitação de liberdade de povos. Eu acho que não. Eu acho que nós, de facto, desenvolvemos e promovemos a civilização nas zonas que ocupamos”. Deste modo, Reis conclui que “os Descobrimentos portugueses e a expansão que tivemos é um motivo de orgulho porque um país tão pequeno teve na alma das pessoas (...) uma grandeza que ultrapassou qualquer tipo de limitação territorial que Portugal tinha nesse momento e que foi, de facto, capaz de, para além de se agigantar a si mesmo (...), também desenvolver novos povos no mundo que não se encontravam tão desenvolvidos”.

Segundo Bruno Rebelo, do Ergue-te, a “presença ultramarina” portuguesa foi “uma presença ultramarina sempre humana, sempre desenvolveu territorialmente os territórios que ocupou ou onde esteve presente, trouxe a modernidade, trouxe o progresso, trouxe o desenvolvimento a todas estas populações.” Ou seja, para este entrevistado, “as próprias populações [colonizadas] perceberam que nós estávamos ali, não para ocupar, não para explorar. Não quer dizer que tenha sido sempre assim com todas as pessoas presentes nesse teatro, mas toda a população beneficiou.” Assim, “na generalidade, foi uma presença construtiva, foi uma presença que ajudou a desenvolver”, pois “o português foi ocupante, foi colono, mas sempre de uma forma humana, comercial e de desenvolvimento.” Deste modo, argumenta que “nós fomos os primeiros globalistas do mundo. O expansionismo português foi, primeiro, religioso, claro, também político, mas também científico: nós demos novos mundos ao mundo e nós demos a conhecer aquilo que sempre esteve à porta da Europa e que ninguém teve a coragem nem o desejo de descobrir”, pelo que, na sua opinião, “a colonização, a expansão portuguesa, os Descobrimentos portugueses, foram, em termos iluministas, bastante importantes.” Além do contributo positivo de desenvolvimento de povos que caracteriza, na sua opinião, os *Descobrimentos portugueses*, surge, então, o tema do carácter externo das revoltas que desencadeiam a Guerra Colonial iniciada em 1961, o qual está presente nas respostas dos entrevistados de ambos os partidos. Como elabora Bruno Rebelo sobre a sua leitura destas revoltas, “no contexto geral, o povo em si, não os pseudolíderes que tinham e que fizeram aquilo que fizeram depois da independência. O povo em si, a população geral, nunca quis a independência, não queria, na generalidade, independência”. Ou seja, segundo ele, a população geral em África “queria, sim, mais independência política, não estar tão dependente de Lisboa porque eles viam a realidade de todos os outros países em África que, basicamente, eram explorados nas suas riquezas e as suas gentes, muitas vezes de forma selvática, em prol das metrópoles europeias e os portugueses não tinham essa presença. Sempre fomos bem vistos.” Perante a presença positiva de Portugal, afirma que “a maioria não estava contra fazerem parte de Portugal”, apenas “desejavam um pouco mais de autonomia (...), era isso que eles pretendiam”. Deste modo, argumenta, a partir do exemplo de

Angola, que “não foi uma revolta do povo de Angola, foram revoltas criadas, dirigidas por alguns líderes financiados pelos dois grandes blocos: o capitalista americano e o soviético. Porquê? Pelos interesses das populações? Não. E as pessoas não estavam descontentes com os portugueses. Foram conflitos instigados, financiados (...) pelos grandes grupos de interesses: na altura, o bloco capitalista americano e o soviético”.

João Pais do Amaral, do Ergue-te, começa por afirmar, quando questionado sobre a sua interpretação do que define como a “guerra das províncias ultramarinas”, que “o Estado Novo, sim, tinha a pretensão de que eramos todos uma grande pátria e, de alguma forma, fomos, mas também tinha a desvantagem: eu considero que portugueses são aqueles que são filhos de portugueses e sou pelo *jus sanguinis*”²⁴. Estabelecendo a existência de uma desvantagem na ideia de uma nação portuguesa pluricontinental perante a visão da nação como uma *comunidade de sangue*, considera que “a melhor produção que o Estado Novo teve, além de nos tirar das ruínas da I República, para mim, até foi a guerra das províncias ultramarinas”. No respeitante à guerra, esclarece que, “como nacionalista, tenho de tentar perceber as pretensões nacionalistas dos que lá estavam, mas, (...) se eu tivesse vivido no tempo do Estado Novo, era mais que a minha obrigação lutar pelos interesses de Portugal. Então, iria com muito gosto dar a vida, se tivesse de ser, pelos interesses nacionais, entendendo também a parte dos angolanos e dos moçambicanos e tudo isso. O que não invalida que grande parte daquela gente também teve a mão de Cuba, da União Soviética e de interesses internacionais”. Ao destacar igualmente o tema do carácter externo das revoltas, afirma que “condeno os massacres feitos pela UPA e, muitas vezes, patrocinados pelos americanos e pelos soviéticos. Condeno a forma como os Estados Unidos quiseram tomar conta das colónias. Acho que aqueles massacres todos foram completamente desnecessários e uma vergonha.” Perante a sua visão de uma conduta das forças independentistas conduzida a partir do exterior, acrescenta que “mais vergonha é nós, depois da guerra, que a guerra estava ganha, ainda termos que fazer as pazes com muitos deles e receber muitos deles como se fossem heróis, e tratarem os

²⁴ Nacionalidade herdada por descendência (direito de sangue).

combatentes portugueses, muitos deles que vieram, como criminosos de guerra e eles só estavam a servir a sua pátria.”

Similarmente, Ricardo Reis e Rui Cardoso, ambos do Chega, abordam o tema da *defesa* da nação na narrativa da Guerra Colonial, como visível na afirmação de Reis de que “no momento em que somos atacados por movimentos, e aí eu considero, não tenho problema nenhum de o considerar, movimentos terroristas, sem dúvida alguma, Portugal teve que se defender e defender o que era o seu”, assim como “os portugueses”. Perspetivando o conflito como uma *defesa* da nação perante *movimentos terroristas*, é estabelecida uma articulação com o tema do carácter externo das revoltas, pois, segundo este entrevistado, “o conflito em África (...) não teve dois lados: não teve o lado dos movimentos independentistas e o lado português apenas”, referindo que “o contexto da época levava a que existissem jogos de bastidores, no caso dos blocos da Guerra Fria, que também influenciavam e puxavam a que, de facto, os movimentos independentistas fossem mais fortes, tivessem acesso a outro tipo de capacidade de combate, estratégico, etc... porque interessava aos blocos que estes países fossem independentes”. Após mencionar a sua visão de uma ingerência externa nos movimentos independentistas, questiona-se “se eu acho que foi errado da nossa parte ter combatido? Eu não consigo dizer que foi errado.” No respeitante a este conflito, Rui Cardoso começa por afirmar que Portugal era “um império, como Salazar diria, multiétnico, pluricontinental, do Minho a Timor, esta era a noção que se tinha e que os portugueses tinham na sua própria cultura cívica muito enraizada”, destacando que, ao contrário de outros países, “o império ultramarino português tinha 500 anos”. Assim, considera que “quando rebenta a guerra em África em 61, há, penso eu, generalizado um consenso na sociedade portuguesa de que aqueles territórios eram parte integrante da nação portuguesa e, portanto, tinham de ser defendidos”, e afirma que, “vivendo na altura, e vivendo o calor daqueles anos de um nacionalismo muito forte com a defesa intransigente da nacionalidade e daquilo que eram os territórios portugueses, eu compreendo que houvesse na sociedade portuguesa e no próprio regime uma grande noção, muito afincada, de defesa desses mesmos territórios e das populações que lá viviam”.

Cardoso critica também o que entende ser “um forte apoio [aos independentistas] por parte das potências comunistas, por parte da União Soviética e da China (...) que os doutrinavam para eles poderem aplicar a sua ideologia no terreno”, e descreve igualmente uma revolta nascida a partir do exterior, afirmando que “esses grupos estavam ao abrigo e estavam a soldo de organizações internacionais e à deriva de interesses nacionais, quer interesses dos Estados Unidos, quer, muito marcadamente, interesses soviéticos, interesses comunistas.” Concebendo a existência de “esquerdistas que doutrinavam com influência e com meios que eram fornecidos pela China e pela União Soviética”, este entrevistado refere que “o método de ação do PAIGC, que era o método de ação da UNITA, que era o método de ação do MPLA, não mudava nada, era o seguinte – portanto, nós estamos a falar no contexto africano, muito primitivo, muito tribal ainda e aquilo que os comunistas faziam era o seguinte – imagine determinada tribo em que havia um líder, um chefe daquela comunidade, e o que eles faziam: iam de terra em terra, matavam esse chefe e metiam lá um doutrinado, metiam lá um comunista, um esquerdista, para começar a doutrinar as populações (...) porque, na sua génese, as populações eram bastante amistosas (...), havia uma grande receptividade para com a diáspora portuguesa, havia um grande carinho, havia um grande sentimento de pertença a Portugal.” Renata Coelho, do Chega, que refere que “vivenciei esses acontecimentos”, pois vivia numa colónia africana sob domínio português no ano de 1974, afirma que “houve um conflito, realmente, entre os portugueses e os africanos, não sei se poderá chamar-se *guerra*”, e argumenta igualmente que os africanos “quiseram a independência justificando precisamente os maus tratos, muito entre aspas, que os portugueses estavam a dar aos africanos, que nunca vi”.

Paulo Ralha, do Chega, destaca também o tema do carácter externo das revoltas ao esclarecer que “a minha visão radica muito numa luta geoestratégica por matérias-primas entre os dois grandes impérios do século XX, entre os Estados Unidos e a União Soviética.” Segundo este entrevistado, estas duas potências “fizeram pressões diplomáticas e de toda a ordem para financiar, dentro desses territórios, lutas armadas (...) aparentemente endógenas que visavam a autodeterminação desses povos, o que se

revelou uma completa fachada para os interesses económicos dessas potências se sobreporem”, pelo que conclui que “foi um processo de ingerência externa das grandes potências que visava ficar com as matérias-primas desses países”. Similarmente, João Ribeiro, do Chega, considera que “Portugal (...) sofreu aqui, de certa forma, pressões externas, tanto dos Estados Unidos (...) como da União Soviética e nós fomos apanhados no meio”, e afirma que o destino das *ex-colónias* foi “entregue à luta entre as potências da União Soviética e dos Estados Unidos”.

Nas narrativas da descolonização (1974-1975), começa por surgir, entre os entrevistados de ambos os partidos, o tema de uma descolonização apressada, a qual não terá tido em atenção o interesse nacional. João Pais do Amaral, do Ergue-te, declara que “condeno a forma como a descolonização foi feita”, ao argumentar que “o 25 de Abril não salvaguardou os interesses nacionais, salvaguardou os interesses, uns da União Soviética e outros da CIA e dos norte-americanos”, concluindo que “uma transição, se tivesse que ser, teria de ser uma transição gradual e nunca feita da forma que foi feita, até porque a guerra estava ganha em todas as frentes de guerra.” Bruno Rebelo, também ele do Ergue-te, ao considerar que o que se procurou salvaguardar “foi os interesses pessoais, os interesses dos blocos, os interesses económicos”, argumenta que “tudo o que os portugueses construíram em Angola e Moçambique e na Guiné e nos outros territórios foi tudo destruído”. Assim, Rebelo afirma que “a presença portuguesa saiu de repente”, e considera que “uma descolonização bem feita seria: todas as forças se reunirem (...) e procurarem uma mudança positiva com o tempo” uma vez que “uma mudança (...) iria acontecer, era inevitável”, referindo que, na realidade, “o que é que essa mudança fez? Fez aquilo que foi o objetivo inicial: criar o caos, dividir para reinar. E foi isso que aconteceu”.

Ricardo Reis, do Chega, argumenta também que a descolonização “foi feita de uma forma desastrosa porque não teve a mínima consideração por aquilo que seria o verdadeiro interesse nacional e que Portugal poderia beneficiar com a descolonização”, e refere que “podia ter-se pensado noutras hipóteses numa fase já pós o início do conflito bélico”. Ao considerar a hipótese de “tentarmos criar quase um Commonwealth com aquilo que era o mundo português”, declara a importância “de um domínio

económico sobre as zonas. Ou seja, era muito mais importante, para Portugal, conseguir, mesmo que Angola, por exemplo, ficasse independente, termos um acesso privilegiado àquilo que eram os recursos”. Segundo João Ribeiro, do Chega, “esse processo de descolonização (...) não podia ter sido pior”, e, para Renata Coelho, do Chega, “houve, sim, acho eu, uma descolonização mal feita”, a qual é também caracterizada por Paulo Ralha, do Chega, como “um processo atabalhado, feito à pressa e um bocado a tentar limpar as mãos de uma situação que (...) era para fazer ponderadamente”. Nesta “questão da descolonização”, Ralha destaca “todas as pressões que existiam no sentido da autodeterminação dos povos”, nomeadamente o “contexto dos partidos políticos (...) no pós-25 de Abril”, os quais, “têm todos a autodeterminação desses povos como um fim”, relatando que “faz-se a descolonização muito rapidamente a partir dessas premissas”

Assim, surge, adicionalmente, uma articulação entre os moldes da descolonização e a situação política causada pela revolução, como exemplificado por Francisco Dias, do Chega, que afirma que “Portugal viveu numa ditadura durante 48 anos e houve uma explosão súbita, uma alegria exagerada e, portanto, as condições levaram a que tudo fosse feito naqueles moldes”. Também segundo Fernando Pedroso, do Chega, “a descolonização foi feita à pressa”, descrevendo uma situação em que “o poder caiu na rua [e] os militares que foram nomeados (...) eram pessoas que quiseram fazer a descolonização à pressa e isso deu no que deu”. Ao referir que “poderíamos, talvez, ou imediatamente após o conflito, começar a negociar a autodeterminação”, este entrevistado argumenta que “aquilo tinha de ser melhor negociado, portanto, eu acho que a descolonização foi feita à pressa. O regime que emergiu no 25 de Abril não teve inteligência nem habilidade negocial e quiseram rapidamente entregar as colónias às forças que estavam a fazer a guerra”. Considerando “o regime da III República, o atual”, conclui que, “no início desta III República, para nos situarmos, as negociações para a independência dos países deveriam ter sido mais cuidadas, mais demoradas”. Tal como elabora Rui Cardoso, também do Chega, que considera igualmente que “a descolonização foi um processo atabalhado”, “quando se dá o 25 de Abril em Portugal, a guerra não acabou do outro lado, acabou de um lado”. Ou seja, “quando há o 25 de

Abril, há uma grande excitação, uma grande euforia por parte dos militares portugueses (...) e isto criou um desleixo muito grande”. Deste modo, critica a “atitude *laissez faire*, *laissez passer* [sic], «vamos fazer o que quisermos, a guerra já acabou»”, alertando que esta “não acabou, e, portanto, causou um grande número de mortes e um grande impacto” nos portugueses em África após o 25 de Abril.

O tema das consequências negativas, quer para os portugueses em África, quer para os próprios africanos, que teriam sido causadas pela forma como foi feita a descolonização é, então, referido pelos entrevistados de ambos partidos. João Pais do Amaral, do Ergue-te, afirma que “eles quiseram lá saber como é que os portugueses saíam de lá. Os espoliados do Ultramar, naquela altura, eram quase considerados refugiados”, e considera que quem fez o 25 de Abril “deixou milhares e milhares de portugueses virem para um Portugal que não conheciam praticamente e deixarem uma vida de trabalho e de muito sacrifício para trás”. Assim, conclui que “não salvaguardaram minimamente os interesses nacionais ao fazer a descolonização como ela foi feita, que foi uma verdadeira aberração, uma verdadeira vergonha e uma falta de respeito brutal. Até para os locais, os autóctones, que lutaram por nós”, criticando adicionalmente os “comunistas e aquela escumalha toda que depois foi tomar conta daqueles governos”. Segundo Bruno Rebelo, do Ergue-te, no passado, “havia algo que os unia a todos, que era Portugal, a pertença a algo maior porque sempre coabitaram, tanto em Angola como em Moçambique, como na Guiné, todas as tribos, todos os povos”, pelo que, revelando uma visão da nação portuguesa como agente unificador de povos, considera que “até [19]75, nos territórios ultramarinos portugueses, todos eram unidos a uma só bandeira. Depois disso, deixaram de ter uma identidade e algo que os unisse.” Assim, além de considerar que “os brancos foram abandonados, não foi salvaguardada nem a própria vida nem o seu trabalho”, refere que “quem lá estava também não tinha a capacidade, no imediato, de tomar conta dos destinos do seu próprio território, por isso, tinha de ser muito faseado para benefício de todos”. Ao assinalar o que entende ter sido o carácter negativo da descolonização tanto para os portugueses como para os africanos, conclui que “a descolonização e todo esse processo não teve, de todo, se calhar quase propositadamente pelo contrário, nenhum interesse

em salvaguarda nem de Portugal nem dos portugueses”, considerando que esta terá sido feita “por pessoas que nunca tiveram interesse, nem no bem-estar da nação portuguesa, nem dos povos de Angola e do resto dos territórios ultramarinos portugueses em África”.

Destacando as consequências negativas para os africanos, Renata Coelho, do Chega, afirma que “a verdade é que, naquela altura, eles viviam muito melhor do que vivem hoje, eles não passavam tanta fome quanto passam hoje, tinham empregos que não têm hoje, dados por nós portugueses, e a qualidade de vida, em termos de saúde e educação, era relativamente melhor do que a de hoje”. Caracterizando negativamente as condições atuais dos africanos comparativamente ao período de presença portuguesa, afirma que “entregamos África de mão beijada a quem não sabia gerir, a quem não sabia governar”, e conclui que a “revolução (...) piorou a maneira de vida dos africanos”. Similarmente, Paulo Ralha, do Chega, afirma que, após a descolonização, “verificaram-se e verificam-se ainda conflitos armados em toda a linha em África”, e argumenta também que se tratam de “países com taxas de crescimento anémicas, com índices de corrupção enormes em que a maior parte do povo vive muito pior do que vivia na época em que estavam colonizados”. Surge também em simultâneo o tema das consequências negativas para os portugueses e para os africanos, tal como exemplificado por Ricardo Reis, do Chega. Segundo Reis, a descolonização “não teve mesmo em consideração aquilo que eram os interesses da nação e dos portugueses que viviam, por exemplo, nas colónias”, e “muitos dos portugueses que lá estavam, aí também pela cor da pele, sofreram represálias no pós-guerra”, criticando “o desprezo que houve historicamente, nessa época, pelos portugueses que ficaram ao abandono e a forma como foram recebidos quando voltaram”. Adicionalmente, destaca também o que entende ser o seu carácter negativo para os outros povos ao afirmar que “se pensarmos bem do ponto de vista do povo angolano, moçambicano... no pós-independência, penso que até aí a descolonização foi desastrosa”, concluindo que “todos saíram a perder na descolonização da forma como foi feita”.

João Ribeiro, do Chega, procura esclarecer que “não sou nada a favor daquilo que aconteceu no processo de descolonização porque foi mau para as ex-colónias e foi

mau para Portugal”, e argumenta que se “esqueceu completamente os retornados”, sendo que “o nosso regime atual tem responsabilidade nisso.” Atribuindo também culpa ao próprio regime, tal como o faz o ideólogo do Chega, Mithá Ribeiro, Fernando Pedroso, do Chega, procura destacar a “culpa do regime que saiu logo do 25 de Abril de 1974 que não teve força suficiente, nem habilidade, nem estratégia para negociar a descolonização (...) acautelando os interesses dos portugueses que lá estavam”, considerando que “foi um desastre completo e obrigou à vinda de portugueses para Portugal, das colónias aqui para o Continente, para Portugal Continental, e isso foi dramático”. Tal como elabora Rui Cardoso, do Chega, sobre a sua leitura da descolonização, “o ideal marxista da autodeterminação dos povos e desta libertação completa originou duas coisas: primeiro, a debandada dos portugueses, brancos e não só, que viviam nos territórios ultramarinos e que, de um dia para o outro, ficaram sem nada”. Em segundo lugar, refere que este ideal “entregou as colónias a grupos militares e políticos que não eram maioritários, não representavam o sentimento das colónias, não representavam porque, como digo, a maior parte das populações sentia-se portuguesa e queria continuar, pelo menos, com um vínculo, com uma filiação a Portugal”. Deste modo, argumenta que “este ideal propagado pelos Álvaros Cunhais e Mários Soares desta vida (...) [promoveu] uma descolonização completamente atabalhoada, com a entrega de governo a forças que não representavam o sentimento nacional [das ex-colónias] e, sobretudo, que não tinham preparação para gerir uma nação”. Segundo este entrevistado, “isso originou, como em Angola, vimos, uma guerra civil de décadas, com impactos que ainda hoje se sentem. Moçambique é um dos países mais pobres do mundo e a culpa é desses portugueses, desses marxistas, desses esquerdistas que, a seguir ao 25 de Abril, tomaram as rédeas de Portugal”.

Ao culpabilizar o que entende como o poder *esquerdista* surgido a partir do 25 de Abril pelo que assinala como consequências negativas da descolonização, Cardoso afirma que “com os seus ideais distópicos, os seus ideais lunáticos de descolonização *laissez faire* [sic], [os esquerdistas] promoveram que o poder fosse entregue aos bichos e provocaram pobreza, não criaram instituições, não criaram um processo de democratização, não criaram eleições livres, promoveram que esses países se

tornassem tiranias despóticas, oligárquicas e que perpetuam uma elite minoritária no poder e uma grande maioria da população na pobreza até aos nossos dias”. Segundo Cardoso, “fizeram o pior, o mais inenarrável, o mais abjeto com aquilo que eram as populações locais que não tinham meios de gerir um país, não sabiam como o fazer e entregaram, de facto, as províncias ultramarinas à debandada, sem qualquer tipo de critério e isso provocou problemas até aos nossos dias”. Adicionalmente, afirma que, “relativamente às populações portuguesas que tiveram de vir para Portugal, houve uma xenofobia enorme com aquilo que eram as populações que também eram portuguesas tal como nós”, referindo criticamente que “não tiveram o mínimo de empatia, não tiveram o mínimo de solidariedade para com os seus conterrâneos que chegaram, literalmente, só com a roupa que tinham no corpo vestido”. Relacionando as consequências negativas assinaladas com o início da “III República”, considera que “a descolonização foi um processo atabalhado, que envergonhou Portugal a nível das organizações internacionais e que, de facto, desprestigiou muito a nação portuguesa”, concluindo que “a descolonização foi dos momentos mais negros da nossa história contemporânea, quer pela forma como foi feita, quer pelas consequências que teve.”

Adicionalmente, Cardoso caracteriza o 25 de Abril como “um golpe de estado perpetrado por militares”, os quais “não estavam a cumprir o seu dever para com a pátria, que era combater nas províncias ultramarinas. Evidentemente que a resistência que podia ter acontecido no 25 de Abril estava em África a defender a pátria e, portanto, não podia mobilizar-se”. Esta leitura do 25 de Abril que contrapõe os militares combatentes e os que não combatiam é também adotada por João Pais do Amaral, do Ergue-te, que começa por referir que “eu sou filho de Abril, eu nasci no pós-25 de Abril, nasci em 1975, não vivi nada dessa realidade”. Considerando que “o regime caiu porque estava podre, já não tinha grandes condições para continuar”, afirma que “o Marcelo Caetano já estava quase resignado quando tudo aconteceu, até porque os combatentes mais valorosos e aqueles que podiam defender o regime no 25 de Abril estavam a morrer e estavam a lutar por Portugal nas nossas ex-colónias”. Contrastando os *mais valorosos* que se encontravam em África a lutar por Portugal com os que aderiram à revolução, afirma que a presença dos primeiros em África levou a que “não tivéssemos

praticamente resistência nenhuma e quem lutasse pelo regime porque os fervorosos pegaram em armas, sentiram o apelo e foram lutar pela pátria. Aqui ficaram meia dúzia de carneiros, meia dúzia de funcionários, meia dúzia de *yes men*".

Pais do Amaral considera adicionalmente que "o regime já não tinha condições. Eu duvido que o Marcelo Caetano conseguisse fazer algum tipo de regeneração ou reinventar o próprio Estado Novo", e argumenta que "o regime, naquela altura, estava em cuidados paliativos. A única coisa que os capitães (...) foram fazer foi desligar a máquina ao próprio regime porque eles, cobardes que eram, também não queriam ir combater lá para fora." Ao considerar que "fizeram uma revolução que só serviu os seus interesses", afirma que, "47 anos depois da revolução, olhando isto para trás e com alguma profundidade, posso dizer que foi feito para servir alguns interesses", concluindo que "a revolução foi feita para servir meia dúzia de interesses pessoais, mais nada." Assim, surge nesta narrativa o tema do interesse próprio, visível também nas narrativas do 25 de Abril de Bruno Rebelo, do Ergue-te, e Ricardo Reis, do Chega. Segundo Bruno Rebelo, "o Estado Novo iria cair (...), estava destinado a acabar, a desaparecer", considerando que "o problema (...) é quem fez a revolução, com que interesses. E esses interesses foram os de meia dúzia de pessoas, de meia dúzia de organizações", pois "foram esses os verdadeiros interesseiros, os verdadeiros instigadores, os criadores do 25 de Abril nestes moldes", o qual, também segundo Ricardo Reis, "foi mais uma motivação ou um interesse pessoal ou de um grupo do que propriamente por interesse nacional".

Entre as narrativas do 25 de Abril dos entrevistados nascidos antes de 25 de abril de 1974, começa por surgir o tema de uma situação caótica despoletada pela revolução, tal como exemplificado pela afirmação de Renata Coelho de que "presenciei, muito jovem ainda, uma confusão completa, o caos total", acrescentando que "não foi bem a revolução dos cravos, eram os militares. Os militares tinham armas", pelo que "esta história da revolução dos cravos, quer dizer, isto é tudo uma chachada. É o que se impinge aos meninos nas escolas". Além deste tema do caos, surge, então, o tema de uma imposição antidemocrática ou de uma ditadura nos meses imediatamente seguintes ao 25 de Abril. Fernando Pedroso, já maior de idade em 1974, que participou

ativamente nos acontecimentos ocorridos a partir do 25 de Abril, começa por referir que “vivi esses tempos (...), tinha uma consciência política fortíssima por uma razão muito simples: (...) eu vinha de movimentos antifascistas culturais e antifascistas que faziam atividade política contra o regime”. Este entrevistado relata que “eu, sendo um jovem lutador antifascista antes do 25 de Abril, (...) fiz um percurso de combate antifascista para um partido mais conservador pós-25 de Abril”, acrescentando que “isso leva-me a dizer que não apreciei, logo após o 25 de Abril, o poder cair mesmo na rua. O poder caiu na rua, quer dizer, ocupações de empresas, o controlo que faziam comissões de moradores, comissões de rua, chegaram a parar autocarros para revistar as malas, chegaram a sanear pessoas que trabalhavam só por serem dirigentes de empresas. Era uma vergonha aquilo que se passou aqui em Portugal. O poder, de facto, caiu na rua.”

Perante a situação que descreve, relata a sua luta “contra saneamentos selvagens, andei lá a evitar que isso acontecesse, com plenários pela noite dentro”, afirmando que “o PC tentou, e a UDP também, e o MRPP também, tentaram de facto ocupar o poder pela via popular e, nessa altura, houve gente que resistiu. Eu fui um dos que resisti” a “esta avalanche de esquerda e de tomar o poder pela força, antidemocrática, que foi logo a seguir ao 25 de Abril, portanto, eu vi isso com muito maus olhos”. Contrapondo os acontecimentos surgidos a partir do 25 de Abril com a democracia, conclui que “o poder, de facto, no 25 de Abril de 74, caiu na rua, mas, mais uma vez, [graças ao] engenho dos portugueses, logo ali nas primeiras eleições pós-25 de Abril, percebeu-se que estas forças antidemocráticas não conseguiam vencer em Portugal.” Também Francisco Dias, que começa por esclarecer que “tinha 14 anos quando foi o 25 de Abril, lembro-me perfeitamente”, relata que “foi uma altura muito conturbada”, e afirma que “houve ali uma tentativa de, numa fase inicial de predominância do Partido Comunista, uma tentativa de implementar um sistema pró-soviético que, depois, foi derrubado no 25 de Novembro e, portanto, que nos retirou de uma possível ditadura diametralmente oposta, mas igual”.

Nos restantes entrevistados, surge também nas suas narrativas da revolução o tema de uma ditadura de esquerda comparada à ditadura que antecede o 25 de Abril, assim como o tema do 25 de Novembro como marco da construção da democracia

portuguesa. Paulo Ralha, do Chega, começa por esclarecer que “isto é a minha visão histórica, não passei por isto pessoalmente”, descrevendo também os anos de 1974 e 1975 como “anos de grande turbulência”, e acrescenta que “o 25 de Abril foi um movimento de capitães que, numa noite, se transformou numa revolução um bocado fora do contexto”. Ao considerar ter sido “uma época de grande instabilidade” com “uma tentativa de ingerência da União Soviética por via do Partido Comunista”, refere que “quando se dão as primeiras eleições se verifica que o que o Partido Comunista pensava que tinha em termos de votos não se concretiza”. Por sua vez, assinala que “há uma data que também é crucial nesta evolução política, que é o 25 de Novembro. Ou seja, há, de facto, uma tentativa, quando o PC percebe que não tem o apoio popular, há uma tentativa de instaurar um Estado, de certa forma, ditatorial no nosso país: uma ditadura de esquerda”. Assim, descreve “uma ditadura de esquerda que não se chega a concretizar” graças ao “25 de Novembro”, a partir do qual se dá “a viragem para que o Estado português fosse um Estado democrático como hoje é”. Segundo João Ribeiro, do Chega, “quem comandou o 25 de Abril foi (...) o Otelo Saraiva de Carvalho que, claramente, queria implantar um regime comunista em Portugal”. Deste modo, ao criticar “o intuito de criar um regime comunista”, esclarece que “gosto mais de comemorar o 25 de Novembro do que o 25 de Abril”, e argumenta que “se não fosse o 25 de Novembro e o general Ramalho Eanes e o Jaime Neves que conseguiram reverter essa situação (...), nós tínhamos saído de uma ditadura fascista para uma ditadura comunista. Tínhamos saído de um buraco e enterrado noutro”. Adicionalmente, João Ribeiro argumenta que “a Constituição de 1976, que nós temos hoje em dia em vigor, foi aprovada por uma Assembleia Constituinte, não houve um referendo, não houve nada. E ainda por cima, sob muita pressão do Movimento das Forças Armadas.”

Tal como elabora Ricardo Reis, do Chega, sobre este tema na sua leitura do processo revolucionário, “a visão ideológica que partiu do 25 de Abril estava clara na Constituição: construir um caminho para o socialismo. Era esse o objetivo do 25 de Abril.” Assim, referindo-se ao 28 de Setembro, afirma que “a partir de setembro de 74, quando há aquela situação da minoria tenebrosa com a maioria silenciosa, que o General Spínola é afastado, aí penso que o que uma grande parte também das forças

armadas e de forças partidárias já formadas ou em fase de formação queriam foi conseguido, que foi finalmente ter naquelas que seriam as posições chave de decisão os seus, os que partilhavam aquilo que era a sua ideia para Portugal, que era claramente caminhar, como a Constituição fez questão de lembrar, para o socialismo ou, como eu gosto de dizer, para a sovietação”, através de “uma facção (...) com uma agenda ideológica e com um único objetivo, que era tornar Portugal um parceiro ideológico, por assim dizer, da União Soviética e dos países que faziam parte desse leque ideológico semelhante”. Deste modo, argumenta que “ficou patente aquilo que era uma intenção de uma facção que esteve por trás do 25 de Abril, nomeadamente, nas questões de apropriação de terra, nacionalizações... a própria essência do PREC foi uma exposição clara daquilo que era a verdadeira intenção de uma grande fatia dos envolvidos no 25 de Abril, ou, como eu gosto de lhes chamar, os oportunistas de Abril que também se incluem depois no grupo, felizmente, de derrotados de Novembro”. Reis exalta “os heróis de Novembro” ao destacar “a importância de Novembro naquilo que é a democracia”, argumentando que, “sem Novembro, não existia a democracia que temos hoje, com as suas falhas, mas a democracia que temos hoje”, e declara a importância de “acabar com aquilo que é o tabu para com o 25 de Novembro e até mesmo uma tentativa de esconder ou omitir aquilo que foi a data de 25 Novembro”.

Rui Cardoso, do Chega, destaca também que “o preâmbulo da Constituição conclui dizendo que essa revolução, essa gloriosa revolução, tem que caminhar para uma sociedade socialista”, e procura alertar que “é, evidentemente, um golpe militar, não é uma gloriosa revolução”. Deste modo, acrescenta que o “25 de Abril não foi uma revolução, foi um golpe de estado e isto, infelizmente, não se ensina, nem nas escolas, nem nas universidades, exatamente porque dá jeito politicamente dizer que foi uma revolução.” Referindo que “vendem-nos que o 25 de Abril foi uma revolução, é mentira, foi um golpe de estado”, destaca que na “génese do 25 de Abril [estão] motivos de ordem interna às forças armadas”, ou seja, “não é algo espontâneo à sociedade”. Por sua vez, afirma que “os militares que fazem o golpe de estado vão aproveitar esta mudança de regime, alguns quadros afetos ao PCP, para fazer uma transição revolucionária”, e que “eles vão conseguir, de forma muito rápida, controlar, quase

hegemonicamente, a sociedade no pós-25 de Abril”. Ao considerar que estes “tinham, evidentemente, um intuito ideológico muito claro, que era dar à revolução um cunho socialista”, afirma que “era esse o intuito dos militares a partir de 26 de Abril”, ou seja, “o intuito era muito claro, era caminhar para uma sociedade socialista”, e refere igualmente que “eles queriam, a mal ou bem, de uma forma ou de outra, uma via revolucionária, uma transição para o socialismo e pensavam que tinham força, que tinham voz na sociedade suficientemente forte para impor ao povo português esta ideologia”. Porém, assinala que “temos eleições em 75 para a Constituinte e o PCP tem a sua grande derrota eleitoral. O PCP (...) achava que tinha a maior parte dos votos dos portugueses. Achava que havia um consenso generalizado na sociedade portuguesa com o caminho que eles queriam.” Afirmando que “os portugueses (...) não gostam, sobretudo, deste credo comunista que impunha um homem novo, uma sociedade nova”, refere que “os portugueses (...) não gostaram e não aderiram da forma esmagadora como o PC achava que iam aderir”. Assim, considera que “o que acontece nesses dois anos, que vão [do] 25 de Abril de 1974 [ao] 25 de Novembro de 1975, é, paulatinamente, a hegemonia do PC sobre o governo”, e refere que “quer a componente militar esquerdista, quer a componente política esquerdista, se uniram e se juntaram (...) para levar a revolução socialista para a frente”, concluindo igualmente que “o 25 de Novembro (...) restabelece a ordem democrática.”

Cardoso desenvolve também a ideia da revolução como fonte de injustiças, inclusive na constituição de partidos no campo político da direita, em articulação com o tema da situação caótica despoletada pela revolução. Dando como exemplo o “28 de Setembro e o 11 de Março”, caracterizados como “golpes militares que o PC e as alas esquerdistas do exército fizeram para eliminar o que restava da direita”, assim como o “pacto MFA-Partidos”, argumenta que “as eleições para a Assembleia Constituinte, em 75, 25 de abril de 75, um ano depois do golpe, são controladas e não são, de todo, livres”. Ou seja, argumenta que “todos os partidos de direita foram impedidos de concorrer a este ato eleitoral”, considerando que “não houve direita a concorrer à Assembleia Constituinte”, sendo esta uma “ideia (...) que me vincula a mim e, penso eu, que falo, em grande parte, pelo meu partido. O CDS não é, nem nunca foi, um partido de direita.

Assinou o pacto MFA-Partidos.” Além do impacto da revolução na constituição dos partidos em democracia, descreve “um contexto em que o PCP saneava pessoas”, isto é, “um contexto onde nas empresas públicas, nos institutos públicos, a mínima réstia de fascismo (fascismo, evidentemente, no sentido figurado, não era nada) era purgada”. Adicionalmente, refere “a lista da *matança da Páscoa*, com muitas pessoas que eu conheço e que ainda hoje estão vivas, que tinham o telefone sob escuta, que tinham o seu nome na lista para serem eliminados pelo PCP, para serem mortos. Listas de antigos quadros da União Nacional, o PC queria eliminá-los, queria matá-los. Isto aconteceu em Portugal, não aconteceu numa Cuba ou numa Venezuela longínqua, aconteceu neste país há 47 anos”. Adicionalmente, afirma que, durante o período revolucionário, “havia esta noção de que Portugal estava a cair para o comunismo, estava a pender para o lado esquerdista e estava a haver um avanço enorme destas forças sobre a sociedade e, naturalmente, a resistência teve de se fazer, como em todos os processos revolucionários, de forma armada”. Assim, considerando que “era muito claro o objetivo da esquerda revolucionária neste momento”, declara mesmo que “a ditadura do proletariado cumpriu-se *ipsis verbis* no nosso país durante o Verão Quente”. Deste modo, conclui que “[houve] uma tentativa de branqueamento e de eliminação da oposição à direita e [houve] a constituição do regime e de uma Constituição efetivamente enviesadas à esquerda” e articula a herança ideológica do 25 de Abril com o facto de se ter dado uma revolução, afirmando que “a herança ideológica (...) pautou-se pelo caminho para uma sociedade socialista, um caminho revolucionário”.

Bruno Rebelo, do Ergue-te, exalta igualmente os “grandes heróis que foram os comandos e não só que fizeram frente e impediram o estabelecimento de uma República Socialista Soviética em Portugal”, e afirma também que “o problema, para mim, do pós-25 de Abril foi todo o processo ter sido desenvolvido pela esquerda (...) que só não nos transformou num país soviético graças ao 25 de Novembro”. Segundo Rebelo, “foi um processo que, infelizmente, a esquerda dominou (...) e o problema da esquerda é que quis tomar as grandes empresas, quis tomar as terras e dividir pelo povo”, argumentando que “o problema dessa altura é que não tinha que se nacionalizar tudo. Quiseram fazer tudo de uma vez e, mais uma vez, o problema foi: quem fez tudo,

efetivamente, principalmente no início, foi a esquerda”. Deste modo, surge, adicionalmente, o tema das consequências negativas da revolução no desenvolvimento do país, uma vez que “Portugal conseguiu desenvolver bastante [antes do 25 de Abril], também teve uma pessoa capaz de o fazer, e progrediu bastante e, com o sacrifício de todos, Portugal conseguiu nivelar-se ao nível do resto da Europa e tudo aquilo que estava bem feito até lá foi destruído. Tal como aconteceu em África”. Como afirma igualmente João Ribeiro, do Chega, “todo aquele processo revolucionário foi ruinoso. Em 1978 estávamos a pedir um resgate financeiro. Ou seja, nós conseguimos destruir, literalmente, o sacrifício de 50 anos de todo um povo que foi obrigado a fazer um sacrifício para ter os cofres cheios e nós conseguimos derreter esse sacrifício em 3 anos”, esclarecendo que “tenho uma opinião muito crítica relativamente ao PREC”.

5.2 O pós-25 de Abril

Entre os entrevistados nascidos antes da revolução, surge o tema de um *regime* que cresceu mal e de uma revolução que trouxe poucos ou nenhuns benefícios. Segundo Fernando Pedroso, “depois das primeiras eleições em Portugal pós-25 de Abril, percebeu-se que a democracia estava a salvo, portanto, o regime podia começar a crescer”, porém, para este entrevistado, “infelizmente, às vezes, cresceu mal”. Renata Coelho descreve o 25 de Abril como “uma revolução (...) feita por militares descontentes e que, no fundo, veio piorar o estado (...) de Portugal, e aqui falo: político, social, económico, de Portugal”, e afirma que “não vejo que o 25 de Abril tenha trazido melhorias algumas, nada.” Segundo Francisco Dias, “ganhou-se uma liberdade de expressão que não existia e, portanto, criou-se um regime democrático que, até então, não existia também (...) e que, depois, se foi desenvolvendo naturalmente. Claro que hoje sinto-me um pouco defraudado com esses ideais de Abril”, os quais “se foram definhando depois ao longo do tempo e que correram mal, portanto, não correram num sentido positivo, penso eu, para os portugueses. A não ser a liberdade de expressão, acho que pouco tiramos de proveito desse 25 de Abril.” Por sua vez, Ricardo Reis, do Chega, nascido após a revolução, efetua também um balanço desta, começando por

afirmar que “há qualquer coisa que saiu mal daquilo que era Abril”. Ao referir que “ganhou-se, é verdade, em termos de, especialmente, das questões de liberdades individuais, ganhou-se a hipótese também de existência de eleições livres e aí também entra um bocado na questão das liberdades individuais”, procura esclarecer que esta vitória que apresenta “também é uma grande vitória (...) do 25 de Novembro”, e argumenta que a revolução “também trouxe muitas [coisas] negativas. Eu acho que não é a questão de vitória tão óbvia como muitas forças políticas fazem querer parecer. Ou seja, perdeu-se também muita coisa.”

Adicionalmente, surge, entre os entrevistados de ambos os partidos, o tema de um *enviesamento* ideológico à esquerda imposto na sociedade portuguesa, o qual é articulado com a educação. Segundo Francisco Dias, do Chega, “a educação sempre esteve aliada ao Estado e o Estado sempre tentou formatar as pessoas da forma que pretendia, portanto, a educação formatou as pessoas para uma esquerda”, acrescentando que “agora estamos numa ditadura, de certa forma também, encapotada, que ainda é mais grave”, ou seja, enquanto “a ditadura comum é uma ditadura declarada, esta é uma ditadura encapotada”. Renata Coelho, do Chega, considera que “recebemos uma herança ideológica socialista” do 25 de Abril, e deseja “que deixe de haver injeções de socialismo nas escolas portuguesas, porque há.” Como professora, afirma que “a escola assume funções que eu acho que não tem de assumir” e refere que “impinge-se aos meninos uma ideologia política”. Assim, perante “o socialismo que nós temos (...) que é impingido na minha escola”, afirma igualmente que “não vivemos numa democracia, portanto, o 25 de Abril trouxe-nos uma pseudodemocracia. Fingimos, brincamos às democracias onde uns, mais oportunistas que outros, vão-se safando”. Paulo Ralha, também do Chega, argumenta que “os professores, na sua grande maioria, (...) vão defender um processo histórico que é recente na nossa história, o 25 de Abril, e as conotações ideológicas que daí advêm são repercutidas nos manuais de História” do “regime vencedor”. Segundo este entrevistado, “os professores são formatados nas universidades com essa visão e essa visão depois repercute-se também nos alunos, ou seja, o sistema de ensino fica todo contaminado por essa visão”, criticando “uma tentativa de revisionismo histórico”. É,

por sua vez, estabelecida também uma articulação deste tema com a interpretação de que existe uma visão *enviesada* sobre o passado histórico português, tal como foi verificada no pensamento do ideólogo do Chega, Mithá Ribeiro. João Ribeiro, do Chega, ao referir que “os livros de História deviam explicar a história de forma não tendenciosa nem de forma moralista, é como ela foi”, afirma também que “não podemos fazer um revisionismo histórico” e que “não podemos, de forma alguma, desvalorizar aquilo que foram as epopeias portuguesas”, concluindo que “tem que se mudar [a] mentalidade na escola”. Fernando Pedroso, do Chega, elabora sobre esta relação entre o *enviesamento* à esquerda na nação portuguesa pós-25 de Abril e o que entende serem “tentativas de pôr em causa o passado histórico de Portugal”, ao argumentar que “houve uma herança ideológica perigosa logo após o 25 de Abril, aliás, isso está latente hoje em dia outra vez, que era uma superioridade moral, ideológica e cultural e por aí fora de tudo o que era a esquerda. Só a esquerda é que tinha cultura, só a esquerda é que tinha legitimidade, sempre uma superioridade. Tudo o que não era de esquerda, tudo o que era direita, eram fascistas, eram isto, eram aqueloutro. Quer dizer, houve uma tentativa de ostracizar até e colocar num *ghetto* tudo aquilo que era de direita. Isso foi uma tentativa ideológica da esquerda.” Ao revelar uma visão crítica desta herança ideológica do 25 de Abril, pensa existir “uma tentativa da esquerda assumir uma certa superioridade moral sobre a direita e com tentativas de pôr em causa o passado histórico de Portugal: a questão dos monumentos e as referências ao escravagismo e ao colonialismo. Tudo isso é uma tentativa de reescrever a história, por um lado, e de voltar a esses temas fraturantes em que a direita não presta e a esquerda é que é boa. Isso é um perigo.”

Ricardo Reis, do Chega, relaciona também a sua visão crítica do atual enquadramento ideológico da nação portuguesa com o 25 de Abril ao destacar “as amarras ideológicas, que acabam por nascer em Abril, ou, pelo menos, ter relevância em Abril”, cujo entendimento foi também visto anteriormente no seu partido. Assim, destaca igualmente a educação e refere como exemplo “uma disciplina como Cidadania”²⁵, definindo-a como uma “disciplina que serve exclusivamente para passar

²⁵ Instituída em 2018 através do Decreto-Lei n.º 55/2018 | DRE

uma lavagem cerebral ideológica aos jovens, para eles saírem formatados, para terem já um completo desdém, que é mesmo a expressão, por aquilo que é a família e os seus valores”. Ao referir que a educação “não tem que moldar os jovens todos com a mesma ideologia”, afirma que “nós, hoje, assistimos a um sistema educativo (...) claramente tendencioso.” Concebendo uma nação portuguesa sob amarras ideológicas nascidas a 25 de abril de 1974, considera também que o “debate sobre o passado histórico atualmente (...) tende muito para aquilo que é a ideologia de base dominante nos meios onde é dado esse debate e é muito ligado àquilo que é a tentativa de envergonhar os portugueses por um passado (...) que, aos olhos da época, era algo natural.” Assim, refere que há quem entenda os “Descobrimentos” como “um passado opressor e isso não é verdade. O passado dos Descobrimentos (...) representa a tal alma, coragem e visão portuguesa em querer mais e eu acho que isso não é algo que deva ser condenável, deve ser algo que deve ser celebrado sem qualquer tipo de vergonha.” Segundo Rui Cardoso, do Chega, “nós temos assistido, nos últimos anos, a todos os mais vis ataques àquilo que são os símbolos vivos desta identidade nacional, que é o património histórico, o património cultural”, acrescentando que, “antigamente, as pessoas tinham gosto de ser portugueses, tinham orgulho. Hoje em dia, não.” Isto é, “em vez de terem este orgulho, em vez de terem esta empatia pela nossa história, com esta identidade”, considera que, atualmente, “não respeitam a nossa tradição civilizacional cristã”, e que, por este caminho, “vão querer reconverter a identidade nacional numa outra coisa qualquer”. Cardoso refere igualmente que, “hoje, a disciplina de cidadania é um cano de esgoto de ideologia, políticas de esquerda” e, ao assumir que “a história tem um papel fundamental na minha vida”, declara que “sinto que está enviesada, um pouco como tudo na sociedade portuguesa”. Deste modo, revela o entendimento de que “o país que sai do 25 de Abril e que sai também do 25 de Novembro é um país profundamente enviesado à esquerda, tanto que são precisos 45 anos para surgir uma força política de direita com representação parlamentar, até ao ano de 2019 quando o Chega entrou na Assembleia da República”.

Entre os entrevistados do Ergue-te, surge também o tema de um *enviesamento* à esquerda na nação portuguesa pós-25 de Abril, articulado com a educação, como

visível na afirmação de João Pais do Amaral de que “o nosso ensino, de alguma forma, tem uma grande componente comunista e grande parte das gerações do pós-25 de Abril só ouviram um lado da história, que foi o lado da história que interessava ouvir, foi o lado da história dos vencedores e foi o lado da história que era ensinado nas escolas e nas universidades.” Assim, considera que “uma das coisas que este regime fez muito bem foi copiar os passos do outro. O Estado Novo educava as suas gerações segundo a ideologia do Estado e o pessoal que tomou conta do sistema a seguir ao 25 de Abril educou as gerações a seguir com uma mentalidade marxista e com uma mentalidade esquerdista. Eles conseguiram controlar as universidades todas”. Segundo este entrevistado, “esses que fizeram o 25 de Abril controlam também as redes todas de comunicação social”, concluindo que “neste momento, controlam, praticamente, a comunicação social e todos os setores estratégicos que se pode controlar para se controlar uma população”. Deste modo, acrescenta que “eles até conseguiram incutir que o próprio CDS era de direita quando o próprio CDS é um partido de centro. Eles conseguiram meter na cabeça que o PSD era um partido de direita quando o PSD é um partido de esquerda, de esquerda democrática e durante muitos anos nunca se quis assumir de direita.”, procurando denunciar também a “falsa ideia que existia uma direita em Portugal, essa própria «direita» sempre foi muito cobarde”. Ao afirmar que as “editoras são todas controladas por grandes grupos económicos ou por comunistas, marxistas e socialistas”, que “os comentadores de televisão (...) têm todas uma mentalidade de esquerda” e que “as escolas têm sido completamente manietadas”, é igualmente da opinião que o debate na sociedade portuguesa sobre o passado histórico revela “a mentalidade marxista e comunista de revisionismo histórico”, a qual, em sua opinião, terá sido inculcada na sociedade portuguesa desde o 25 de Abril, manifestando-se através dos que “fazem uma espécie de revisionismo histórico e tentam recriar a história à sua maneira e tentam recriar a história segundo as suas ideias”.

Bruno Rebelo, também do Ergue-te, considera que “a herança mais pesada que o 25 de Abril nos trouxe foi esta redução da mentalidade, da capacidade, a castração da herança guerreira dos portugueses”, e refere igualmente que “hoje” deteta “o desrespeito pela identidade”, o “desrespeito pela cultura” e “o denegrir a imagem, a

história da sua nação”. Ao afirmar que, “muitas vezes, na minha opinião, erradamente (...), muitas vezes a esquerda visa isso, que nós ocupamos territórios estrangeiros, que exploramos”, procura alertar que “temos de ver um bocado dessa fase histórica no contexto global”, a qual representa, segundo ele, “uma expansão comercial daquilo que foi o primeiro império global embora, mais uma vez, a esquerda tende a demonizar esse período histórico”. Perante essa *demonização* da *expansão* portuguesa, afirma que “essa imagem negativa é a imagem manipulada, descontextualizada que a esquerda, que não tem valores, que não tem moral, que não tem ética, faz.” Considerando que “são terroristas” as “pessoas que fazem (...) destruição patrimonial a símbolos do passado de Portugal”, argumenta que “é próprio de uma ideologia destrutiva, a ideologia de esquerda, que destrói as identidades dos povos, a cultura dos povos, a raiz dos povos”. Ou seja, este entrevistado pensa que “a esquerda, o que está a fazer, o que faz com estas atitudes, é destruir a memória, o legado, a história, as raízes, a identidade de uma nação”, concluindo que “perdeu-se esse sentido coletivo” no “Portugal pós-25 de Abril”.

Em articulação com as suas descrições da herança ideológica do 25 de Abril, os entrevistados de ambos os partidos destacam o tema da valorização, no presente, da nação e do seu passado, tal como revela Bruno Rebelo ao declarar que, no partido Ergue-te, “valorizamos (...) a história, a cultura, a nossa identidade”, pois “todos nós somos filhos da mãe pátria, temos este sentimento quase familiar coletivo e isso cria-nos valores”. Este entrevistado afirma que os “valores nacionais, patrióticos, culturais, identitários (...) têm que ser incutidos”, e considera que, no respeitante às políticas relativas à identidade nacional, “é o Estado (...) que deve ter este tipo de políticas”. Assim, é da opinião de que deve existir uma “forte valorização da identidade, da cultura, da história, da língua”, “nomeadamente nas escolas”, incutindo-se aos alunos “os valores patrióticos do servir à comunidade”. João Pais do Amaral, do Ergue-te, afirma “que os portugueses deviam olhar um bocadito para trás, para o seu passado glorioso e que ele servisse muitas vezes de exemplo”, e considera também que, no respeitante às políticas relativas à identidade nacional, “é um dos principais papéis do Estado assumir essas políticas”, questionando-se: “um Estado que não preserve a sua soberania, que

não preserve a sua identidade, que não preserve a sua matriz, que não preserve os seus valores, a sua cultura e que não os proteja, que Estado é esse?”.

João Ribeiro, do Chega, ao destacar “o que diz a nossa Constituição, que eu sou claramente contra (...), um Estado tendencialmente socialista”, apela, em oposição, a um “espírito nacionalista”, e declara também que “temos que valorizar a nacionalidade portuguesa”. Considerando que “tem que se valorizar os símbolos portugueses e não se valoriza esses símbolos” no Portugal pós-25 de Abril, assinala a importância de “ter aquele espírito nacionalista”, e afirma que “este espírito português tem de ser potenciado nos jovens”. Ao referir que “nós, no fundo, somos a consequência de toda a nossa história”, acrescenta que “nós temos a nossa história e temos de ter orgulho nela”, e conclui dizendo que, “olhando para a história, nós já fomos a maior potência mundial” e, “olhando para essa história, isso faz-me acreditar que é possível nós voltarmos a ser assim.” Paulo Ralha, do Chega, começa por referir que, ao “querermos apagar o padrão dos Descobrimentos ou querermos apagar qualquer outro monumento, estamos a cometer um erro. Estamos a ocultar parte da nossa história”, argumentando que “sem [a memória histórica] não podemos, de facto, saber para onde é que devemos levar o país”. Considerando que “tentar apagar o nosso passado histórico, destruindo monumentos (...) é ridículo”, afirma também que “o Estado é o guardião dos símbolos nacionais”, os quais são “identificativos da nossa identidade como povo, como nação”. Assim, conclui que “o Estado tem que preservar e tem que dignificar esses símbolos e essas tradições”, sendo que “nós não podemos permitir que, relativamente a esses símbolos, haja qualquer tipo de violação, muito menos por pessoas que nos acolhemos no nosso país”. Renata Coelho, do Chega, afirma que, “neste momento, a sociedade está completamente desprovida de princípios e de valores, que foram perdidos ao longo do pós-25 de Abril”, ao criticar “aquela barbaridade que fizeram no padrão dos Descobrimentos”, referindo-se à utilização de *graffiti* sobre o monumento, e afirma que “aquilo é um símbolo nacional, é um marco da nossa identidade.” Assim, argumenta também que “temos obrigação de respeitar todos os marcos históricos” como “símbolo daquilo que nos conduziu até hoje”, e considera que a adoção de políticas relativas à identidade nacional “é uma das funções do Estado”,

declarando igualmente que a memória histórica “é uma coisa que devemos estimar e da qual nos devemos orgulhar. Eu orgulho-me de ser portuguesa”.

Ao abordarem a valorização, no presente, da nação e do seu passado, os entrevistados de ambos os partidos estabelecem também uma associação entre a memória histórica nacional e o seu próprio partido, como exemplificado pela consideração de Francisco Dias de que o Chega “é um partido essencialmente histórico”. Ao referir que “o que caracteriza a identidade nacional portuguesa é todo o conjunto de aspetos históricos que aconteceram até ao momento”, isto é, “a nossa identidade nacional é o reflexo de tudo aquilo por que passamos”, este entrevistado começa também por assinalar a importância da nação, afirmando que, “para mim, o conceito de nação é fundamental. Primeiro, a família e depois, portanto, a nação. Aliás, a família é a célula base da sociedade.” Além de considerar que “a nação é fundamental e esse é que é o papel importante do Estado: é defender a nação, defender os seus limites e dar aso a que as famílias tornem a ser revitalizadas e tornem a ser a base da sociedade”, Dias acrescenta que “o Chega atribui muita importância à história dos nossos antepassados. É um partido que vai às raízes da nossa história e tenta preservá-las, adaptá-las e tirar conclusões para o futuro, mas sempre com base no passado”. Para Fernando Pedroso, do Chega, é “fundamental que os jovens tenham orgulho na história de Portugal”, pelo que este entrevistado assinala também a importância de ensinar “a história de Portugal, exatamente como ela é feita, e não reescrita”, ou seja, “explicar aos miúdos e à juventude o contexto histórico em que as coisas aconteceram”. Ao acrescentar que “temos que preservar os monumentos, os livros, os quadros, a arte. Tudo isso tem que ser preservado”, argumenta que “toda essa simbologia portuguesa tem que ser preservada e não devemos ter vergonha de ensinar o que é que aquilo representa.” Também para este entrevistado, “a identidade nacional é fundamental”, declarando que a memória histórica “é fundamental para mim”. Deste modo, afirma que “se o Chega (...) defendesse que a identidade histórica de Portugal não tinha valor, que a identidade histórica de Portugal tinha que ser modificada (...) eu não estaria no Chega”, e refere igualmente que o partido “respeita essa identidade cultural e histórica”.

Rui Cardoso, do Chega, destaca também a importância de promover “uma cultura cívica de respeito pelos monumentos, uma cultura cívica de gosto pela história de Portugal, cultivarmos esse gosto nas crianças e nos jovens”, e afirma que “o Estado tem o dever de financiar o património cultural, museus, castelos (...) para se promover esta empatia, e não antipatia, para com o nosso passado histórico”. Assim, ao assumir que “estas questões históricas têm um grande valor para mim”, declara também que “o Chega vem resgatar esta identidade nacional”. Ricardo Reis, do Chega, afirma que “o nosso passado histórico tem influência naquilo que a nossa nação foi, é e será”, e refere o que descreve como “os ataques ao passado histórico”, que entende existirem atualmente, como motivação pessoal na sua atividade política no âmbito do Chega. Para este entrevistado, “é algo que me transmite orgulho, confiança, perceber que, se no passado conseguimos ter esta grandeza, esta capacidade de influência, esta importância, este significado para o mundo, toda a gente saber quem era Portugal, respeitava Portugal, respeitar os portugueses: eu penso que isso é possível também nos dias de hoje, claro que não com conquistas e com Descobrimentos, mas em outros aspetos daquilo que é a vida portuguesa, política, económica.” Deste modo, afirma igualmente que “sou um defensor e uma pessoa orgulhosa daquilo que foi o passado português e o Chega é um partido que, de facto, luta por defender esse mesmo passado.”

O tema da associação entre o partido e a memória histórica nacional está também presente nos entrevistados do Ergue-te, como visível na afirmação de João Pais do Amaral de que “o Ergue-te vive, praticamente, do peso dessa memória histórica. Uma das pedras basilares é essa memória histórica e transmitir essa memória histórica às gerações vindouras.” Através do imperativo do “orgulho na tua pátria”, esclarece que o partido Ergue-te procura dar à nação um novo rumo que consiste em partir do “orgulho daquilo que foram os nossos antepassados, transportá-lo para o presente e para o futuro”. Bruno Rebelo destaca igualmente a importância de “renovar o passado para o presente de forma a construir um futuro melhor”, e esclarece que “nós defendemos o nacionalismo renovador”, isto é, “o nacionalismo, sim, a glorificação, o orgulho pátrio, o orgulho histórico, o orgulho cultural, o orgulho nas grandes referências do passado

nas diferentes áreas, mas pegar nessas referências todas (...), nesses exemplos todos e renová-los para a atualidade”. Adicionalmente, quando questionados sobre a missão do partido no Portugal pós-25 de Abril, os entrevistados abordam o tema de um novo *regime*. Segundo João Pais do Amaral, o “regime que nós vivemos hoje em dia é um regime que está podre”, declarando que “a nossa missão é reformular praticamente o sistema todo. É tudo para fazer de novo.” Para tal, afirma que “teríamos de fazer exatamente o que os comunistas e os socialistas e o sistema fez a seguir ao 25 de Abril, que era pôr nacionalistas em lugares de destaque e começar a trabalhar uma mentalidade nova”, criando “novas gerações com uma mentalidade nova”. Ou seja, “o nosso objetivo é mesmo derrubar o sistema, acabar com o sistema, fazer um sistema novo, fazer uma mentalidade nova” através de quem “sirva realmente Portugal e os portugueses (...) e que saibam honrar todos aqueles que deram a vida pela pátria.” Bruno Rebelo, afirma também que “o nosso objetivo (...), no estado em que nós estamos, é (...) arrasar isto tudo e começar de novo” de forma a “transformar realmente este pântano político e reerguer Portugal, esta nação tão importante, tão forte, tão guerreira ao seu verdadeiro lugar, que é o topo do mundo.” Considerando que “isto está num pântano total. Isto só tem uma solução: é começar do zero”, destaca a necessidade de “pôr de lado esta Constituição que é demasiado extensa e começa logo mal no preâmbulo, que é: devemos caminhar para um regime socialista”, e afirma que “temos uma Constituição ideológica, devia ser neutra”, sendo esta caracterizada como “socialista”.

Francisco Dias, do Chega, articula também a crítica à Constituição da República Portuguesa com o que entende ser a missão do partido Chega, começando por referir que “a Constituição não é uma bíblia. A Constituição é um documento da altura que foi criado com base nos factos vividos na altura, mas que poderá ser mudada eventualmente com o decorrer dos tempos. E é isso que os partidos convencionais não entendem”. Assim, afirma que “o Chega faz muito bem em querer uma revisão constitucional que se adapte aos dias de hoje, aos dias modernos”, e considera que “os outros [partidos] continuam no passado, continuam agarrados a um 25 de Abril que já não existe.” Adicionalmente, Dias destaca que “uma grande componente que [o Chega]

tem é a vertente da história e do nacionalismo, da defesa da nação, e depois o trabalho”, declarando estas como “as vertentes fundamentais para que isto se equilibre e deixe de ser esta salada russa em que nos encontramos”. Concebendo “um excesso de liberdade tal que deu origem à corrupção, que deu origem a um poder do Estado que tudo domina e tudo rege com o nosso dinheiro”, realiza uma articulação entre a sua visão crítica do Portugal pós-25 de Abril e um caminho revolucionário, afirmando que “tivemos uma passagem de grande euforia, de grande liberdade, do *laissez faire laissez passer* [sic] (...) até que chegou a um ponto de uma desordem completa.” Este entrevistado argumenta que, “portanto, neste momento, sem ser por um regime ditatorial, digamos assim, tem que haver regras para cumprir. Há falta de regras, há falta de parâmetros, há falta de noções especiais de família, de respeito pelos professores, de respeito pelas pessoas que nos rodeiam. Portanto, isso está esta devassado. Devassado devido ao excesso de liberdade que existiu”. Estabelecendo, assim, como imperativo “criar regras, de facto, que têm de ser cumpridas”, declara que tal é “o que o Chega, de certa forma, defende e preconiza”.

O tema da “ordem” é destacado nas respostas dos entrevistados do partido Chega quando questionados sobre a missão do partido na nação portuguesa pós-25 de Abril, a qual é perspectivada como *enviesada* à esquerda. Fernando Pedroso começa por criticar o que, na sua opinião, são as pretensões de “superioridade moral, cultural, ideológica (...) da esquerda”, e refere que “a esquerda vendeu a ideia de que quem é de direita é fascista, quem é de direita é racista, quem é de direita é xenófobo”. Deste modo, argumenta que “o Chega vem aqui para dar uma pedrada no charco desta situação e criar uma cultura em Portugal em que as pessoas não tenham vergonha de se afirmar de direita.” O entrevistado conclui que, “portanto, o Chega faz muita falta na sociedade portuguesa”, e declara como papel do partido perante o Portugal pós-25 de Abril “pôr ordem na casa em Portugal”, afirmando que “o Chega representa em 8,12 anos a autorregeneração deste povo”. Paulo Ralha refere igualmente que “temos que voltar a ter ordem no nosso país” e afirma que “o Chega (...) é um partido radical, ou seja, quer ir à raiz dos problemas do nosso país e resolvê-los.” Renata Coelho considera que, “neste momento, há uma ausência completa de valores e princípios”, e declara que

“faço minhas as palavras do André Ventura: «Deus, Pátria, Família e Trabalho»”. Assim, afirma igualmente que “o que eu espero do Chega [é] que ponha ordem nisto tudo (...) e que restaure os antigos valores, os antigos princípios que se perderam após o 25 de Abril e fruto do comunismo e fruto do socialismo”, e conclui dizendo que “é isto que eu espero do Chega: [que] imponha a ordem em Portugal”.

Os restantes entrevistados do Chega referem também o *slogan* “Deus, Pátria, Família, Trabalho” ao abordarem a missão do seu partido, como exemplificado por João Ribeiro, que argumenta que “o Chega tem um papel muito importante” não só em “mudar o regime”, mas também em “mudar mentalidades”. Este entrevistado declara, então, que “o Chega é por princípios: termos princípios morais”, e posiciona o partido “a favor de Portugal”, destacando, deste modo, “o nosso *slogan* «Deus, Pátria, Família e Trabalho»”. Este slogan é também articulado com a herança da revolução, tal como visível nas considerações de Ricardo Reis, que, ao referir que “o que resulta do 25 de Abril é muito simples: é um sistema que falhou”, começa por afirmar que “o Chega surge como rutura desse mesmo sistema”, e acrescenta que “a direita em Portugal, até ao aparecimento do Chega, foi puro e simplesmente aquilo que a esquerda quis que ela fosse. E sempre foi assim. Não falava do que a esquerda não queria que ela falasse e falava daquilo que a esquerda não se importava que ela falasse”. Perante tal herança, destaca que “esta questão agora que tem sido muito falada do «Deus, Pátria, Família, Trabalho», eu acho que é o exemplo perfeito (...) porque era quase tabu nós nos virarmos e dizermos Deus, pátria, família”, acrescentando-lhe “trabalho. E era porquê? Porque é uma frase que tinha sido um lema daquilo que era o Estado Novo e Salazar e nós quase que tínhamos, principalmente a direita, medo de sequer pronunciar algo que tinha sido pronunciado por Salazar, por exemplo, ou medo de uma ligação direta ao regime do Estado Novo. Quando o André Ventura o disse, eu acho que ele rompeu uma barreira fundamental, em termos de politicamente correto, porque ele pegou naquilo que é a essência do lema e não [em] quem o disse.” Ao considerar que o partido rompeu barreiras instituídas na nação portuguesa pós-25 de Abril, argumenta que, “quando dizemos «Deus, Pátria, Família, Trabalho», nós olhamos para quatro valores que (...) o marxismo cultural quer realmente apagar”. Assim, refere “Deus e a religião, que é

claramente algo que o pós-25 de Abril e a revolução do 25 de Abril procurou perseguir de imediato”. Adicionalmente, “a pátria porque, claramente, nós temos isso patente naquilo que são os políticos mais à esquerda” e “tudo aquilo que é os atentados que nós vimos de certos políticos de esquerda, ideólogos de esquerda, àquilo que é a história da nossa nação e até nos fazem sentir quase culpados de sermos portugueses”. Também “a família que é a base de uma sociedade (...) e a destruição da família parece que é um ponto central da agenda da esquerda”, finalizando com “a questão do trabalho que, pronto, tudo o que nós queremos que este país seja no futuro para nós e para os nossos futuros descendentes provém daquilo que é o trabalho e que a esquerda também não gosta e que procura reduzir a sua importância”. Por sua vez, conclui declarando-os como “valores [pelos quais] Portugal sempre se pautou, os tais que eu falei, Deus, pátria, família e trabalho, que são alvos constantes de ataque, e que o Chega é o único partido neste momento que defende esses pilares base da sociedade portuguesa.”

Elaborando sobre a equiparação entre o *slogan* do partido e o que entende ser a própria identidade nacional, Reis afirma a possibilidade de “resumir (...) a quatro palavras o que eu acho que é a identidade nacional portuguesa: Deus, pátria, família e trabalho.” Assim, volta a referir “Deus porque nós somos um país fundado sobre aquilo que é o cristianismo e crescemos enquanto país como um país católico, algo que a I República e a III República procuraram desde sempre combater, mas Portugal, na sua maioria, na sua génese é um país católico. Tentem mudá-lo ou não, faz parte da nossa identidade nacional, faz parte da nossa essência enquanto povo aquilo que são as raízes e os princípios católicos, cristãos.” Adicionalmente, afirma que “da nossa identidade nacional provém um patriotismo e um nacionalismo presente em nós enquanto povo,” declarando que “o que nós somos, enquanto portugueses, é um país de cidadãos orgulhosos de serem portugueses, na sua maioria claro”, acrescentando que “o que somos hoje, enquanto povo, provém do que fomos no passado.” Refere também “a família porque (...) somos um país que tem na família a célula principal daquilo que é a sociedade”, concluindo que “se há coisa que define mesmo a identidade nacional portuguesa, é o facto de sermos um povo com uma capacidade de trabalho, de esforço e dedicação para aquilo que queremos” e “sermos, acima de tudo, um povo que luta e

procura sempre melhor para si, para os seus e para a nação no geral”. Porém, referindo-se, à “III República”, considera que “tivemos um sistema de 47 anos que foi incapaz de responder àquilo que os portugueses necessitavam”.

Rui Cardoso destaca também a importância do partido Chega enquanto partido de direita na nação portuguesa pós-25 de Abril descrita como *enviesada* à esquerda, começando por referir que “o Chega insere-se, de facto, neste contexto de ser um partido de direita e foi isto que me cativou”. Falando sobre a sua participação política no âmbito do Chega, esclarece que “aquilo que me cativou a aderir ao Chega foi justamente esta batalha cultural”, e afirma, sobre o PSD e CDS, que “não os via preocupados em questões sociais, em questões valorativas”, as quais considera terem sido sempre negligenciadas antes da existência do Chega. Destacando as questões que, no seu entender, devem caracterizar a direita, considera a *batalha cultural* muito importante para “equilibrarmos a balança face à hegemonia esquerdista sobre os meios culturais e académicos” e “podermos discutir estas questões da descolonização, do 25 de Abril com a abertura que hoje, passados 47 anos, ainda não conseguimos ter para que se o faça. Aqui o Chega, penso que abriu uma fenda importante”. Através de uma abertura no que designa como “feudo ideológico esquerdista” nascido em Abril, falando “sem medo deste fantasma do salazarismo”, o Chega surge como “o único partido que se afirma inequivocamente de direita e assente num quadro normativo e valorativo que é singular em Portugal”, realçando igualmente a importância do momento em que “o André sobe ao palanque agora em Viseu²⁶ e diz «Deus, Pátria, Família e Trabalho são os valores que o Chega preconiza»”.

Dando ênfase à adoção deste *slogan* pelo partido, declara tais valores como “os valores fundacionais e fundamentais da direita portuguesa”. Assinalando “Deus (...) como uma herança multissecular”, pois “Portugal é um país cristão neste sentido cultural e, portanto, é preciso estar em contacto, estar em continuidade com esta tradição multissecular portuguesa e milenar europeia”, afirma que “a pátria é o nosso berço, é o sítio em que nós nascemos” e argumenta que “se nós não convivermos bem

²⁶ No IV Conselho do Partido Chega.

com a nossa pátria, se não convivermos bem com o nosso passado coletivo, nós vamos ser uma nação estéril.” Articulando de novo a projeção gloriosa do passado e a evolução futura da nação, considera que “temos que nos orgulhar de sermos portugueses”, pois “nenhuma nação pode dizer que levou novos mundos ao mundo como nós”, argumentando que “isso é absolutamente fundamental e o Chega vem resgatar esta identidade nacional”. Assim, descreve o partido como “nacionalista”, referindo que “o patriotismo é um sentimento. Eu sou patriota, eu amo Portugal, eu tenho um amor intrínseco e visceral a esta identidade nacional que me caracteriza enquanto português e nos caracteriza enquanto coletivo, enquanto povo português”, enquanto “o nacionalismo, na minha perspetiva, é a materialização política, a concretização política deste mesmo sentimento.” Articulando o conceito de *nação* com a própria ação política, afirma que “o nacionalismo prende-se com nunca perdermos de vista que a pátria, a nação é o foco e é o centro para o qual todas as políticas se devem orientar”, esclarecendo que “o Chega é um partido nacionalista”, como foi estabelecido no “Conselho Nacional em Sagres”²⁷, no qual participou. Deste modo, argumenta que “o Chega, afirmando cada proposta política, alicerçando cada ideia política nestes valores – Deus, Pátria, Família e Trabalho” age “em total comunhão com a tradição multissecular portuguesa e a civilização europeia”, tal como o refere o ideólogo do partido, Mithá Ribeiro. Considerando que “a perspetiva do Chega é ser a tropa de choque, abrimos o caminho”, afirma que “já abrimos caminho para se discutir a nossa história. Já abrimos caminho para que pessoas se afirmem inequivocamente de direita sem medos”, concluindo com a declaração de que “eu sinto que, em parte, já cumprimos a nossa missão porque já abrimos caminho para discutirmos. «Deus, Pátria, Família e Trabalho»: nunca se tinha dito isto em Portugal depois do 25 de Abril. Já abrimos caminho para que se discutisse os dogmas que estavam sobre o 25 de Abril e a descolonização.”

²⁷ O VII Conselho Nacional do Partido Chega.

Conclusão

As considerações finais serão apresentadas neste capítulo, procurando expor as principais conclusões alcançadas.

No respeitante ao seu entendimento da *nação*, tanto o Ergue-te como o Chega revelam uma visão da nação como comunidade que deve enquadrar naturalmente o indivíduo, sendo que ambos estabelecem uma ligação entre a família e a nação, a qual é perspectivada como um prolongamento natural da família, refletindo o processo ideológico de equivalência da nação à família que é uma das características do nacionalismo. Por sua vez, estes partidos aderem ao tipo de nacionalismo que define a nação a partir de afinidades primordiais, como o sangue, a língua ou o costume. Ao destacarem a noção de *comunidade de sangue* que caracterizará a nação, defendem o princípio do *jus sanguinis* para a atribuição de nacionalidade, ou seja, nacionalidade herdada por descendência. Concebendo a nação como uma realidade concreta, natural e anterior aos indivíduos que deve enquadrar, assinalam também a associação entre a nacionalidade e uma herança histórica. Deste modo, transformam a história numa herança que, como no pensamento da *New Right*, é entendida como uma herança comum que define um povo, o qual deverá constituir-se em torno de uma tradição, tal como é característico da direita radical. Assim, ambos assinalam como objetivo a preservação de tal herança, sendo que o Ergue-te procura afirmar-se como partido defensor da “memória histórica nacional”, tal como o Chega, cujo líder menciona haver uma simbiose perfeita entre o partido e a nação. Estas declarações refletem-se nas entrevistas realizadas a militantes do Ergue-te e do Chega, os quais perspetivam os seus partidos, não só como defensores da memória histórica nacional, mas também como atores políticos que agem de acordo com o passado histórico que, na sua opinião, define a nação portuguesa. Os entrevistados destacam também a importância de o Estado assumir políticas de defesa da identidade nacional, tal como os seus partidos que assinalam a identidade nacional como foco político orientador da ação do Estado. Concretamente, estes partidos revelam as características do nacionalismo que destaca a associação entre a “political obligation” (Hobsbawm, 2021, p. 184) e a nação, discurso

que caracteriza o nacionalismo de direita radical que procura afirmar uma verdadeira nação como essência do Estado.

Através de uma reivindicação essencialista de uma identidade nacional, esta identidade, tal como perspectivada pela direita radical, revela também estar dependente de identidades negativas atribuídas a outros constituídos como ameaças à identidade nacional, indo de encontro ao conceito de “pure national identities” (Guibernau, 2007, p. 138), que caracteriza o discurso ideológico da direita radical, as quais devem ser restabelecidas e preservadas através da exclusão, de acordo com a noção de “symptomatic figure of exclusion” (McGowan, 2019, p. 214) que, à luz do entendimento teórico, define esta ideologia. Revelando uma conceção orgânica da nação característica da direita radical, estes partidos concebem, então, corpos identitários estranhos à identidade nacional, destacando a existência de uma ameaça islâmica para Portugal e para a Europa, tal como o fazem, em geral, os partidos da direita radical europeia. Realçando, também como a atual direita radical, a integridade de uma identidade nacional vista como parte necessária de uma identidade europeia, estes partidos concebem uma Europa enquanto espaço civilizacional, a qual não poderá ter as portas abertas à imigração sob pena de as nações que a compõem perderem a sua identidade que, de acordo com o nacionalismo de direita radical, deve manter a sua essência sem se descaracterizar. Na documentação do Ergue-te e do Chega, estes partidos afirmam defender o nacionalismo, o qual não é apresentado por eles como uma ideologia, mas sim como uma defesa natural de uma identidade, indo de encontro ao “retreat to a national identity of which citizens can feel proud, as a right” (Guibernau, 2007, p. 157) que caracteriza a direita radical, e de uma herança histórica, a partir da qual o orgulho no passado histórico é também destacado tanto pelos entrevistados como pelos partidos, particularmente sobre os chamados *Descobrimentos* portugueses.

O Ergue-te e o Chega revelam uma visão histórica caracteristicamente nacionalista, destacando e interpretando momentos históricos que adquirem a função significativa de transmitir uma continuidade histórica nacional, os quais devem ser exaltados, surgindo o apelo à dignificação da história colonial e do colono português por parte destes partidos. Os entrevistados, tal como o fazem os partidos de que fazem

parte, afirmam também o seu orgulho nos chamados *Descobrimientos* portugueses e destacam simultaneamente a relevância histórica alcançada por Portugal e o que descrevem como tendo sido uma promoção da civilização nas populações colonizadas. Na sua representação do passado, a Guerra Colonial é entendida em articulação com o que descrevem como tendo sido um caráter externo das revoltas que levaram à guerra e com o 25 de Abril, que, segundo estes partidos e os entrevistados, não terá tido em conta o interesse nacional. Enquadrando-se na visão histórica nacionalista da direita radical portuguesa, estes partidos procuram, então, reabilitar o passado histórico nacional e, perante uma guerra que terá afetado a identidade nacional, procuram recordar os combatentes ao discutirem o 25 de Abril. Tal como os seus partidos, os entrevistados criticam também o processo de descolonização, o qual, não só não terá tido em consideração o interesse nacional, como, de acordo com o discurso que critica a descolonização, terá tido consequências negativas, quer para os portugueses em África, quer para os africanos, sendo que o 25 de Abril terá, na sua opinião, provocado uma descolonização precipitada. Deste modo, o resultado do 25 de Abril terá, nas palavras da documentação do Chega, “matado os mortos, ao humilhar a história secular de Portugal”, revelando também o entendimento, característico da direita radical, de uma nação que, como exemplificado pelo líder do Vox, Santiago Abascal, será formada “pelos mortos, pelos vivos (o povo) e pelos que irão nascer” (Abascal, 2015, p. 100, cit. em Casals, 2021, p. 118). Tal pensamento característico do nacionalismo de direita radical adquire a sua especificidade no caso português na relação com o passado, concretamente com o que corresponde à descolonização. A dimensão prática da representação narrativa da descolonização revela, então, a argumentação de que o que estes partidos denominam como sendo a *III República* estará deslegitimada por estar assente na humilhação da história secular da nação portuguesa, sendo que, segundo estes partidos, a *III República* dissimula também o que entendem ser as consequências trágicas da destruição de um império.

No respeitante ao 25 de Abril, o Ergue-te caracteriza-o como um golpe traiçoeiro e dispensável, o qual, como o destacam também os entrevistados deste partido, terá sido levado a cabo por um pequeno grupo de militares descritos como sendo marxistas

que entregaram o poder “à rua e a ideologias comunistas”, e descrevem um clima de “terror” que, segundo eles, teria sido imposto em 1974. No Chega, é revelado o entendimento de um processo revolucionário “comandado na sombra” pelo Partido Comunista Português, surgindo o tema de uma “ditadura comunista” em Portugal, o qual é referido também pelos entrevistados do mesmo partido. Para o Ergue-te, terá sido também o 25 de Novembro a travar o comunismo e a bloquear uma “ditadura vermelha” perante o que entendem ser o “terror” revolucionário. No Chega, o 25 de Abril é também descrito como uma “loucura revolucionária” travada pelo 25 de Novembro. Na sua caracterização do 25 de Abril, ambos os partidos revelam partilhar um pensamento contrarrevolucionário, segundo o qual a imagem da nação é construída a partir do passado, interpretando a revolução como uma tentativa de perturbação da ligação entre a história e a futuro. Assim, estes partidos procuram rejeitar o entendimento de uma democratização produzida por um acontecimento revolucionário, revelando a visão de que a atual democracia portuguesa tornou-se possível através da derrota da revolução, a qual apresentaria, no entanto, uma herança com consequências negativas que, segundo estes partidos e os entrevistados, ainda se verifica nos dias de hoje na nação portuguesa. Deste modo, para estes partidos, o 25 de Novembro terá sido apenas uma pausa no avanço da esquerda em Portugal uma vez que, na base da sociedade e das instituições, a esquerda terá mantido o que eles entendem ser um controlo e domínio que teriam adquirido na revolução.

O Ergue-te critica a herança da revolução ao abordar também, tal como os entrevistados deste partido, o tema do vazio ideológico que terá existido no campo político da direita na Assembleia da República desde 25 de abril de 1974 e que caberia ao Ergue-te preencher, sendo que o Chega adotou igualmente tal reivindicação, tendo, ao contrário do Ergue-te, alcançado representação parlamentar em 2019. Porém, de acordo com o Ergue-te, o Chega não será de “direita”. O partido Chega, pelo seu lado, não se pronuncia sobre o Ergue-te. O Chega descreve um *regime* que terá sido moldado desde 1974 para interditar a direita e procura argumentar que, graças ao Chega, existirá hoje uma direita preparada para combater o “feudo ideológico da esquerda” que descreve como tendo sido instituído em 1974, tal como referido pelos entrevistados do

Chega. Assim, ao descreverem um Portugal pós-25 de Abril enviesado à esquerda, estes partidos procuram afirmar-se como a verdadeira representação de direita, algo que não é único à direita radical portuguesa, sendo que o Chega adota a designação de “direita de direita”, refletindo o pensamento da *New Right* de que “today’s so called Right might be characterized as a «center,» constituting the Left’s Right” (O’Meara, 2013, p. 19). A particularidade da direita radical portuguesa incide na articulação deste entendimento com o 25 de Abril e a sua herança. Adotando discursivamente também o objetivo referido pela atual direita radical de reconfigurar a democracia, este objetivo é, no caso da direita radical portuguesa, articulado com a própria revolução que deu origem à democracia. Entre os objetivos do Ergue-te, destaca-se o de libertar Portugal da “ideologia de Abril” e, no Chega, é afirmado como dever o ato de “derrubar o lugar simbólico do 25 de Abril”. Além de procurar rejeitar o entendimento de uma democratização produzida por uma revolução, a direita radical portuguesa procura, no presente, diluir o poder disruptivo do *acontecimento* do 25 de Abril na aceção que lhe dá Badiou, surgindo, no Chega, a afirmação de que a maior revolução em Portugal não terá sido o 25 de Abril, mas sim o surgimento do próprio Chega. Justamente de acordo com o entendimento teórico, o discurso contrarrevolucionário da direita radical é articulado com uma missão política para o futuro. Deste modo, a missão política da direita radical portuguesa adquire a especificidade ao incidir no *acontecimento* do 25 de Abril, o que passaria pela derrota da herança daquele. Destacando também a Constituição resultante da revolução descrita pelo Ergue-te e pelo Chega como sendo uma Constituição “marxista” ou reveladora da “influência comunista”, estes partidos afirmam, então, querer substituí-la por uma Constituição “neutra” que, na sua visão, será verdadeiramente adequada à nação portuguesa e que consagre um novo *regime*, ao qual, tanto o Ergue-te como o Chega, dão o nome de “IV República”.

Deste modo, creio que se revelou pertinente abordar este objeto de estudo através da articulação da memória do passado, particularmente a da revolução que deu origem à democracia portuguesa, com os argumentos políticos do Ergue-te e do Chega. Procurando destacar a discussão da relação que os partidos nacionalistas de direita radical estabelecem com o passado, com este projeto de investigação espero ter

contribuído e suscitado interesse para investigar a articulação, que se revelou importante, entre a memória do 25 de Abril e a missão política dos partidos no Portugal pós-25 de Abril, sendo que o aumento da expressão eleitoral do Chega cria condições políticas propícias para um debate mais radicalizado sobre a revolução nas celebrações do 50º aniversário do 25 de Abril.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias:

Amaral, J. P. (2014, fevereiro). *Discurso de abertura dos II Estados Gerais do PNR pelo Vice-Presidente, João Pais do Amaral*. <http://www.pnr.pt/2014/02/discurso-de-abertura-dos-ii-estados-gerais-pnr-pelo-vice-presidente/> (acesso a setembro de 2021)

Amaral, J. P. (2015, maio). *Vários Caminhos e uma Causa: Portugal*. <http://www.partidoergue-te.pt/2015/05/varios-caminho-uma-caoa-portugal/> (acesso a setembro de 2021)

Amaral, J. P. (2016, junho). *Discurso de João Pais do Amaral | 10 de Junho*. <http://www.partidoergue-te.pt/2016/06/discurso-joao-pais-do-amaral-10-junho-2/> (acesso a setembro de 2021)

Amaral, J. P. (2018, novembro). *Sou Nacionalista e sim, sou de Direita*. <http://www.partidoergue-te.pt/2018/11/sou-nacionalista-e-sim-sou-de-direita/> (acesso a setembro de 2021)

Amaral, J. P. (2019, novembro). *O 25 de Novembro é o elogio a este vergonhoso regime*. <http://www.partidoergue-te.pt/2019/11/o-25-de-novembro-e-o-elogio-a-este-vergonhoso-regime/> (acesso a setembro de 2021)

Amorim, D. P. (2019a, novembro). *Marcelo Rebelo de Sousa e o 25 de Novembro*. <https://partidochega.pt/marcelo-rebelo-de-sousa-e-o-25-de-novembro/> (acesso a setembro de 2021)

Amorim, D. P. (2019b, outubro). *Animal Farm em S. Bento*. <https://partidochega.pt/animal-farm-em-s-bento/> (acesso a setembro de 2021)

Amorim, D. P. (2021). *1ª Academia Política do CHEGA - Diogo Pacheco de Amorim*. <https://www.youtube.com/watch?v=rH93yfHy3rU> (acesso a setembro de 2021)

Chega (2019a, agosto). *Manifesto Político Fundador*. <https://partidochega.pt/manifesto/> (acesso a setembro de 2021)

Chega (2019b, maio). *Manifesto para a Europa*. <https://partidochega.pt/manifesto-para-a-europa/> (acesso a setembro de 2021)

Chega (2019c). *Estatutos Partido CHEGA!*. <https://partidochega.pt/estatutos-partido-chega/> (acesso a novembro de 2021)

Chega (2020, julho). *Partido CHEGA! adere oficialmente ao ID-Party na União Europeia*. <https://partidochega.pt/partido-chega-adere-oficialmente-ao-id-party-na-uniao-europeia/> (acesso a setembro de 2021)

Chega (2021a, agosto). *Programa Político CHEGA*. <https://partidochega.pt/programa-politico-chega/> (acesso a setembro de 2021)

Chega (2021b, março). *CHEGA sai em defesa da cultura e património nacionais*. <https://partidochega.pt/chega-sai-em-defesa-da-cultura-e-patrimonio-nacionais/> (acesso a setembro de 2021)

Chega (2021c, dezembro). *Programa Eleitoral Legislativas 2022*. <https://partidochega.pt/programa-eleitoral-legislativas-2022/> (acesso a dezembro de 2021)

Chega (2021d, abril). *Chega considera Constituição "ultrapassada" e quer texto mais pequeno e menos ideológico*. <https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/chega-considera-constituicao-ultrapassada-e-quer-texto-mais-pequeno-e-menos-ideologico> (acesso a outubro de 2021)

Corrêa, A. T. (2021). *Intervenção de António Tânger Corrêa no IV Congresso Nacional*. <https://www.youtube.com/watch?v=u2DxnDBvLp8> (acesso a dezembro de 2021)

Dias, J. A. (2020, abril). *"25 de Abril" é quando um homem quiser!*. <https://partidochega.pt/25-de-abril-e-quando-um-homem-quiser/> (acesso a setembro de 2021)

Dias, T. S. (2021). *Intervenção de Tiago Sousa Dias no IV Congresso Nacional*. <https://www.youtube.com/watch?v=E98GLXtHsCc> (acesso a dezembro de 2021)

Ergue-te (2010, outubro). *Valores e Fundamentos*. <http://www.partidoergue-te.pt/ideario/valores-e-fundamentos/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2011a, julho). *Encontro de nacionalistas lituanos e portugueses*. <http://www.partidoergue-te.pt/2011/07/encontro-de-nacionalistas-lituanos-e-portugueses/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2011b, março). *15 de Março de 1961 | Começo do terrorismo em Angola*. <http://www.partidoergue-te.pt/2011/03/15-de-marco-de-1961-comeco-do-terrorismo-em-angola/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2012a, maio). *Apontamento semanal | 14 de Maio de 2012*. <http://www.partidoergue-te.pt/2012/05/apontamento-semanal-14-de-maio-de-2012/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2012b, abril). *25 de Abril | Nada a celebrar*. <http://www.partidoergue-te.pt/2012/04/25-de-abril-nada-a-celebrar/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2012c, junho). *10 de Junho | Todos ao Saldanha!*. <http://www.partidoergue-te.pt/2012/06/10-de-junho-todos-ao-saldanha/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2012d, outubro). *“Nacionalismo Renovador – para o futuro” | Moção da lista candidata aos órgãos do PNR*. <https://www.partidoergue-te.pt/2012/10/nacionalismo-renovador-para-o-futuro-mocao-da-lista-candidata-aos-orgaos-do-pnr/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2013, junho). *PNR celebra Dia de Portugal na rua*. <http://www.partidoergue-te.pt/2013/06/pnr-celebra-dia-de-portugal-na-rua/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2014a, outubro). *Encontro da JNR*. <http://www.partidoergue-te.pt/2014/10/encontro-da-jnr/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2014b, março). *Proclamar uma Nova era: a diferença de sermos Ergue-te!*. <http://www.partidoergue-te.pt/2014/03/proclamar-uma-nova-era-diferenca-de-sermos-ergue-te/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2014c, novembro). *Manifesto Jovem*. <http://www.partidoergue-te.pt/2014/11/manifesto-jovem/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2014d, abril). *PNR entrega lista de candidatos às Eleições Europeias no dia 11 de Abril*. <http://www.partidoergue-te.pt/2014/04/pnr-entrega-lista-de-candidatos-as-eleicoes-europeias-dia-11-de-abril/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2014e, maio). *Pela liberdade na Europa, contra a censura antinacionalista*. <http://www.partidoergue-te.pt/2014/05/pela-liberdade-na-europa-contra-censura-antinacionalista/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2014f, fevereiro). *PNR realizou os seus II Estados Gerais*. <http://www.partidoergue-te.pt/2014/02/pnr-realizou-os-seus-ii-estados-gerais/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2014g, julho). *PNR condena a aceitação da Guiné Equatorial na CPLP*. <http://www.partidoergue-te.pt/2014/07/pnr-condena-aceitacao-da-guine-equatorial-na-cplp/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2014h, novembro). *Não esquecemos os nossos Combatentes*. <http://www.partidoergue-te.pt/2014/11/nao-esquecemos-os-nossos-combatentes/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2014i, dezembro). *2014 – Um ano de actividade do PNR em retrospectiva*. <http://www.partidoergue-te.pt/2014/12/2014-um-ano-de-actividade-pnr-em-retrospectiva/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2014j, abril). *Acto de afirmação Nacionalista | 25 de Abril, Celebrar o quê? Vamos manifestar descontentamento*. <http://www.partidoergue-te.pt/2014/04/acto-de-afirmacao-nacionalista-25-de-abril/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2014k, abril). *PNR: uma voz contra a farsa “abrilista”*. <http://www.pnr.pt/2014/04/pnr-uma-voz-contra-farsa-abrilista/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2015a, outubro). *Nação e Nacionalismo*. <http://www.partidoergue-te.pt/discursos/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2015b, agosto). *PNR nas Legislativas em todo o país*. <http://www.partidoergue-te.pt/2015/08/pnr-nas-legislativas-em-todo-pais/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2015c, março). *10 de Junho: Marcha da Nacionalidade*. <http://www.partidoergue-te.pt/2015/03/10-de-junho-marcha-da-nacionalidade/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2015d, setembro). *Crónicas de um Regime putrefacto*. <http://www.partidoergue-te.pt/2015/09/cronicas-de-um-regime-putrefacto-11/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2015e, abril). *Cabinda: mais um crime “esquecido” do 25 de Abril*. <http://www.partidoergue-te.pt/2015/04/cabinda-um-crime-esquecido-25-de-abril/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2015f, outubro). *Pátria e Povo*. <http://www.partidoergue-te.pt/2015/10/patria-povo/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2015g, abril). *Conselho Nacional do PNR*. <http://www.partidoergue-te.pt/2015/04/conselho-nacional-pnr/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2016a, novembro). *Invasão, não! Façam boa viagem!*. <http://www.partidoergue-te.pt/2016/11/invasao-nao-facam-boja-viagem/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2016b, outubro). *Batota de Guterres contra o Nacionalismo*. <http://www.partidoergue-te.pt/2016/10/batota-guterres-nacionalismo/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2017a, janeiro). *Batalha de Pedroso – um dos primeiros embates da nacionalidade*. <http://www.partidoergue-te.pt/2017/01/batalha-pedroso-um-dos-primeiros-embates-da-nacionalidade/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2017b, março). *Deriva estalinista*. <http://www.partidoergue-te.pt/2017/03/deriva-estalinista/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2018a, julho). *Ourique: exemplo do que foi feito e pode voltar a fazer-se*. <http://www.partidoergue-te.pt/2018/07/ourique-exemplo-do-que-foi-feito-e-pode-voltar-a-fazer-se/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2018b, agosto). *PNR estará em Aljubarrota no dia 14 de Agosto*. <http://www.partidoergue-te.pt/2018/08/pnr-estara-em-aljubarrota-no-dia-14-de-agosto/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2018c, agosto). *Na rua contra a hipocrisia da “Esquerda caviar”*. <http://www.partidoergue-te.pt/2018/08/na-rua-contra-a-hipocrisia-da-esquerda-caviar/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2018d, outubro). *1º de Dezembro em Braga, numa homenagem ao Cónego Melo*. <http://www.partidoergue-te.pt/2018/10/1o-de-dezembro-em-braga-numa-homenagem-ao-conego-melo/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2018e, dezembro). *PNR celebrou o 1º de Dezembro em Braga*. <http://www.partidoergue-te.pt/2018/12/pnr-celebrou-o-1o-de-dezembro-em-braga/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2018f, julho). *Não podemos consentir o desrespeito para com Portugal e os portugueses*. <http://www.partidoergue-te.pt/2018/07/nao-podemos-consentir-o-desrespeito-para-com-portugal-e-os-portugueses/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2019a, setembro). *Programa do PNR para as Eleições Legislativas 2019*. <http://www.partidoergue-te.pt/2019/09/programa-do-pnr-para-as-eleicoes-legislativas-2019/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2019b, junho). *Pátrias livres contra o polvo do Globalismo*. <http://www.partidoergue-te.pt/2019/06/patrias-livres-contra-o-polvo-do-globalismo/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2019c, janeiro). *João Patrocínio é o candidato do PNR às Europeias 2019*. <http://www.partidoergue-te.pt/2019/01/joao-patrocinio-e-o-candidato-do-pnr-as-europeias-2019/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2019d, setembro). *Jorge Almeida pela “diaspora” longínqua*. <http://www.partidoergue-te.pt/2019/09/jorge-almeida-pela-diaspora-longinqua/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2019e, setembro). *Patrícia Manguinhas espera os votos dos que a Pátria empurrou para fora*. <http://www.partidoergue-te.pt/2019/09/patricia-manguinhas-espera-os-votos-dos-que-a-patria-empurrou-para-fora/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2020a, maio). *10 de Junho, Sempre!*. <https://www.partidoergue-te.pt/2020/05/10-de-junho-sempre/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2020b, abril). *A Telescola ao serviço da doutrinação esquerdista*. <http://www.partidoergue-te.pt/2020/04/a-telescola-ao-servico-da-doutrinacao-esquerdista/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2021a, setembro). *Portugal não usa turbante!*. <http://www.partidoergue-te.pt/2021/09/portugal-nao-usa-turbante/> (acesso a outubro de 2021)

Ergue-te (2021b, março). *Nos braços não se toca!*. <http://www.partidoergue-te.pt/2021/03/nos-brasoes-nao-se-toca/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2021c, fevereiro). *Marcelino da Mata, presente!*. <http://www.partidoergue-te.pt/2021/02/marcelino-da-mata-presente/> (acesso a setembro de 2021)

Ergue-te (2021d, abril). *25 de Abril: liberdade! Para o crime...*. <http://www.partidoergue-te.pt/2021/04/25-de-abril-liberdade-para-o-crime/> (acesso a setembro de 2021)

Gabinete de Estudos do Chega (2020, maio). *A Nossa Missão é o Vosso Sonho : Uma Nova República*. <https://partidochega.pt/a-nossa-missao-e-o-vosso-sonho-uma-nova-republica/> (acesso a setembro de 2021)

Matias, R. (2021). *Intervenção de Rita Matias no IV Congresso Nacional*. <https://www.youtube.com/watch?v=CyOFHaTe9rI> (acesso a dezembro de 2021)

Moncada, L. C. (2020, julho). *O CHEGA é um partido anti-sistema?*. <https://partidochega.pt/o-chega-e-um-partido-anti-sistema/> (acesso a setembro de 2021)

Pinto-Coelho, J. (2013, janeiro). *Do Presidente aos Nacionalistas | Janeiro de 2013*. <http://www.partidoergue-te.pt/2013/01/do-presidente-aos-nacionalistas-janeiro-de-2013/> (acesso a setembro de 2021)

Pinto-Coelho, J. (2015a, junho). *Discurso de José Pinto-Coelho no dia 10 de Junho*. <http://www.partidoergue-te.pt/2015/06/discurso-de-jose-pinto-coelho-dia-10-de-junho/> (acesso a setembro de 2021)

Pinto-Coelho, J. (2015b, abril). *25 de Abril: liberdade? Não, embuste!*. <http://www.partidoergue-te.pt/2015/04/25-de-abril-liberdade-nao-embuste/> (acesso a setembro de 2021)

Pinto-Coelho, J. (2016a, agosto). *Protesto contra a islamização da Europa | Intervenção de José Pinto-Coelho*. <http://www.partidoergue-te.pt/2016/08/protesto-islamizacao-da-europa-intervencao-jose-pinto-coelho/> (acesso a setembro de 2021)

Pinto-Coelho, J. (2016b, junho). *Discurso de José Pinto-Coelho | 10 de Junho*. <http://www.partidoergue-te.pt/2016/06/discurso-jose-pinto-coelho-10-junho/> (acesso a setembro de 2021)

Pinto-Coelho, J. (2016c, setembro). *Abismo da desigualdade e injustiça*. <https://www.partidoergue-te.pt/2016/09/abismo-da-desigualdade-injustica/> (acesso a setembro de 2021)

Pinto-Coelho, J. (2017, junho). *Discurso de José Pinto-Coelho (10 de Junho de 2017)*. <http://www.partidoergue-te.pt/2017/06/discurso-jose-pinto-coelho-10-junho-2017/> (acesso a setembro de 2021)

Pinto-Coelho, J. (2018, outubro). *Discurso de José Pinto-Coelho na Reentrada Política 2018*. <http://www.partidoergue-te.pt/2018/10/discurso-de-jose-pinto-coelho-na-reentrada-politica-2018/> (acesso a setembro de 2021)

Pinto-Coelho, J. (2019a, junho). *Discurso do Presidente do PNR no Dia 10 de Junho*. <http://www.partidoergue-te.pt/2019/06/discurso-do-presidente-do-pnr-no-dia-10-de-junho/> (acesso a setembro de 2021)

- Pinto-Coelho, J. (2019b, dezembro). *O PNR não esquece os filhos da Nação*. <http://www.partidoergue-te.pt/2019/12/o-pnr-nao-esquece-os-filhos-da-nacao/> (acesso a setembro de 2021)
- Pinto-Coelho, J. (2019c, setembro). *José Pinto Coelho: “Digo preto no branco: Islão aqui não”*. <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/jose-pinto-coelho-digo-preto-no-branco-islao-aqui-nao> (acesso a outubro de 2021)
- Pinto-Coelho, J. (2020, junho). *Discurso de José Pinto-Coelho no 10 de Junho de 2020*. <http://www.partidoergue-te.pt/2020/06/discurso-de-jose-pinto-coelho-no-10-de-junho-de-2020/> (acesso a setembro de 2021)
- Pinto-Coelho, J. (2021). *2021 - Porque não voto?*. <https://youtu.be/elZiY3kCnmM> (acesso a dezembro de 2021)
- Ramalho, V. (2018, dezembro). *Discurso de Vítor Ramalho no 1º de Dezembro de 2018*. <http://www.partidoergue-te.pt/2018/12/discurso-de-vitor-ramalho-no-1o-de-dezembro-de-2018/> (acesso a setembro de 2021)
- Rebelo, B. (2021, junho). *Discurso de Bruno Rebelo – 10 de Junho*. <http://www.partidoergue-te.pt/2021/06/discurso-de-bruno-rebelo-10-de-junho/> (acesso a setembro de 2021)
- Ribeiro, G. M. (2020a, outubro). *A defesa moral e racional de Matteo Salvini: nacionalismo e democracia são absolutamente compatíveis (I)*. <https://partidochega.pt/a-defesa-moral-e-racional-de-matteo-salvini-nacionalismo-e-democracia-sao-absolutamente-compativeis-i/> (acesso a setembro de 2021)
- Ribeiro, G. M. (2020b, outubro). *Hitler e Mussolini amordaçados pela Ditadura Mental dos Grandes Manipuladores. O regresso do nacionalismo (II)*. <https://partidochega.pt/hitler-e-mussolini-amordacados-pela-ditadura-mental-dos-grandes-manipuladores-o-regresso-do-nacionalismo-ii/> (acesso a setembro de 2021)
- Ribeiro, G. M. (2020c, novembro). *André Ventura e a reinvenção da arte da política. A nova luta pela sanidade mental coletiva*. <https://partidochega.pt/andre-ventura-e-a->

[reinvencao-da-arte-da-politica-a-nova-luta-pela-sanidade-mental-coletiva/](#) (acesso a setembro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2020d, dezembro). *O temporal CHEGA*. <https://partidochega.pt/o-temporal-chega/> (acesso a setembro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2020e, novembro). *Homenagem a André Ventura: a «Comunidade Moral Portuguesa» renasceu*. <https://partidochega.pt/homenagem-a-andre-ventura-a-comunidade-moral-portuguesa-renasceu/> (acesso a setembro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2020f, outubro). *O conto do vigário chinês*. <https://partidochega.pt/o-conto-do-vigario-chines/> (acesso a setembro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2020g, dezembro). *«Colonialismo»: a lavagem cerebral soviética*. <https://partidochega.pt/colonialismo-a-lavagem-cerebral-sovietica/> (acesso a setembro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2020h, novembro). *Presidenciais: o dever da busca coletiva da Verdade. O debate que o Observador recusou. Fica o desafio à comunicação social*. <https://partidochega.pt/presidenciais-o-dever-da-busca-coletiva-da-verdade-o-debate-que-o-observador-recusou-fica-o-desafio-a-comunicacao-social/> (acesso a setembro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2020i, outubro). *A ilegitimidade irreversível do regime do Prof. Marcelo, Dr. Ferro Rodrigues, Dr. Costa e Amigos. A IV República Portuguesa será inevitável*. <https://partidochega.pt/a-ilegitimidade-irreversivel-do-regime-do-prof-marcelo-dr-ferro-rodrigues-dr-costa-e-amigos-a-iv-republica-portuguesa-sera-inevitavel/> (acesso a setembro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2020j, junho). *Para acabar de vez com a vigarice antirracista. Destrua-a sem piedade*. <https://observador.pt/opiniao/para-acabar-de-vez-com-a-vigarice-antirracista-destrua-a-sem-piedade/> (acesso a outubro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2020k, outubro). *O primeiro dia no CHEGA*. <https://partidochega.pt/o-primeiro-dia-no-chega/> (acesso a setembro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2020l, dezembro). *António Damásio, ideologia de género e doença de esquerda*. <https://partidochega.pt/antonio-damasio-ideologia-de-genero-e-doenca-de-esquerda/> (acesso a setembro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2020m, novembro). *25 de Abril: o nome da pobreza portuguesa*. <https://partidochega.pt/25-de-abril-o-nome-da-pobreza-portuguesa/> (acesso a setembro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2020n, outubro). *Resposta à declaração de guerra das universidades ao CHEGA*. <https://partidochega.pt/resposta-a-declaracao-de-guerra-das-universidades-ao-chega/> (acesso a setembro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2020o, outubro). *Presidenciais: votemos pelo enterro digno do cadáver* (2). <https://partidochega.pt/presidenciais-votemos-pelo-enterro-digno-do-cadaver-2/> (acesso a setembro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2020p, dezembro). *«Colonialismo»: a lavagem cerebral soviética*. <https://partidochega.pt/colonialismo-a-lavagem-cerebral-sovietica/> (acesso a setembro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2020q, junho). *[O cão tabagista conversou com] Gabriel Mithá Ribeiro: “Não basta ser um político notável para resistir. É necessário algo mais. Bolsonaro tem esse algo mais que é difícil de definir”*. <https://www.caoquefuma.com/2020/06/o-cao-tabagista-conversou-com-gabriel.html> (acesso a outubro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2020r, novembro). *Justiça social: ciganos, negros e demais minorias. André Ventura e a morte moral da esquerda* (I). <https://partidochega.pt/justica-social-ciganos-negros-e-demaais-minorias-andre-ventura-e-a-morte-moral-da-esquerda-i/> (acesso a setembro de 2021)

Ribeiro, M. (2021a, dezembro). *Chega: orgulhosamente sós a votos*. <https://observador.pt/opiniao/chega-orgulhosamente-sos-a-votos/> (acesso a dezembro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2021b, janeiro). *Depressão mental coletiva: os portugueses podem voltar a dar «novos mundos ao mundo»* (II). <https://partidochega.pt/depressao-mental->

[coletiva-os-portugueses-podem-voltar-a-dar-novos-mundos-ao-mundo-ii/](#) (acesso a setembro de 2021)

Ribeiro, M. (2021c). *Campanha Anti-Racista do Chega*. <https://www.youtube.com/watch?v=W-H9o0QB-CI> (acesso a dezembro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2021d, março). *Assalto às universidades: a resposta radical do Chega*. <https://observador.pt/opiniao/assalto-as-universidades-a-resposta-radical-do-chega/> (acesso a outubro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2021e, março). *Palavras-droga alucinógenas. A loucura social*. <https://observador.pt/opiniao/palavras-droga-alucinogenas-a-loucura-social/> (acesso a outubro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2021f, janeiro). *Chega: o que fazer com 496.653 votos?*. <https://observador.pt/opiniao/chega-o-que-fazer-com-496-653-votos/> (acesso a outubro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2021g, janeiro). *Depressão mental coletiva: causa de crises económicas, sociais e outras (I)*. <https://partidochega.pt/depressao-mental-coletiva-causa-de-crises-economicas-sociais-e-outras-i/> (acesso a setembro de 2021)

Ribeiro, G. M. (2021h, fevereiro). *Guerra civil à direita. Deserto e razão*. <https://observador.pt/opiniao/guerra-civil-a-direita-deserto-e-razao/> (acesso a outubro de 2021)

Taxa, R. A. (2020a, janeiro). *Patriota me confesso*. <https://partidochega.pt/patriota-me-confesso/> (acesso a setembro de 2021)

Taxa, R. A. (2020b, junho). *Só os mentecaptos derrubam estátuas!* <https://partidochega.pt/so-os-mentecaptos-derrubam-estatuas/> (acesso a setembro de 2021)

Ventura, A. (2019a, novembro). *25 Novembro: CHEGA desafia Marcelo a dar Ordem da Liberdade ao regimento de Comandos*. <https://partidochega.pt/25-novembro-chega-desafia-marcelo-a-dar-ordem-da-liberdade-ao-regimento-de-comandos/> (acesso a setembro de 2021)

Ventura, A. (2019b, novembro). *Fazer justiça à História e à data da verdadeira liberdade! Mais uma promessa cumprida na AR.* (notícia anexada). <https://www.facebook.com/AndreAmaralVentura/posts/147208679961024> (acesso a setembro de 2021)

Ventura, A. (2019c, outubro). *Entrevista a André Ventura. “Não vai haver extremo nenhum em Portugal graças ao Chega”.* <https://www.publico.pt/2019/10/28/politica/entrevista/andre-ventura-chega-entrevista-1891355> (acesso a outubro de 2021)

Ventura, A. (2019d, fevereiro). *André Ventura em Entrevista ao jornal Vida Económica.* <https://partidochega.pt/andre-ventura-em-entrevista-ao-jornal-vida-economica/> (acesso a setembro de 2021)

Ventura, A. (2019e, abril). *“O país celebra a liberdade quando tem cancros que minam a democracia”.* <https://partidochega.pt/o-pais-celebra-a-liberdade-quando-tem-cancros-que-minam-a-democracia/> (acesso a setembro de 2021)

Ventura, A. (2019f, março). *Não, não somos perigosos fascistas.* https://ionline.sapo.pt/artigo/650052/nao-nao-somos-perigosos-fascistas?seccao=Opiniao_i (acesso a setembro de 2021)

Ventura, A. (2020a). *André Ventura. Discurso histórico no 25 de Abril!.* <https://www.youtube.com/watch?v=G87XmzeYYNk> (acesso a setembro de 2021)

Ventura, A. (2020b, julho). *“A maior revolução em Portugal nem sequer se chamou 25 de Abril, chamou-se Chega”.* <https://zap.aeiou.pt/andre-ventura-quer-acabar-reunioes-cabare-chegar-presidencia-336031> (acesso a setembro de 2021)

Ventura, A. (2021a, janeiro). *Ontem tive o Castelo de Guimarães atrás de mim e senti a imensa responsabilidade de reconquistar Portugal ao socialismo e à corrupção que está a matar a nossa Nação* (imagem anexada). <https://www.facebook.com/AndreAmaralVentura/posts/431676028180953> (acesso a setembro de 2021)

Ventura, A. (2021b, maio). *Em Guimarães, na apresentação do nosso candidato à Câmara Municipal, sinto sempre o apelo da grande Nação que é Portugal!* (imagem anexada). <https://www.facebook.com/AndreAmaralVentura/posts/508910570457498> (acesso a setembro de 2021)

Ventura, A. (2021c). *André Ventura em Guimarães*. <https://www.youtube.com/watch?v=PP5BDrN67Q0> (acesso a dezembro de 2021)

Ventura, A. (2021d). *Discurso de André Ventura no Encerramento do IV Congresso Nacional*. <https://www.youtube.com/watch?v=i9l5usaU19I> (acesso a dezembro de 2021)

Ventura, A. (2021e). *Apresentação do Programa Eleitoral do CHEGA*. <https://www.youtube.com/watch?v=VOOH3oiHIJM> (acesso a dezembro de 2021)

Ventura, C. (2021f, fevereiro). *Enquanto outros, nomeadamente na cidade de Lisboa, querem destruir todos os símbolos históricos de Portugal, nós temos orgulho na nossa História! Bons e maus momentos! Orgulho na nossa gloriosa caminhada pelo mundo!*. <https://www.facebook.com/AndreAmaralVentura/posts/448031359878753> (acesso a setembro de 2021)

Ventura, A. (2021g, dezembro). *André Ventura: "Se fosse líder do PSD tinha maioria absoluta"*. <https://sol.sapo.pt/artigo/754940/andre-ventura-se-fosse-lider-do-psd-tinha-maioria-absoluta> (acesso a dezembro de 2021)

Ventura, A. (2021h). *Ventura arrasa o regime no 25 de Abril*. <https://www.youtube.com/watch?v=VE3wzpncZ-0>

Ventura, A. (2021i). *Como celebrar o 25 de Abril com tanta pobreza em Portugal?*. <https://www.youtube.com/watch?v=Km07p4SXzho>

Ventura, A. (2021j). *André Ventura enfrenta sem medo o orçamento de António Costa*. <https://www.youtube.com/watch?v=FYNYwUIaNEA>

Ventura, A. (2021k). *Intervenção de André Ventura na Convenção Movimento Europa e Liberdade*. <https://www.youtube.com/watch?v=lzI8zYJhQI0>

Ventura, A. (2021l). *Não podemos endeusar o 25 de Abril quando temos salários miseráveis*. https://www.youtube.com/watch?v=rKHnu_cLe9E

Fontes Secundárias:

Adorno, T. W. (2020). *Aspetos do Novo Radicalismo de Direita* (V. Weiß, Ed.) (M. Toldy & T. Toldy, Trad.). Edições 70. (Obra original publicada em 2019)

Almeida, F. C. (2015). A direita radical em Portugal: da Revolução dos Cravos à era da internet. *Estudos Ibero-Americanos*, 41(1), 98-125. doi: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2015.1.20463>

Badiou, A. (2005). *Handbook of Inaesthetics* (A. Toscano, Trad.). Stanford University Press. (Obra original publicada em 1998)

Badiou, A. (2006). The subject supposed to be a Christian: On Paul Ricoeur's memory, history, forgetting (N. Doyle & A. Toscano, Trad.). *The Bible and critical theory*, 2(3), 27.1-27.9. doi:10.2104/bc060027

Badiou, A. (2007). *Being and Event* (O. Feltham, Trad.). Continuum. (Obra original publicada em 1988)

Badiou, A. (2013). *Philosophy and the Event* (L. Burchill, Trad.). Polity. (Obra original publicada em 2010)

Baylor University Institute for Oral History. (2016). *Introduction to Oral History*.

Bell, J. (2010). *Como realizar um projeto de investigação: Um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação* (M. J. Cordeiro, Trad.; 5ª ed.). Gradiva. (Obra original publicada em 1993)

Benoist, A. de. (2017). *View from the Right. Volume 1: Heritage and foundations*. Arktos.

Borga, C. (2016). Crise de 28 de setembro de 1974. Em A. Reis, M. I. Rezola & P. B. Santos (Ed.), *Dicionário de História de Portugal. O 25 de Abril. Volume 3* (pp. 59-67). Figueirinhas.

Bourdieu, P. (2001). Compreender. Em P. Bourdieu (Ed.), *A Miséria do Mundo* (M. Azevedo, J. Clasen, S. Guimarães, M. Penchel, G. Teixeira & J. Vargas, Trad.; 4ª ed.) (pp. 693-713). Editora Vozes. (Obra original publicada em 1993)

- Branco, M. J. (2009). Elites Eclesiásticas e Construção de uma Identidade: Do Rei ao Reino (Secs. XII e XIII). Em H. Fernandes, I. C. Henriques, J. da S. Horta & S. C. Matos (Eds.), *Nação e Identidades: Portugal, os Portugueses e os Outros* (pp. 135-155). Caleidoscópio.
- Breuilly, J. (1990). *Nacionalismo y Estado* (J.M. Pomares, Trad.). Pomares-Corredor. (Obra original publicada em 1982)
- Breuilly, J. (2013, dezembro). *H-Nationalism Interview with John Breuilly*. <https://networks.h-net.org/node/3911/pages/5917/h-nationalism-interview-john-breuilly> (acesso a setembro de 2021)
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods* (4ª ed.). Oxford University Press.
- Cardina, M. (2020). O Passado Colonial: Do trajeto histórico às configurações da memória. Em F. Rosas, F. Louçã, J.T. Lopes, A. Peniche, L. Trindade & M.Cardina, *O Século XX Português: Política, economia, sociedade, cultura, império* (pp. 357-411). Tinta-da-china.
- Casals, X. (2021). Vox, Chega e a ultradireita peninsular. Loff, M. (2021). Em C. Honório & J. Mineiro (Ed.), *Novas e Velhas Extremas-Direitas* (pp. 115-124). Parsifal.
- Centro de Documentação 25 de Abril (n.d.). *Entrevista a Alpoim Calvão*. <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=eacalvao> (acesso a dezembro de 2021)
- Cervelló, J. S. (1993). A contra-revolução no PREC (1974-1975). Em J. Medina (Ed.), *História de Portugal: Vol. 14. Portugal Democrático* (pp. 133-142). Ediclube.
- Cervelló, J. (2006). Da África à Europa: Quando Portugal descolonizou. Em M. Loff & M. C. M. Pereira (Ed.), *Portugal: 30 anos de Democracia, 1974-2004* (pp. 103-130). Universidade do Porto.
- Coakley, J. (2012). *Nationalism, Ethnicity and the State: Making and breaking nations*. Sage.
- Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2007). *Research Methods in Education* (6ª ed.). Routledge.

Costa, J. M. (2011). O Partido Nacional Renovador: a nova extrema-direita na democracia portuguesa. *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 46(201), 765-787.

Dawson, C. (2007). *A Practical Guide to Research Methods: A user-friendly manual for mastering research techniques and projects* (3ª ed.). How To Books.

O'Meara, M. (2013). *Guillaume Faye and the Battle of Europe*. Arktos.

Fundação Mário Soares (n.d.). *O Equívoco do 25 de Abril: Resumo*. http://www.fmsoares.pt/aeb/biblioteca/indices_resumos/resumos/006739.htm

(acesso a dezembro de 2021)

Gallagher, T. (2016). Portugal: The Marginalization of the Extreme Right. Em P. Hainsworth (Ed.), *The Extreme Right in Europe and the USA* (pp. 232-245). Bloomsbury.

Gardner, P. (2006). Oral History. Em V. Jupp (Ed.). *The Sage Dictionary of Social Research Methods* (pp. 206-208). Sage.

Geary, P. J. (2005). *O Mito das Nações. A invenção do nacionalismo* (F. Pinto, Trad.). Conrad Livros. (Obra original publicada em 2001)

Geertz, C. (1993). *The Interpretation of Cultures: Selected Essays* (2ª ed.). Fontana.

Gellner, E. (1983). *Nations and Nationalism*. Blackwell Publishers.

Guibernau, M. (1997). *Nacionalismos: O estado nacional e o nacionalismo no século XX* (M. Gama & C. Gama, Trad.). Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1996)

Guibernau, M. (2007). *The Identity of Nations*. Polity.

Guibernau, M. (2010). Migration and the rise of the radical right. *Policy network*, 1, 1-19.

Guibernau, M. (2013). *Belonging. Solidarity and Division in Modern Societies*. Polity.

Hobsbawm, E. (1989). *The Age of Empire: 1875-1914*. Vintage Books.

Hobsbawm, E. (1991). *Nações e Nacionalismo: desde 1780* (M. Paoli & A. Quirino, Trad.). Paz e Terra. (Obra original publicada em 1990)

- Hobsbawm, E. (1995). *Age of Extremes: The Short Twentieth Century 1914-1991*. Abacus.
- Hobsbawm, E. (1997). *On History*. The New Press.
- Hobsbawm, E. (2021). *On Nationalism* (D. Sassoon, Ed.). Little, Brown.
- IHS Press (n.d.). *Action by Jean Ousset*. <http://www.ihspress.com/action.htm> (acesso a dezembro de 2021)
- Johnston, A. (2016). The quick and the dead: Alain Badiou and the split speeds of transformation. *International Journal of Žižek Studies*, 1(2).
- Loff, M. (2015). Estado, democracia e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2014). Em M. Loff, F. Piedade & L. Castro Soutelo (Ed.). *Ditaduras e Revolução: democracia e políticas da memória* (pp. 23-144). Almedina.
- Loff, M., & Piedade, F. (2015). Introdução. Em M. Loff, F. Piedade & L. C. Soutelo (Ed.). *Ditaduras e Revolução: democracia e políticas da memória* (pp. 9-20). Almedina.
- Loff, M. (2021). Não são mesmo (neo)fascistas? O lugar da extrema-direita no assalto à democracia. Em C. Honório & J. Mineiro (Ed.), *Novas e Velhas Extremas-Direitas* (pp. 49-71). Parsifal.
- Machaqueiro, M. (2015). Memórias em conflito ou o mal-estar da descolonização. Em Rosas, M. Machaqueiro, & P. A. Oliveira (Ed.). *O adeus ao império: 40 anos de descolonização portuguesa* (pp. 227-245). Vega.
- Madeira, B. (2020). «Homens entre ruínas»? *Ideias, narrativas, mundividências e representações das Direitas radicais portuguesas (1974-1985)*. Dissertação de 3º ciclo de estudos no Doutoramento em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Malesevic, S. (2006). *Identity as Ideology: Understanding Ethnicity and Nationalism*. Palgrave Macmillan.
- Malesevic, S. (2011). The chimera of national identity. *Nations and Nationalisms*, 17(2), 272-290. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1469-8129.2010.00479.x>

- Malesevic, S. (2018). Nationalism and the *longue durée*. *Nations and Nationalisms*, 24(2), 292-299. doi: <https://doi.org/10.1111/nana.12410>
- Marchi, R. (2010). At the Roots of the New Right-Wing Extremism in Portugal: The National Action Movement (1985–1991). *Totalitarian Movements and Political Religions*, 11(1), 47-66. doi: <https://doi.org/10.1080/14690764.2010.499670>
- Marchi, R. (2012). As direitas radicais na transição democrática portuguesa (1974-1976). *Ler história*, (63), 75-91. doi: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.366>
- Marchi, R. (2014). Nacionalismo Revolucionário na Crise do Império. Em R. Marchi (Ed.), *As Raízes Profundas não Gelam?: Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas* (pp. 327-353). Texto.
- Marchi, R. (2016). À Direita da Direita: O Desafio da Extrema-direita à Democracia Portuguesa. Em R. Marchi (Ed.), *As Direitas na Democracia Portuguesa: Origens, Percursos, Mudanças e Novos Desafios* (pp. 219-249). Texto.
- Marchi, R. (2016). Extrema-Direita. Em A. Reis, M. I. Rezola & P. B. Santos (Ed.), *Dicionário de História de Portugal. O 25 de Abril. Volume 3* (pp. 390-398). Figueirinhas.
- Marchi, R. (2017). *A Direita Nunca Existiu: As Direitas Extraparlamentares na Institucionalização da Democracia Portuguesa 1976-1980*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Marchi, R. (2019). *The Portuguese Far Right: Between Late Authoritarianism and Democracy (1945-2015)*. Routledge.
- Marchi, R. (2020). *A Nova Direita Anti-Sistema. O Caso do Chega* (3ª ed.). Edições 70.
- Marques Bessa, A., & Nogueira Pinto, J. (1977). *Introdução à política*. Edições do Templo.
- Martins, P., & Miguélez Caveró, A. (2021, fevereiro). *Os usos da Idade Média no discurso político atual*. <https://www.publico.pt/2021/02/04/opiniao/noticia/usos-idade-media-discurso-politico-atual-1948960> (acesso a outubro de 2021)
- Mattoso, J. (1988). *Identificação de um País: Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325. Oposição* (3ª ed.). Editorial Estampa.

McGowan, T. (2019). *Emancipation After Hegel: Achieving a Contradictory Revolution*. Columbia University Press.

McGowan, T. (2020). *Universality and Identity Politics*. Columbia University Press.

Minkenberg, M. (2000). The renewal of the radical right: between modernity and anti-modernity, *Government and Opposition*, 35(2), 170-188. doi: <https://doi.org/10.1111/1477-7053.00022>

Minkenberg, M. (2011). The radical right in Europe today: Trends and patterns in East and West. Em N. Langenbacher & B. Schellenberg (Ed.), *Is Europe on the "Right" Path?: Right-wing extremism and right-wing populism* (pp. 37-55). Friedrich-Ebert-Stiftung.

Molnar, T. (1969). *The Counter-Revolution*. Funk & Wagnalls.

Nuzzo, A. (2012). *Memory, History, Justice in Hegel*. Palgrave Macmillan.

Nuzzo, A. (2016). Dialectical Memory: The Intersection of Individual and Collective Memory in Hegel. Em S. Kattago (Ed.), *The Ashgate Research Companion to Memory Studies* (pp. 49-60). Routledge.

O'Meara, M. (2013). *New Culture, New Right: Anti-Liberalism in Postmodern Europe*. Arktos.

Ozirimli, U. (2010). *Theories of Nationalism: A Critical Introduction* (2ª ed.). Palgrave Macmillan.

Perakyla, A. (2005). Analyzing Talk and Text. Em N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Ed.). *The Sage Handbook of Qualitative Research* (3ª ed.) (pp. 869-886). Sage.

Pinto, A. C. (1995). The Radical Right in Contemporary Portugal. Em L. Cheles, R. Ferguson & M. Vaughan (Ed.), *The Far Right in Western and Eastern Europe* (pp. 108-128). Longman.

Pinto, A. C. (2013). Apresentação. Em A. Costa Pinto (Ed.). *A Sombra das Ditaduras: A Europa do Sul em Comparação* (pp. 15-17). Imprensa de Ciências Sociais

Pinto, J. N. (1996). *A Direita e as Direitas*. Difel.

- Pinto, J. N. (2008). *Valores Nacionais e Novas Formas Institucionais*. <https://www.revistamilitar.pt/artigo/317> (acesso a outubro de 2021)
- Pinto, J. N. (2012, dezembro). *Jaime Nogueira Pinto. "Salazar em ditadura explicava tudo o que estava a fazer"*. <http://o-povo.blogspot.com/2012/12/jaime-nogueira-pinto-salazar-em.html> (acesso a outubro de 2021)
- Pinto, J. N. (2020, agosto). *Jaime Nogueira Pinto: "Durante 40 anos não tivemos uma direita em Portugal. Só a direita da esquerda"*. <https://visao.sapo.pt/ideias/2020-08-19-jaime-nogueira-pinto-durante-40-anos-nao-tivemos-uma-direita-em-portugal-so-a-direita-da-esquerda/> (acesso a outubro de 2021)
- Pinto, J. N. (2021). *Intervenção de Jaime Nogueira Pinto na 1ª Academia Política do CHEGA*. <https://www.youtube.com/watch?v=ZX9HG0iskNo> (acesso a setembro de 2021)
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (J. M. Marques, M. A. Mendes & M. Carvalho, Trad.; 2ª ed.). Gradiva. (Obra original publicada em 1995)
- Raimundo, F., & Dias, A. (2020). "Guerreiros mnemónicos". Os partidos políticos e a memória da transição portuguesa durante as celebrações oficiais do 25 de Abril. Em R. Branco & T. Fernandes (Ed.), *45 anos de democracia em Portugal*. Assembleia da República – Divisão de Edições.
- Ramada Curto, D. (2020). *O Colonialismo Português em África: de Livingstone a Luandino*. Edições 70.
- Ramos, R. (2004). Os capitães de África. Em R. Ramos. *Outra Opinião: Ensaios de História* (pp. 63-85). O Independente.
- Ramos, R. (2020, janeiro). *Uma descolonização por fazer*. <https://observador.pt/opiniao/uma-descolonizacao-por-fazer/> (acesso a dezembro de 2021)

Rezola, M. I. (2016). Crise de 11 de março de 1975. Em A. Reis, M. I. Rezola & P. B. Santos (Ed.), *Dicionário de História de Portugal. O 25 de Abril. Volume 3* (pp. 34-43). Figueirinhas.

Rezola, M. I. (2016). Crise de 25 de novembro de 1975. Em A. Reis, M. I. Rezola & P. B. Santos (Ed.), *Dicionário de História de Portugal. O 25 de Abril. Volume 3* (pp. 43-59). Figueirinhas.

Riessman, C. K. (2007). *Narrative Methods for the Human Sciences*. Sage.

Saraiva, A. J. (2007). *A Cultura em Portugal: Teoria e História. Introdução Geral à Cultura Portuguesa* (3ª ed.). Gradiva. (Obra original publicada em 1982)

Schwandt, A. T. (2007). *The Sage Dictionary of Qualitative Inquiry* (3ª ed.). Sage.

Shacklock, G., & Thorp, L. (2005). Life History and Narrative Approaches. Em B. Somekh & C. Lewin (Ed.), *Research Methods in the Social Sciences* (pp. 156-163). Sage.

Silva, A. C. N., & Hespanha, A. M. (1993). A Identidade Portuguesa. Em J. Mattoso (Ed.), *História de Portugal: Vol, 4. O Antigo Regime* (pp. 19-37). Círculo de Leitores.

Smith, A. D. (1999). *Myths and Memories of the Nations*. Oxford University Press.

Sutherland, C. (2012). *Nationalism in the Twenty-First Century: Challenges and Responses*. Palgrave Macmillan.

Traverso, E. (2012). *O passado, modos de usar: História, memória e política*. (T. Avó, Trad.; 2ª ed.). Unipop. (Obra original publicada em 2005)

Traverso, E. (2019). Do fascismo ao pós-fascismo. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 13(2), 12-44.

Vakil, A. (2006). Heróis do lar, nação ambivalente: portugalidade e identidade nacional nos tempos dos pós. Em M. Loff & M. C. M. Pereira (Ed.), *Portugal: 30 anos de Democracia, 1974-2004* (pp. 73-101). Universidade do Porto.

Vovelle, M. (1991). *Ideologias e Mentalidades* (M. J. Cottvasser, Trad.; 2ª ed.). Editora Brasiliense.

Williams, G. A. (1979). *When Was Wales?*. BBC Wales.

Woodley, D. (2009). *Fascism and Political Theory. Critical perspectives on fascist ideology*. Routledge.

Woodley, D. (2013). Radical Right Discourse Contra State-Based Authoritarian Populism: Neoliberalism, Identity and Exclusion after the Crisis. Em R. Wodak & J. E. Richardson (Ed.), *Analysing Fascist Discourse: European Fascism in Talk and Text* (pp. 17-41). Routledge.

Zizek, S. (2006). *The Parallax View*. MIT Press.

Zúquete, J. P. (2007). Portugal: A new look at the extreme right. *Representation*, 43(3), 179-198. doi: <https://doi.org/10.1080/00344890701463654>